



CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

Relatórios de Anuais de Avaliação do Plano Plurianual 2012-2015 - Ano Base 2012 e 2013

PARECER Nº , 2015 – CN

Da Comissão Mista de Planos Orçamentos Públicos e Fiscalização – CMO, sobre a Mensagem nº 42, de 2013-CN (nº 213/2013, na origem), que encaminha, nos termos do art. 15 da Lei 12.593, de 18 de janeiro de 2012, combinado com o art. 7º, §1º do Decreto nº 7.866, de 19 de dezembro de 2012, o Relatório Anual de Avaliação do Plano Plurianual 2012-2015, ano-base 2012 e Mensagem nº 12, de 2014-CN (nº 135/2014, na origem), que encaminha, nos termos do art. 15 da Lei 12.593, de 18 de janeiro de 2012, combinado com o art. 7º, §1º, do Decreto nº 7.866, de 19 de dezembro de 2012, o Relatório Anual de Avaliação do Plano Plurianual 2012-2015, ano-base 2013

Autor: Poder Executivo

Relator: Senador Valdir Raupp

1. RELATÓRIO

Em atendimento ao disposto no art. 15 da Lei nº 12.593, de 18 de janeiro de 2012, combinado com o art. 7º, § 1º, do Decreto nº 7.866, de 19 de dezembro de 2012, a Presidente da República remeteu, por intermédio das Mensagens nºs 42, de 2013-CN (nº 213/2013, na origem), e 12, de 2014-CN (nº 135/2014, na origem), os relatórios anuais de avaliação do plano plurianual para o período 2012-2015, correspondente aos anos-base 2012 e 2013, respectivamente.

Os relatórios deveriam ter sido encaminhados ao Congresso Nacional em 31 de maio do ano subsequente ao da avaliação. Porém, conforme o cronograma de tramitação, as datas do protocolo legislativo correspondem a 03 de junho de 2013 e 04 de junho de 2014. Portanto, com um pequeno atraso que não prejudica o exame.

De acordo com o art. 7º do Decreto nº 7.866/12, a avaliação do plano plurianual (PPA) consiste na análise das políticas públicas e dos programas com seus respectivos atributos¹. Tal exame tem por finalidade permitir a aferição

¹ Relatório Anual de Avaliação do PPA 2012-2015, Ano Base 2012. Dimensão Estratégica. Volume 1. p. 9



CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

Relatórios de Anuais de Avaliação do Plano Plurianual 2012-2015 - Ano Base 2012 e 2013

não apenas dos avanços obtidos no período em relação aos objetivos propostos, como também a identificação de eventuais ajustes que se mostrem necessários na formulação e implementação do PPA. O aprendizado permitido pelo processo de elaboração e execução do planejamento é, também, um importante impacto a ser avaliado, por meio da reflexão quanto a nossa capacidade de gerir e promover o aperfeiçoamento contínuo das programações que integram o PPA, visando eficácia crescente na alocação de recursos e ampliação da quantidade e qualidade dos bens e serviços disponibilizados à sociedade.

Os relatórios apresentados pelo poder executivo integram dois volumes, que atendem ao seguinte conteúdo indicado nos incisos do art. 15 da Lei nº 12.593/12:

- a) avaliação do comportamento das variáveis macroeconômicas que embasaram a elaboração do plano, com a indicação, se for o caso, das razões das discrepâncias verificadas entre os valores previstos e os realizados;
- b) situação, por programa, dos indicadores, objetivos e metas;
- c) execução financeira das iniciativas.

O volume I, referente à avaliação da dimensão estratégica do PPA, compreende a análise geral das políticas prioritárias, quanto aos resultados e perspectivas relacionadas à geração de oportunidades e ao enfrentamento das desigualdades que persistem na sociedade brasileira. Nessa parte, discorre-se sobre o comportamento das variáveis macroeconômicas que embasaram o plano, bem como acerca dos eixos das políticas escolhidas para organizar a avaliação, quais sejam: sistema de proteção social; infraestrutura; produção com sustentabilidade e inovação; inserção internacional; e Estado, federalismo, planejamento e gestão.

O volume II, composto de quatro tomos, cuida do monitoramento dos programas temáticos do PPA, com a indicação dos respectivos indicadores, objetivos e metas. Além disso, apresenta a execução orçamentária e financeira das ações vinculadas às iniciativas, bem como a execução financeira dos programas de gestão, manutenção e serviços ao Estado.

Após divulgação no Congresso Nacional, na forma regimental, as Mensagens foram remetidas à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMO), no âmbito da qual, por designação de sua Presidente, senadora Rose de Freitas, fomos honrados com a incumbência de analisar o relatório de avaliação em epígrafe.

O presente documento constitui, portanto, análise parcial do PPA 2012-2015, cuja avaliação de desempenho, em sua integralidade, somente poderá ser feita quando a este Congresso Nacional tiverem sido encaminhados os relatórios referentes aos quatro exercícios que compõem o Plano. Por esta razão, optamos, nesta oportunidade, por focar menos os aspectos específicos de cumprimento



CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

Relatórios de Anuais de Avaliação do Plano Plurianual 2012-2015 - Ano Base 2012 e 2013

parcial de metas do plano e dar maior destaque aos aspectos basilares do processo de planejamento. Inicialmente, fazemos alguns apontamentos acerca da experiência recente de planejamento no país, particularmente quanto à evolução dos modelos de elaboração e apresentação do PPA, comparando-se, para tanto, os modelos prevaletentes dos períodos 2008-2011 e 2012-2015. O objetivo é aferirmos as lições que podemos tirar dessas experiências e, principalmente, os desafios que se colocam para o aperfeiçoamento do processo alocativo, tendo em vista a iminência de encaminhamento do PPA 2016-2019 ao Congresso Nacional.

Em seguida, apresentamos análise do cenário macroeconômico durante o período correspondente aos exercícios de 2012 e 2013, a fim de conhecermos o comportamento das variáveis que embasaram o plano em vigor. Também, fazemos menção a aspectos da política fiscal no período considerado, em virtude da interferência de suas decisões no comportamento das variáveis macroeconômicas. Esse estudo favorece a compreensão e a análise crítica das razões de justificativas apresentadas pelo Poder Executivo no caso de divergências entre os índices alcançados pelas variáveis macroeconômicas e os esperados por ocasião da elaboração do plano. Além disso, pode indicar a tendência da variável para os próximos períodos e, por conseguinte, motivar eventual recomendação para fins de ajuste de curso em prol da consecução das metas e objetivos do plano.

Na sequência, levantamos algumas indagações em relação ao cumprimento das metas de políticas públicas constantes do plano, segundo o critério da materialidade da execução orçamentária e financeira para cada eixo de política.

Ao final, com base nas discussões apresentadas, fazemos algumas recomendações e sugestões para fins de apreciação da proposta do projeto de lei que deverá instituir o PPA para o período 2016-2019, no sentido de aperfeiçoar esse importante instrumento de planejamento.

2. ANÁLISE

2.1. Modelos de PPA

O Plano Plurianual foi criado na Constituição de 1988 como documento de referência sobre as aplicações financeiras de médio prazo dos governos federal e subnacionais, consolidado para toda a administração pública direta e indireta de cada ente da Federação. Atestam o caráter eminentemente orçamentário do PPA duas evidências do processo constituinte:

Primeiro, o PPA foi criado na Seção II – Dos Orçamentos, constante do Capítulo II – Das Finanças Públicas. Não há que vinculá-lo, portanto, à concepção de planejamento em sentido amplo, mas ao conceito mais específico de consolidação de *decisões alocativas* estratégicas para as diversas áreas de governo.



CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

Relatórios de Anuais de Avaliação do Plano Plurianual 2012-2015 - Ano Base 2012 e 2013

À luz desse entendimento, é forçoso concluir que o conteúdo do PPA e seu processo de elaboração devem se fundamentar em planos de longo prazo e de mais amplo escopo, que o precedam e que forneçam as visões de diagnóstico, levantamento de necessidades e detalhamento das melhores estratégias de enfrentamento dos problemas – conteúdos esses que não cabem no escopo do PPA e que devem, antes, orientá-lo.² É o caso de planos nacionais, regionais ou setoriais de longo prazo, a exemplo do Plano Nacional de Saneamento Básico, de abrangência vintenual, e do Plano Nacional de Educação, de abrangência decenal, os quais deverão orientar, portanto, as escolhas alocativas realizadas ao longo de vários PPAs.³

Dada a incipiência das práticas de planejamento no período mais recente de nossa história, práticas essas retomadas somente após os processos de estabilização política e econômica do país, não dispomos ainda de todo o arcabouço de referências e bases de dados necessário para lastrear alocações plurianuais consistentes com visões de longo prazo. De todo modo, cumpre não apenas adotar tal perspectiva sempre que possível, como buscar a construção de capacidade para uma estruturação sólida do planejamento nas três esferas de governo. O modelo de PPA que se opte por adotar, particularmente, deve promover o fortalecimento desse processo, por maiores que sejam os desafios a superar.

A segunda evidência suprarreferida reside no reconhecimento de que o constituinte foi parcimonioso na definição do que deveria conter o PPA, delegando o detalhamento a lei complementar. Mas, na medida em que definiu seu conteúdo, reportou-se *exclusivamente* a variáveis orçamentárias, a saber, as despesas de capital, as despesas delas decorrentes e as despesas de duração continuada. Quaisquer outras informações que o plano venha a conter, portanto, deverão ser as necessárias ao detalhamento do *plano de aplicações financeiras* contratado entre o governo e a sociedade por meio dos demonstrativos do PPA, e deverão culminar nesse detalhamento – ou seja, na explicitação do *custo* associado a cada estratégia de intervenção escolhida (objetivo e suas ações) e às metas estabelecidas.

As duas evidências retromencionadas nos alertam para o fato de que, confundir o PPA com o plano estratégico de governo em sentido amplo pode nos induzir ao erro de não termos, ao cabo, nem esse o planejamento robusto de

² Alertamos, aqui, para uma impropriedade do texto constitucional que requer, no mínimo, melhor formulação. Reza o § 4º do art. 165 que “Os planos e programas nacionais, regionais e setoriais previstos nesta Constituição serão elaborados em consonância com o plano plurianual e apreciados pelo Congresso Nacional”. Ora, mais apropriado se mostra que os planos nacionais, regionais e setoriais, por sua especificidade e maior abrangência de tempo e conteúdo, sejam os documentos de referência para as decisões alocativas de médio prazo, e não o contrário.

³ Constitui boa prática de planejamento a atualização regular dos planos de longo prazo, fazendo-se os ajustes recomendados pela dinâmica da realidade ou pelo aprendizado institucional. Sobre o PPA deve recair, portanto, o aporte de planos de referência periodicamente atualizados.



CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

Relatórios de Anuais de Avaliação do Plano Plurianual 2012-2015 - Ano Base 2012 e 2013

políticas públicas em sua integralidade, nem o plano de aplicações financeiras que o governante em mandato deve contratar com a sociedade.

Como plano estratégico de médio prazo, que abrange período correspondente ao de um mandato presidencial, iniciando-se no segundo ano desse mandato e adentrando o primeiro ano do mandato seguinte, o PPA deve cumprir três funções precípuas:

- Ser instrumento de comunicação do centro de governo com os governados, de modo a sinalizar claramente as prioridades escolhidas, as estratégias selecionadas para consecução dos objetivos e o perfil de distribuição dos recursos entre as áreas governamentais, permitindo, com isso, o exercício da participação democrática, seja por meio do controle social, seja por meio do controle legislativo;

- Ser instrumento de comunicação do centro de governo com suas equipes de trabalho, as quais se distribuem em estruturas administrativas fragmentadas, de modo a sinalizar, com clareza, os objetivos a serem alcançados, a consistência das estratégias a serem adotadas e o ritmo de execução das ações em face de metas físicas e financeiras acordadas e da capacidade organizacional instalada;

- Por fim, mas não menos importante, ser instrumento de aprendizado institucional, permitindo a avaliação dos resultados alcançados em relação àqueles inicialmente previstos e a análise de adequação das estratégias seguidas em face do desempenho verificado.

Para cumprir tais funções, os demonstrativos do PPA devem apresentar seus elementos constituintes segundo metodologia que forneça respostas sintéticas a cinco questões básicas:

- a que objetivo do centro de governo o programa de trabalho se reporta?

- que indicadores permitem aferir a contribuição do programa de trabalho para esse objetivo?

- que produtos o programa de trabalho deve gerar?

- que conjunto de ações compõe o programa de trabalho?

- qual o custo associado à implementação do programa de trabalho?

As respostas fornecidas pelo PPA devem ser coerentes com o marco jurídico posto (incluindo-se aí os eventuais planos de referência de longo prazo existentes para as políticas públicas) e devem veicular objetivos, estratégias e custos compreensíveis pelos atores governamentais e não-governamentais interessados no processo de governo. Em que medida os PPA adotados nos períodos de 2008-2011 e de 2012-2015 atenderam a esses requisitos?



CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

Relatórios de Anuais de Avaliação do Plano Plurianual 2012-2015 - Ano Base 2012 e 2013

O modelo de organização do PPA 2008-2011 seguiu base conceitual que vinha se desenvolvendo desde 2000, quando foi adotada metodologia fundamentada no marco lógico. Segundo esse modelo, cada programa, objeto de demonstrativo específico, era vinculado expressamente a um objetivo do centro de governo, nesse caso um dos dez macro-objetivos estratégicos elaborado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social e chancelados pela Presidência da República. Tais macro-objetivos deveriam presidir as escolhas de intervenção de todas as áreas setoriais do governo. O programa de “Abastecimento Alimentar”, por exemplo, a cargo do Ministério da Agricultura, foi apresentado como estratégia para consecução do macro-objetivo de “promover o crescimento econômico ambientalmente sustentável, com geração de empregos e distribuição de renda”. O conjunto de todos os programas associados a esse macro-objetivo, de qualquer pasta, deveria espelhar a estratégia global para se produzir os impactos ali definidos e representar um conjunto consistente de intervenções capazes de materializar esse propósito.

O segundo elemento constituinte do modelo 2008-2011, e dos prévios, era o estabelecimento de um objetivo intermediário entre o nível estratégico e o nível programático, denominado de “objetivo setorial”. Esse conceito corresponde ao comando que deve presidir a escolha de estratégias em cada área de governo. No exemplo acima, o programa de “Abastecimento Alimentar” foi associado ao objetivo setorial de “fortalecimento do agronegócio”, indicando que o agronegócio foi pensado como melhor estratégia na área da agricultura para dar cumprimento ao macro-objetivo de promover o crescimento econômico com sustentabilidade ambiental e geração de empregos.

Via-se, portanto, naquele modelo, uma estrutura hierárquica que explicitava as relações de causalidade: o programa de Abastecimento Alimentar servia ao objetivo setorial de fomentar o agronegócio, que, por sua vez, servia ao objetivo de governo de promover o crescimento ambientalmente sustentável.

Nesse modelo, ademais, cada programa se referia a um único objetivo, que veiculava a estratégia de obtenção do objetivo setorial. O programa de Abastecimento Alimentar, por exemplo, trazia como objetivo conceder crédito para a produção agrícola, fornecer infraestrutura de armazenamento e escoamento da produção e garantir a compra a preços mínimos, utilizando o produto comprado para composição dos estoques reguladores do governo e, residualmente, para atender a população nutricionalmente carente. Ao abrigo do programa, relacionava-se o plano de aplicações financeiras no programa, definindo as ações a serem implementadas para a concretização do objetivo.

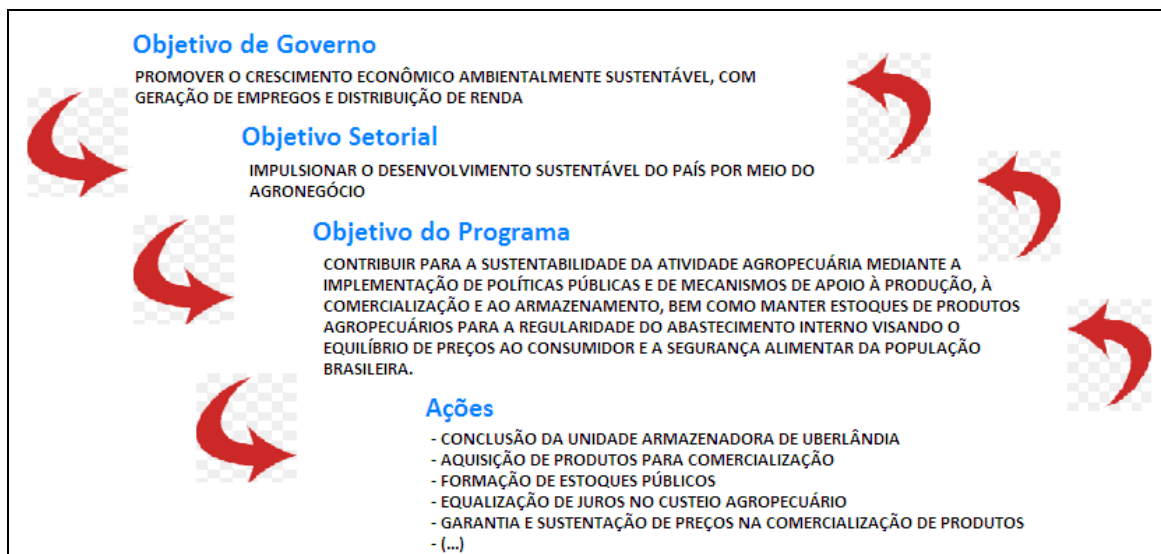


CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

Relatórios de Anuais de Avaliação do Plano Plurianual 2012-2015 - Ano Base 2012 e 2013

Aplicação do Modelo de Quadro Lógico no PPA 2008-2011 Programa de Abastecimento Alimentar



O demonstrativo de cada programa, no modelo 2008-2011, exigia a apresentação de indicadores para se aferir o grau de obtenção dos objetivos, devendo-se não apenas definir uma linha de base, como também estimar o valor ao qual se acreditava poder conduzir o indicador com a estratégia escolhida e o recursos previstos. O programa de “Abastecimento Alimentar” trazia os seguintes elementos para subsidiar as decisões e o monitoramento:

Indicadores do Programa de Abastecimento Alimentar – PPA 2008-2011

Indicador (unidade de medida)	Referência		2011
	Data	Índice	
Margem de Disponibilidade de Algodão em Pluma (percentagem)	30/11/2003	15,00	59,00
Margem de Disponibilidade de Arroz em Casca (percentagem)	30/11/2003	9,00	6,00
Margem de Disponibilidade de Milho (percentagem)	31/12/2003	17,00	18,00
Margem de Disponibilidade de Trigo (percentagem)	28/02/2004	3,00	3,00
Número de Produtores Rurais Atendidos pelos Instrumentos de Apoio à Comercialização de Produtos Agropecuários (unidade)	30/12/2006	11.006,00	17.084,00
Produção Nacional de Grãos (milhão de t)	30/04/2004	123,20	150,00
Volume de Recursos Aplicados no Apoio à Comercialização de Produtos Agropecuários (R\$ mil)	30/12/2006	3.133.029,00	4.271.152,00
Volume de Recursos Aplicados no Apoio à Produção de Produtos Agropecuários (R\$ mil)	01/08/2007	11.301.553,00	16.639.331,00

No quadro acima, o governo sinalizava para a sociedade que, em 2006, havia 11.006 produtores rurais atendidos pelos instrumentos de apoio à comercialização de produtos agropecuários e que, após a implementação integral do programa até 2011, intencionava elevar esse montante a 17.084 produtores rurais. Não obstante a adequação do indicador poder ser objeto de críticas, o modelo



CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

Relatórios de Anuais de Avaliação do Plano Plurianual 2012-2015 - Ano Base 2012 e 2013

promovia transparência quanto ao que o governo considerava ser capaz de realizar por meio das ações do PPA.

Por fim, o demonstrativo exigia a apresentação de metas físicas e financeiras para as ações integrantes do programa, de modo a explicitar a aferição dos custos da estratégia escolhida.

Programa de Abastecimento Alimentar – PPA 2008-2011

Cód.	Título	Produto (unidade de medida)	Início Término	Órgão Executor	Valor Total Estimado	Regionalização	Financeiro/Físico				
							2008	2009	2010	2011	
12BZ	Conclusão da Obra da Unidade Armazenadora de Uberlândia - MG	Obra executada (% de execução física)	03/2006 03/2009	MAPA	26.625.000 100	Sudeste	R\$ Meta	3.000.000 12	11.925.000 68	- -	- -

Em 2012, motivado por dificuldades de execução e pelo entendimento de que o modelo de PPA supra-apresentado importava rigidez à gestão, o Poder Executivo propôs, e o Congresso Nacional aprovou, novo modelo de elaboração e apresentação do PPA. Foram adotadas as seguintes modificações:

- foi eliminado o vínculo formal entre os programas e os macro-objetivos de governo;

- o equivalente aos programas no modelo anterior passaram a se denominar de 'objetivos', cada um dos quais composto por um conjunto de iniciativas e um conjunto de metas;

- não se explicita que subconjunto de metas se reporta a cada iniciativa e vice-versa;

- não se apresentam informações de custos ou de aplicações financeiras associadas às iniciativas e metas;

- criou-se o conceito de "programa temático", utilizado como agregador de objetivos;

- não se apresentam valores estimados para os indicadores.

Um aspecto importante do exercício de planejamento ao longo do tempo é que, a cada nova rodada de elaboração do plano, vemos ganhos de compreensão quanto às melhores estratégias de intervenção e aos indicadores que melhor traduzem os impactos desejados. Foi o caso do PPA 2012-2015, que apresentou, para problemas específicos de políticas públicas, algumas iniciativas mais consistentes de ação governamental e aferição de resultados.

Por outro lado, a propósito de conferir maior flexibilidade aos gestores no curso de execução das políticas, o novo modelo gerou, como subproduto, o esvaziamento do caráter informativo do plano, com o conseqüente enfraquecimento da transparência e da *accountability* democrática. O plano deixou,



CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

Relatórios de Anuais de Avaliação do Plano Plurianual 2012-2015 - Ano Base 2012 e 2013

paradoxalmente, de demandar capacidade de planejamento, haja vista o grau de generalidade que caracteriza seus demonstrativos.

Não obstante o centro de governo ter elencado onze macro-desafios a serem obtidos por meio da implementação do PPA, o novo modelo adotado não estabelece vínculo expresso entre tais objetivos estratégicos e as programações de trabalho. O primeiro macrodesafio do PPA 2012-2015, por exemplo, determina que todos os órgãos e entidades envolvidos no Projeto Nacional de Desenvolvimento devem adotar cursos de ação que contemplem a redução das desigualdades regionais, a sustentabilidade ambiental, a geração de empregos e a distribuição de renda. Se indagarmos, na sequência, que órgãos e que programas de trabalho estão atrelados a esse macro-objetivo, nenhuma informação é expressamente apresentada.

Tomando-se o Ministério das Cidades como ilustração, são as programações sob responsabilidade desse órgão relevantes para tal macrodesafio? Essas programações observam as orientações estratégicas inscritas nesse macrodesafio? Os cursos de ação adotados pelo Ministério configuram as melhores práticas visando à produção dos impactos esperados pelo macrodesafio? Nenhuma dessas questões pode ser respondida mediante consulta direta aos demonstrativos do PPA 2012-2015, pois que esse modelo suprimiu o vínculo entre programas e referenciais estratégicos.

Outra questão diz respeito à função do novo conceito criado de “programas temáticos”. A Mensagem Presidencial que encaminhou o PPA 2012-2015 ao Congresso Nacional não define esse conceito como um programa no sentido doutrinário do termo, ou seja, como um conjunto de ações articuladas para a obtenção de um objetivo definido. O programa temático é algo mais amplo, que serve não a um, mas a diversos objetivos. Qual seria, então, o propósito de um programa temático? Seria o de congregar diversos “subprogramas” (objetivos, iniciativas e metas)? Se for este o caso, então o programa temático carece de importância conceitual para fins de planejamento, pois que, do ponto de vista da doutrina de planejamento, a relação hierárquica de causalidade se estabelece entre um objetivo e as ações voltadas para sua obtenção. Se o programa temático não se reporta a nenhum problema específico, sendo mero agregador de vários objetivos, como um tema geral de política pública, então ele passa a concorrer com os conceitos já consolidados de função e subfunção, mostrando-se, portanto, desnecessário.

Tomemos, para ilustrar o ponto, o programa temático “Moradia Digna”, alçado à condição de prioridade de governo nos últimos anos. Esse programa temático não tem um objetivo que referencie uma situação problemática, como requer a boa técnica de planejamento. Ele contém diversos objetivos, ligados genericamente ao tema da política de habitação popular, como se mostra no quadro abaixo.



CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

Relatórios de Anuais de Avaliação do Plano Plurianual 2012-2015 - Ano Base 2012 e 2013

Programa Temático Moradia Digna - PPA 2012-2015

0382 - melhorar a condição de vida das famílias de baixa renda que vivem em assentamentos precários, desenvolvendo iniciativas necessárias à regularização urbanística e fundiária, à promoção da segurança e salubridade e à melhoria das condições de habitabilidade, por intermédio da execução de ações integradas de habitação, infraestrutura e inclusão socioambiental.

0383 - ampliar por meio de produção, aquisição ou melhoria o acesso à habitação, de forma subsidiada ou facilitada, priorizando o atendimento à população de baixa renda, com auxílio de mecanismos de provisão habitacional articulados entre diversos agentes e fontes de recursos, fortalecendo a implementação do programa minha casa, minha vida.

0384 - incentivar a expansão do crédito habitacional para construção, aquisição, ampliação e melhorias, por meio de medidas de facilitação do acesso ao financiamento imobiliário com estímulos ao crescimento da sua oferta pelos agentes financeiros.

0385 - fortalecer a capacidade técnica e institucional dos agentes do sistema nacional de habitação de interesse social para implementação da política habitacional sob os princípios de descentralização, articulação intergovernamental e intersetorial, participação e controle social.

0755 - elevar os patamares da qualidade da construção civil, por meio da criação e implementação de mecanismos de modernização tecnológica e gerencial, incluindo conceitos e metas de sustentabilidade, contribuindo para ampliar o acesso à moradia digna para a população de menor renda.

0756 - promover a qualidade da inserção urbana dos empreendimentos habitacionais, assim como, contribuir para a inserção socioeconômica das famílias beneficiadas por programas habitacionais.

Observe-se que cada um desses objetivos requer uma estratégia própria de atuação, ou seja, um conjunto de ações específicas e articuladas, visando à produção de resultados definidos. Implica dizer, portanto, que cada objetivo, para ser alcançado, requer um “programa” próprio. Logo, do ponto de vista da técnica de planejamento, o programa temático tem relevância apenas como atributo agregador dos diversos “programas” a serem adotados para dar cumprimento a cada objetivo – programas esses que inexistem como evento conceitual ou contábil no PPA 2012-2015.

Outro destaque do novo modelo é a ausência daquilo que, pela letra da Constituição, conforme mostramos na parte inicial deste Relatório, caracteriza mais fortemente o PPA, ou seja, ser um plano de aplicações financeiras acordado com a sociedade para materializar o conjunto de prioridades propostas pelo governante. O novo modelo adotado desconsidera largamente esse aspecto, deixando de veicular os custos associados às intervenções propostas.

Veja-se, por exemplo, dentro do programa temático “Moradia Digna”, o objetivo de “Ampliar por meio de produção, aquisição ou melhoria o acesso à habitação, de forma subsidiada ou facilitada, priorizando o atendimento à população de baixa renda, com auxílio de mecanismos de provisão habitacional articulados entre diversos agentes e fontes de recursos, fortalecendo a implementação do Programa Minha Casa, Minha Vida”. Esse objetivo se desdobra, no PPA, em cinco metas:

1) disponibilizar 200 mil moradias para famílias com renda até R\$ 5 mil mensais na área urbana e até R\$ 60 mil anuais na área rural;



CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

Relatórios de Anuais de Avaliação do Plano Plurianual 2012-2015 - Ano Base 2012 e 2013

2) disponibilizar 600 mil moradias para famílias com renda até R\$ 3,1 mil mensais na área urbana e R\$ 30 mil por ano na área rural;

3) instituir programa de moradia transitória com a finalidade de criar alternativas de atendimento habitacional adequado ao perfil da população vulnerável, como catadores e moradores de rua, alternativo ao albergamento e à propriedade definitiva;

4) produzir ou reformar 1,2 milhão de moradias para as famílias com renda até R\$ 1,6 mil por mês nas áreas urbanas e até R\$ 15 mil anuais na área rural; e

5) promover a acessibilidade nas unidades habitacionais ofertadas no MCMV em áreas urbanas e municípios acima de 50 mil habitantes.

O PPA apresenta, nesse exemplo, um conjunto de metas cuja execução importará, certamente, despesas de capital em montante elevados, mas a cuja estimativa não se faz qualquer referência. Quanto se pretende gastar para dar cumprimento a esse objetivo?

As iniciativas apontadas para a consecução dessas metas, por sua vez, foram duas: “Provisão ou reforma de unidades habitacionais em áreas urbanas e rurais em articulação com o setor público e privado”; e “Utilização de imóveis da União, geridos pela Secretaria de Patrimônio da União, em apoio à implementação dos programas de produção habitacional”. Novamente se coloca a questão: estamos falando de que montante de recursos, a ser aplicado para beneficiar que quantidade de cidadãos, e com que distribuição espacial?

Além da ausência de estimativas de custos, verifica-se ausência de indicadores de desempenho e de regionalização para cada subconjunto de “objetivo-metas-iniciativas” dentro de cada programa temático. Os programas temáticos fazem-se acompanhar de estimativa de despesas, que é global para o conjunto de objetivos-metas-iniciativas, e de indicadores socioeconômicos que apontam apenas para os valores de referência, mas não para os valores a serem obtidos quando todas as ações governamentais tiverem sido executadas. Ou seja, o governo não se compromete com a sociedade sobre quanto vai gastar para alcançar cada objetivo, nem para onde os indicadores deverão apontar ao final do plano, como resultado de suas ações.

Para o programa temático “Moradia Digna”, por exemplo, o governo espera gastar R\$ 300 bilhões entre 2013 e 2015, sem especificar quanto em cada objetivo e mostrando apenas que, em 2008, havia 10,5 milhões de domicílios com carência de infraestrutura, sem especificar a quanto deverá decrescer esse valor como resultado das ações a serem empreendidas e dos recursos a serem despendidos.



CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

Relatórios de Anuais de Avaliação do Plano Plurianual 2012-2015 - Ano Base 2012 e 2013

Programa Temático Moradia Digna - PPA 2012-2015

Déficit habitacional absoluto	5.572.313	unidades	em 2008
Déficit habitacional rural absoluto	942.481	unidades	em 2008
Déficit habitacional urbano absoluto	4.629.832	unidades	em 2008
Déficit habitacional adensamento excessivo	1.500.709	unidades	em 2007
Domicílios com carência de infraestrutura	10.454.947	unidades	em 2007
Domicílios com cobertura inadequada	543.066	unidades	em 2007
Domicílios sem banheiro	928.777	unidades	em 2007
Domicílios com inadequação fundiária	1.879.907	unidades	em 2007

Do que se expôs acima, conclui-se que o PPA 2012-2015, por força do novo modelo adotado, não exerce função paramétrica para fins de avaliação de desempenho, exceto em aspectos muito genéricos. Se as rigidezes do modelo anterior motivaram a adoção de nova sistemática, a discussão que viemos de fazer sinaliza para a necessidade de se avançar rumo a outra proposta, capaz de fortalecer, e não de esvaziar, o papel do planejamento.

2.2. Teor do PPA 2012-2015

O plano plurianual para o período de 2012 a 2015, denominado Plano Mais Brasil, foi instituído pela Lei nº 12.593/12. Com base nos documentos que acompanham as Mensagens nºs 42-CN, de 2013, e 12-CN, de 2014, a intenção do governo para os anos seguintes seria o de dar continuidade ao padrão de desenvolvimento, iniciado em 2003, baseado no crescimento sustentável com inclusão social. Para tanto, buscou a convergência entre políticas sociais, econômicas e ambientais, com vistas à promoção da inclusão social e melhoria da distribuição de renda, de forma a efetivar a universalização e a institucionalização dos direitos estabelecidos pela Constituição. Espera, ao final do período do plano, dinamismo econômico, melhor distribuição de renda e riqueza, erradicação da pobreza e afirmação da inserção econômica internacional ativa. Para alcance desses objetivos, o governo federal elegeu o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e o Plano Brasil sem Miséria (PBSM) como prioridades para o período, sem prejuízo da definição de outras nas leis de diretrizes orçamentárias (art. 19).

A fim de cumprir o planejamento estabelecido no PPA 2012-2015, foram definidas as seguintes diretrizes:

- a) redução das desigualdades sociais, regionais, étnicos raciais e de gênero para garantir os direitos humanos;
- b) ampliação da participação social;
- c) promoção da sustentabilidade ambiental;
- d) valorização da diversidade cultural e da identidade nacional;



CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

Relatórios de Anuais de Avaliação do Plano Plurianual 2012-2015 - Ano Base 2012 e 2013

- e) excelência na gestão como meio de assegurar o provimento de bens e serviços à sociedade;
- f) garantia da soberania nacional;
- g) aumento da eficiência dos gastos públicos;
- h) crescimento econômico sustentável; e
- i) estímulo e valorização da educação, da ciência e da tecnologia.

Essas diretrizes devem ser observadas quando da elaboração das leis orçamentárias, com o fim de preservar a compatibilidade com o PPA 2012-2015 e com as leis de diretrizes orçamentárias. Conforme ressaltamos anteriormente, contudo, não há vínculo expresso entre tais diretrizes e as programações aprovadas.

2.2.1. Fundamentos macroeconômicos

De acordo com a mensagem presidencial que encaminhou o plano ao Congresso Nacional, as variáveis macroeconômicas que o embasaram foram as seguintes:

Parâmetros macroeconômicos para a elaboração do PPA 2012-2015

Ano	PIB (R\$ milhões)	PIB Var. % Real	IPCA Acumulado (Var. %)	IGP-DI Acumulado (Var. %)	Massa salarial Crescimento real	Taxa Over SELIC % a.a. (Dezembro)	Câmbio R\$/US\$ (Média)
2012	4.537.477	5,0	4,80	5,00	4,71	12,50	1,64
2013	5.008.698	5,5	4,50	4,50	4,58	11,00	1,72
2014	5.521.965	5,5	4,50	4,50	4,44	9,50	1,74
2015	6.087.828	5,5	4,50	4,50	4,33	8,00	1,77

Fonte: SPE/MF

Essas variáveis são importantes do ponto de vista fiscal, pois representam balizadores necessários à realização da estimativa das receitas administradas pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, em especial os índices de inflação e do crescimento real do PIB.

No que tange ao PIB, observamos que as projeções para os anos de 2012 e 2013 não se confirmaram e ficaram abaixo da variação real do PIB.

Varição real do PIB ao ano (%)

Exercício	Esperado (PPA)	Realizado (IBGE)
2012	5,0	1,76
2013	5,5	2,74

Fonte: Mensagem que encaminhou o PPA 2012-2015 e IBGE.

Segundo as justificativas constantes dos relatórios de avaliação do PPA, o impacto da crise internacional e o processo de ajuste de estoques na indústria foram determinantes para o resultado da economia em 2012. Relativamente ao exercício de 2013, o menor crescimento mundial e a expectativa



CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

Relatórios de Anuais de Avaliação do Plano Plurianual 2012-2015 - Ano Base 2012 e 2013

de redução dos estímulos monetários nos Estados Unidos condicionaram a evolução do PIB doméstico.

O exame dos componentes da oferta agregada revela que as projeções constantes do Plano Mais Brasil foram otimistas. Conforme se verifica na tabela abaixo, todos os setores cresceram menos do que o observado no período compreendido entre 2012 e 2013.

Variação real do PIB ao ano, por componente da oferta agregada (%)

	Esperado (PPA)			Realizado (IBGE)		
	2012	2013	Média	2012	2013	Média
Valor Adicionado	4,8	5,3	5,0	1,5	2,6	2,1
Agropecuária	6,2	6,7	6,4	-2,5	7,9	2,6
Indústria	4,9	5,4	5,1	0,1	1,8	0,9
Serviços	4,7	5,2	4,9	2,4	2,5	2,5
Impostos sobre produtos	5,8	6,3	6,0	3,2	3,4	3,3
PIB	5,0	5,5	5,2	1,8	2,7	2,2

Fonte: Mensagem que encaminhou o PPA 2012-2015 e IBGE.

Se considerarmos um período mais longo, entre 2004 e 2013, constatamos que o crescimento esperado seria maior do que o verificado de 2004 a 2008, época marcada pelo crescimento da economia mundial.

Variação real média (Var. %) – período 2004-2013

Setores e subsetores	Média Anual		
	2004-2008	2009-2013	2004-2013
Valor adic. preços bás.	4,5	2,8	3,69
Agropecuária – total	3,2	2,7	2,96
Indústria – total	4,4	2,2	3,27
Serviços – total	4,7	3,2	3,94
Impostos líq. s/produtos	6,3	4,4	5,33
PIB a preços de mercado	4,8	3,1	3,94

Fonte: IBGE.

Apesar de a variação do PIB ter sido inferior ao previsto, a massa salarial apresentou crescimento real de 6,7%, no conceito efetivo. Acima, portanto, do valor estimado. A expansão de postos de trabalho, o aumento da renda das famílias e a manutenção de queda das taxas de desemprego foram as razões apontadas para a elevação da massa salarial.

Quanto ao resultado primário, recordemos que, em 2010, o superávit, fixado em 3,1% do PIB, frustrou-se, não obstante o fortíssimo crescimento da economia e a realização de operação inédita com a Petrobras, cujo saldo a favor do Tesouro foi equivalente a 0,84% do PIB. A meta foi formalmente cumprida mediante o abatimento das despesas do PAC. O resultado de 2011 representou o retorno à meta de 3,1% do PIB. Nesse exercício, a meta do setor público



CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

Relatórios de Anuais de Avaliação do Plano Plurianual 2012-2015 - Ano Base 2012 e 2013

consolidado foi estabelecida pela primeira vez em termos nominais, no montante de R\$ 117,9 bilhões. Em agosto daquele ano, o Governo Federal se comprometeu, diante do bom desempenho da arrecadação, a ampliar a meta de superávit primário em R\$ 10,0 bilhões. Foram realizados R\$ 128,7 bilhões, apesar da frustração do resultado de estados e municípios. A iniciativa de ampliar o esforço fiscal decorreu da percepção de que ela permitiria ao Banco Central iniciar um novo ciclo de redução da taxa de juros.

Em 2012, ano de baixo crescimento, o superávit foi novamente frustrante. A meta primária consolidada de R\$ 139,8 bilhões, com a revisão do Produto a menor, passou a representar 3,18% do PIB, e a meta da União e suas estatais, 2,20% do PIB. O resultado alcançado, incluindo o saldo de operações criticadas como contabilidade criativa, foi de menos de 2,4% do PIB, e de pouco mais de 1,9% do PIB para a União.

Em 2013 a economia cresceu mais que no ano anterior, mas ainda relativamente pouco, e os resultados fiscais foram fracos. Da meta primária de 3,22% do PIB para todo o setor público, foram atingidos 1,88% do PIB. No exercício passado, mediante alteração da LDO, a União se desobrigou de compensar a frustração do esforço dos governos subnacionais. A meta cheia da União era de 2,27% do PIB, e conseguiu-se 1,54% do PIB. A diferença foi resolvida mais uma vez com o abatimento de despesas do PAC.

A evolução dos parâmetros macroeconômicos verificados no período de abrangência do PPA permite-nos verificar o grau de verossimilhança das premissas utilizadas no plano em relação ao realizado. O que se apura é uma larga discrepância entre esses dois conjuntos de parâmetros, sinalizando a necessidade de se retomar a prática de revisar periodicamente o planejamento elaborado, de modo a não apenas atualizá-lo, como também permitir reflexão mais amíuade sobre as metodologias de projeção adotadas.

Ao contrário do que se pode pensar, a revisão é etapa essencial de um processo sólido de planejamento. O plano não deve ser tomado como instrumento rígido ou inalterável de comando, mas ferramenta sempre atual e flexível em qualquer momento do tempo que se o considere, servindo ao propósito de orientar objetivamente os rumos da gestão. Se esses rumos necessitarem de alteração, seja em face dos imperativos da realidade, seja em decorrência de escolhas políticas, o planejamento deve ser conseqüentemente adaptado. Como instrumento de comunicação do centro de governo com a sociedade e com as equipes de trabalho, o plano deve apenas estar disponível a qualquer tempo, não ser imutável.

Como as definições dos parâmetros macroeconômicos e de receitas não foram atualizadas no PPA 2012-2015, não obstante a ocorrência de eventos econômicos de amplo impacto nacional e internacional ao longo desse período,



CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

Relatórios de Anuais de Avaliação do Plano Plurianual 2012-2015 - Ano Base 2012 e 2013

pode-se concluir, por via lógica, que as metas físicas e financeiras assumidas na versão original do plano terão se tornado inadequadas. O desempenho do plano em relação a essas metas, porém, só pode ser aferido mediante análise da execução dos objetivos e metas fixados para cada um dos programas temáticos ali inscritos.

2.2.2. Situação dos Programas e Execução Orçamentária e Financeira

A avaliação do cumprimento de objetivos e metas do PPA 2012-2015, em sua integralidade, será realizada no próximo exercício, quando ao Congresso Nacional tiverem sido encaminhados os relatórios de avaliação dos quatro anos que integram o escopo do Plano. Cumpre-nos, contudo, debruçarmos sobre os dados parciais para trazer à discussão os elementos que mais relevam avaliar neste momento, em face da importante missão que em breve assumiremos: a de apreciar o PPA vindouro, à luz do aprendizado que as experiências correntes e passadas nos permitem.

De fato, o esforço de elaboração de um relatório de avaliação somente se justifica pelas consequências positivas que venha a promover no processo de planejamento governamental. Tome-se o seguinte caso ilustrativo, a propósito da política de defesa nacional.

O projeto de PPA 2012-2015 propôs alocação de R\$ 11,9 bilhões para o programa temático 2058 – Política Nacional de Defesa no exercício de 2012. Tal proposta, após as emendas parlamentares, acabou por ser aprovada com o valor de R\$ 13,0 bilhões. Quando da execução da LOA 2012, porém, verificou-se sensível descasamento entre esses dois instrumentos de planejamento, com alocação de recursos em volume 36% superior ao do PPA, montando a R\$ 17,7 bilhões. O hiato entre o que se propôs no PPA e o que se fez consignar na LOA não representa necessariamente um problema se o excedente se deriva de fato inesperado – uma operação de crédito no curso de exercício, por exemplo – ou se a execução se mostra satisfatória, revelando um processo de base maduro para novos aportes. No caso do programa temático 2058, contudo, o desempenho da execução ficou muito aquém até mesmo do patamar originalmente proposto. Para que o processo de aprendizado se realize, faz-se necessário apontar os fatores que obstaram o bom desempenho do programa e apontar as medidas necessárias a sua superação.

A esse respeito, o Relatório encaminhado pelo poder executivo para o ano-base de 2012 apontou os seguintes fatores:

- carência de pessoal civil para gerenciar projetos, sobretudo em razão da aposentadoria de servidores experientes em diversas áreas; dificuldade de contratação de serviços e de mão de obra especializada nas regiões remotas do País; alto custo para contratação de serviços e de mão de obra especializada em geral; e falta de pessoal qualificado em número suficiente para executar as tarefas



CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

Relatórios de Anuais de Avaliação do Plano Plurianual 2012-2015 - Ano Base 2012 e 2013

de fiscalização e repressão das embarcações e inspeção naval, sobretudo em face da extensão das áreas a cobrir;

- ausência da previsão de recursos orçamentários;
- entraves à aprovação da aquisição de bens e serviços junto à Consultoria Jurídica da União (CJU), obrigando constantes intervenções dos pesquisadores e gestores do Instituto para fazer entender as especificidades da área de C,T&I;
- cerceamento tecnológico dos países líderes no desenvolvimento científico e tecnológico, intensificando as restrições de acesso às tecnologias e bens sensíveis ou de uso dual;
- dificuldade da indústria nacional para atender aos “picos de demanda” correspondentes às necessidades do projeto SISFRON, com elevação dos custos de construção;
- complexidade técnica da integração dos meios de sensoriamento e apoio à decisão;
- altos custos dos produtos da indústria aeroespacial especializada em helicópteros e de blindados, radares e aeronaves.

O que temos a dizer sobre as questões problemáticas acima referidas? O que essas informações sinalizam para o processo decisório que se fará sobre a alocação de recursos para os próximos quatro anos? Compete-nos, em face dos resultados levantados, proceder à discussão de cada um desses fatores e fazer os encaminhamentos necessários ao aprimoramento do planejamento de políticas públicas que o próximo PPA conterà. Com esse intuito, e tendo em vista que o desempenho do PPA transcorre no curso de execução das leis orçamentárias anuais, parece-me apropriado que, pela amplitude e especificidade das políticas consideradas, esta Comissão determine a cada relator setorial do orçamento aprofundar a análise procedida neste Relatório, em relação às programações de sua respectiva área temática, e apresente diagnóstico e recomendações para deliberação deste Pleno. Subsídios para tal análise são oferecidos a seguir, após a discussão de duas das questões mais importantes a impactar o desempenho do planejamento de políticas públicas na atualidade, quais sejam: os efeitos da política fiscal e as indefinições do pacto federativo em vigor.

2.2.3. Efeitos da política fiscal sobre o planejamento

Um dos parâmetros mais relevantes para a consecução de planos sólidos de intervenção governamental reside no valor estimado de recursos com os quais se poderá contar para lastrear as operações. Como o PPA se reporta ao



CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

Relatórios de Anuais de Avaliação do Plano Plurianual 2012-2015 - Ano Base 2012 e 2013

médio prazo e a capacidade de previsão é intrinsecamente limitada⁴, faz-se necessário justificar o cenário escolhido e sinalizar os ajustes de contingência a serem adotados em caso de frustração de arrecadação. Esses são requisitos básicos do planejamento.

Coisa distinta é a frustração de recursos que emana não de contingências, mas da adoção proposital de políticas que impactam as bases do planejamento e, não obstante, deixam de ser devidamente incorporadas a esse. É o caso da política de geração de resultados primários, alçada a patamar de prioridade de governo, visando a construção de um ambiente de negócios capaz de consolidar trajetória de desenvolvimento sustentável para o país. Não obstante tal política fiscal ter sua importância reconhecida e legitimidade assegurada junto à sociedade, ela não é expressamente incorporada no processo de planejamento. A arrecadação de receitas públicas para o período de vigência do plano é estimada e passa a fundamentar a programação de trabalho das entidades governamentais como se, atingidos os volumes de receitas previstos, remanescessem esses integralmente a serviço de viabilizar as programações, ignorando-se formalmente que parte será reservada como poupança primária. Confrontando-se o previsto no PPA com aquilo que é determinado pelas leis de diretrizes orçamentárias anualmente, vê-se que os dois conjuntos de decisões são incompatíveis.

Discussão semelhante se deve fazer em relação aos efeitos do crescimento excessivo de despesas inscritas em restos a pagar sobre a consistência do planejamento realizado. Isso porque prorrogações nas autorizações de despesas de exercícios passados têm se avolumado a tal ponto que programações de trabalho de períodos distintos acabam colidindo e tornando a execução de gastos destituída de orientação estratégica.

2.2.4. Planejamento e federalismo

Outro fundamento para um planejamento sólido reside em que as programações de trabalho adotadas respeitem a repartição constitucional de competências entre os entes federados e sejam compatíveis com a capacidade organizacional instalada ou passível de estruturação para o cumprimento do plano.

Analisando-se o conteúdo das programações federais constantes dos PPAs nos últimos anos, verifica-se que tais requisitos nem sempre são observados. Seja por omissão dos entes subnacionais, seja por concentração de receitas no governo central, observa-se que parte das intervenções planejadas nos PPA da União se reportam a atribuições que não têm vocação federal e a ações que não cumprem os dois requisitos a justificar intervenção federal, quais sejam:

⁴ A capacidade de previsão é limitada por dois fatores básicos: a realidade é intrinsecamente dinâmica e indeterminada e a capacidade humana de processar todas as informações necessárias à previsão é ela própria limitada. Em face disso, todo plano é uma mera aposta, nas palavras de Carlos Matus, devendo sempre consignar espaço para reformulações.



CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

Relatórios de Anuais de Avaliação do Plano Plurianual 2012-2015 - Ano Base 2012 e 2013

situações que demandam a coordenação de vários entes subnacionais ou realização de despesas de capital de elevado montante. Duas consequências se seguem: a primeira é a de não se enfrentar a discussão o pacto federativo estabelecido, sobretudo quanto à devolução de receitas aos entes subnacionais; e, a segunda, a de dispersar os esforços da estrutura federal em ações fragmentadas de baixo impacto estruturante. O próprio desempenho das ações fragmentadas fica comprometido pelo círculo vicioso que a falta de equacionamento do desenho federativo acarreta: a União toma para si intervenções que requerem a participação das estruturas estaduais e municipais, mas essas, por força da indisponibilidade de recursos ou como consequência de um processo de aprendizado local impedido, simplesmente não estão preparadas para responder satisfatoriamente.

2.2.5. Análise econômica e setorial

Aspectos macroeconômicos

Com a finalidade de retratar a economia brasileira ao longo de 2004 a 2012, tomaremos por base o produto interno bruto (PIB). O PIB representa o valor total da produção atual de produtos e serviços finais obtidos dentro do território nacional num determinado período de tempo. Isso significa que em sua medida não se considera a revenda de itens produzidos em período anterior nem o valor das matérias-primas e bens intermediários utilizados para a produção de outros bens. Além disso, é um importante indicador que revela o desempenho econômico do país.

Até o exercício de 2008, o governo mantinha-se conservador na sua estimativa. A partir de então, em face da crise financeira internacional, o crescimento real da economia arrefeceu. Porém, o governo não acompanhou essa tendência e, por conseguinte, suas previsões tornaram-se otimistas. A exceção verificou-se em 2010, quando a economia mundial deu sinais de recuperação da crise iniciada em setembro de 2008 e as medidas anticíclicas adotadas pelo governo mostraram-se favoráveis para compensar a retração do crédito privado, sustentar a liquidez do mercado cambial e preservar a atividade econômica e o investimento. Contudo, a partir de 2011, o cenário internacional voltou a deteriorar-se, em virtude da crise da dívida pública da Zona do Euro, cujo impacto não foi considerado na magnitude necessária pelo governo nas suas estimativas subsequentes para o crescimento real do PIB.

PIB - Variação real anual (% a.a.)

	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Observado	5,71%	3,16%	3,96%	6,09%	5,17%	-0,33%	7,53%	2,73%	1,03%
PPA	3,50%	4,00%	4,50%	5,00%	5,00%	5,00%	5,00%	5,00%	5,00%
PLOA	3,50%	4,00%	4,50%	4,75%	5,00%	4,50%	4,50%	4,50%	5,00%

Fonte: Ipeadata, em 03/06/2013, e mensagens que encaminharam os projetos dos planos plurianuais e das leis orçamentárias para os respectivos exercícios.



CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

Relatórios de Anuais de Avaliação do Plano Plurianual 2012-2015 - Ano Base 2012 e 2013

PIB - Variação real média por duração de vigência do PPA (% a.a.)

	2004-2007	2008-2011	2012
Observado	4,72%	3,73%	1,03%
PPA	4,25%	5,00%	5,00%
PLOA	4,19%	4,62%	5,00%

Fonte: Ipeadata, em 03/06/2013 e mensagens que encaminharam os projetos dos planos plurianuais e das leis orçamentárias para os respectivos exercícios.

Segundo a óptica da oferta, os setores agropecuário e industrial vêm diminuindo sua importância na composição do PIB desde 2004. O setor agropecuário recuou 0,65% no período, que equivale a um crescimento real médio de 0,07% ao ano. A indústria, por sua vez, cresceu 28,91% (2,86% a.a.). O resultado do setor ficou prejudicado pelo baixo desempenho da indústria de transformação, que representa cerca de 50,0% do setor industrial que compõe o PIB. A indústria de transformação recuou 0,82 entre 2004 e 2012, ou seja, uma redução real média de 0,09% ao ano.

Participação dos setores e subsectores na composição do PIB

Setores e subsectores	Exercício								
	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Valor adic. preços bás.	85,82%	85,80%	85,86%	85,97%	85,10%	86,26%	85,60%	85,22%	84,81%
Agropecuária – total	5,93%	4,90%	4,71%	4,78%	5,03%	4,85%	4,54%	4,65%	4,51%
Indústria – total	25,84%	25,12%	24,69%	23,91%	23,74%	23,14%	24,03%	23,46%	22,07%
<i>Extrativa mineral</i>	1,65%	2,11%	2,48%	2,02%	2,75%	1,58%	2,54%	3,47%	3,62%
<i>Transformação</i>	16,49%	15,52%	14,91%	14,64%	14,15%	14,36%	13,89%	12,44%	10,99%
<i>Construção civil</i>	4,37%	4,20%	4,06%	4,18%	4,17%	4,53%	4,84%	4,93%	4,85%
<i>Prod. e dist. de eletríc., gás, água, esgoto e limpeza urbana</i>	3,33%	3,28%	3,22%	3,07%	2,67%	2,67%	2,76%	2,62%	2,61%
Serviços – total	54,05%	55,78%	56,46%	57,28%	56,32%	58,27%	57,03%	57,11%	58,23%
<i>Comércio</i>	9,47%	9,58%	9,86%	10,42%	10,66%	10,78%	10,72%	10,78%	10,81%
<i>Transp., armaz. e correio</i>	4,03%	4,26%	4,16%	4,13%	4,25%	4,14%	4,30%	4,37%	4,58%
<i>Serviços de informação</i>	3,30%	3,41%	3,25%	3,30%	3,23%	3,08%	2,76%	2,60%	2,45%
<i>Interm. fin., seg., previd. comp. e serv. relac.</i>	4,99%	6,05%	6,18%	6,60%	5,78%	6,24%	6,43%	6,34%	6,07%
<i>Outros serviços</i>	11,87%	11,84%	12,44%	12,24%	12,03%	12,72%	12,26%	12,39%	13,28%
<i>Ativ. Imob. e aluguéis</i>	7,79%	7,73%	7,43%	7,31%	6,94%	7,22%	6,71%	6,72%	6,96%
<i>Adm., saúde e educ.púb.</i>	12,59%	12,91%	13,14%	13,29%	13,42%	14,09%	13,87%	13,92%	14,08%
Impostos líq. s/produtos	14,18%	14,20%	14,14%	14,03%	14,90%	13,74%	14,40%	14,78%	15,19%
PIB a preços de mercado	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%

Fonte: IBGE.

Por sua vez, o setor de serviços e os impostos líquidos sobre produtos apresentaram crescimentos reais superiores aos setores agropecuário e industrial. O setor de serviços cresceu 46,25% (4,31% a.a.) e os impostos líquidos sobre produtos, 58,41% (5,24% a.a.). Dessa forma, aumentaram suas participações na composição do PIB ao longo do período.



CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

Relatórios de Anuais de Avaliação do Plano Plurianual 2012-2015 - Ano Base 2012 e 2013

PIB - Variação real anual (Var. %)

Setores e subsetores	Exercício								
	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Valor adic. a preços básicos	4,87%	3,13%	4,03%	6,22%	4,11%	1,03%	6,71%	2,28%	0,54%
Agropecuária – total	-1,84%	-14,85%	-0,06%	7,75%	10,69%	-3,88%	0,59%	5,21%	-1,99%
Indústria – total	13,42%	0,25%	2,18%	2,75%	4,45%	-2,85%	11,64%	0,33%	-4,98%
<i>Extrativa mineral</i>	17,30%	32,25%	22,23%	-13,88%	43,61%	-42,94%	73,50%	40,32%	5,29%
<i>Transformação</i>	11,87%	-2,92%	-0,11%	4,14%	1,65%	1,17%	3,99%	-7,97%	-10,79%
<i>Construção civil</i>	13,95%	-0,83%	0,53%	9,09%	5,05%	8,21%	14,87%	4,55%	-0,48%
<i>Prod. e dist. de eletricidade, gás, água, esgoto e limpeza urbana</i>	18,87%	1,51%	2,27%	1,10%	-8,72%	-0,12%	10,84%	-2,15%	0,49%
Serviços – total	1,97%	6,48%	5,22%	7,62%	3,42%	3,11%	5,26%	2,87%	3,02%
<i>Comércio</i>	9,20%	4,46%	6,94%	12,15%	7,62%	0,71%	6,94%	3,34%	1,31%
<i>Transporte, armazen. e correio</i>	5,46%	8,92%	1,60%	5,11%	8,48%	-2,93%	11,47%	4,49%	5,95%
<i>Serviços de informação</i>	11,29%	6,50%	-0,92%	7,59%	3,15%	-5,08%	-3,68%	-3,27%	-4,76%
<i>Interm. fin., seguros, previd. comp. e serviços relacionados</i>	-13,94%	25,07%	6,16%	13,29%	-7,81%	7,57%	10,76%	1,23%	-3,13%
<i>Outros serviços</i>	3,41%	2,86%	9,19%	4,38%	3,41%	5,37%	3,66%	3,85%	8,25%
<i>Atividades imobiliárias e aluguéis</i>	-1,30%	2,38%	0,01%	4,28%	-0,18%	3,71%	-0,07%	2,94%	4,65%
<i>Adm., saúde e educação públicas</i>	1,78%	5,78%	5,82%	7,30%	6,20%	4,64%	5,83%	3,10%	2,23%
Impostos líq. sobre produtos	11,09%	3,36%	3,50%	5,29%	11,65%	-8,09%	12,72%	5,41%	3,85%
PIB a preços de mercado	5,71%	3,16%	3,96%	6,09%	5,17%	-0,33%	7,53%	2,73%	1,03%

Fonte: IBGE.

O crescimento real médio dos setores da economia conforme o PIB foi bastante superior no período até 2008. A partir de 2009, observamos um arrefecimento considerável do crescimento desses setores.

PIB - Variação real média (Var. %) – período 2004-2012

Setores e subsetores	Média Anual		
	Até 2008	Após 2008	2004-2012
Valor adicionado a preços básicos	4,47%	2,61%	3,64%
Agropecuária – total	-0,07%	-0,07%	-0,07%
Indústria – total	4,51%	0,84%	2,86%
<i>Extrativa mineral</i>	18,59%	9,97%	14,68%
<i>Transformação</i>	2,81%	-3,60%	-0,09%
<i>Construção civil</i>	5,42%	6,64%	5,96%
<i>Produção e distribuição de eletricidade, gás, água, esgoto e limpeza urbana</i>	2,63%	2,15%	2,42%
Serviços – total	4,92%	3,56%	4,31%
<i>Comércio</i>	8,04%	3,05%	5,79%
<i>Transporte, armazenagem e correio</i>	5,88%	4,62%	5,32%
<i>Serviços de informação</i>	5,44%	-4,20%	1,04%
<i>Intermediação financeira, seguros, previdência complementar e serviços relacionados</i>	3,60%	3,97%	3,76%
<i>Outros serviços</i>	4,62%	5,27%	4,91%
<i>Atividades imobiliárias e aluguéis</i>	1,02%	2,79%	1,80%
<i>Administração, saúde e educação públicas</i>	5,36%	3,94%	4,73%
Impostos líquidos sobre produtos	6,91%	3,19%	5,24%
PIB a preços de mercado	4,81%	2,70%	3,87%

Fonte: IBGE.



CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

Relatórios de Anuais de Avaliação do Plano Plurianual 2012-2015 - Ano Base 2012 e 2013

De acordo com a óptica da demanda, a despesa de consumo das famílias corresponde ao item mais representativo na composição do PIB. Entre 2004 e 2011, a participação desse item girou em torno de 60,0% e apresentou crescimento mais acentuado em 2012, ao atingir 62,62% de participação na formação do PIB.

Participação dos setores e subsetores na composição do PIB

Setores e subsetores	Exercício									
	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	
PIB a preços de mercado	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Desp. de cons. das famílias	59,78%	60,27%	60,30%	59,90%	58,93%	61,11%	59,64%	60,33%	62,62%	
Desp. cons. adm. Pública	19,23%	19,91%	20,04%	20,26%	20,19%	21,21%	21,15%	20,68%	21,31%	
FBCF e var. de estoques	17,12%	16,21%	16,76%	18,33%	20,69%	17,84%	20,24%	19,73%	17,52%	
Exp. de bens e serviços	16,43%	15,13%	14,37%	13,36%	13,66%	10,98%	10,87%	11,89%	12,59%	
Imp. de bens e serviços (-)	12,55%	11,52%	11,47%	11,84%	13,47%	11,14%	11,90%	12,62%	14,03%	

Fonte: IBGE.

Após um período de manutenção de sua contribuição na formação do PIB até 2008, inclusive, constatamos tendência de aumento dessa participação a partir de 2009. O consumo das famílias foi o único item que elevou a taxa de crescimento média após a crise de 2008.

PIB - Variação real anual (Var. %)

Setores e subsetores	Exercício									
	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	
PIB a preços de mercado	5,71%	3,16%	3,96%	6,09%	5,17%	-0,33%	7,53%	2,73%	1,03%	
Desp. cons. das famílias	2,04%	4,01%	4,01%	5,37%	3,47%	3,37%	4,95%	3,91%	4,86%	
Desp. cons. adm. pública	4,83%	6,84%	4,61%	7,25%	4,82%	4,71%	7,24%	0,44%	4,11%	
FBCF e var. estoques	14,74%	-2,33%	7,49%	16,04%	18,75%	-14,09%	22,01%	0,13%	-10,26%	
Exp. de bens e serviços	15,86%	-4,98%	-1,26%	-1,32%	7,52%	-19,91%	6,48%	12,35%	6,96%	
Imp. de bens e serv. (-)	9,85%	-5,29%	3,47%	9,59%	19,64%	-17,59%	14,91%	8,94%	12,33%	

Fonte: IBGE.

PIB - Variação média real anual (Var. %)

Setores e subsetores	Média Anual		
	Até 2008	Após 2008	Geral
PIB a preços de mercado	4,81%	2,70%	3,87%
Despesa de consumo das famílias	3,78%	4,27%	4,00%
Despesa de consumo da adm. Pública	5,66%	4,10%	4,96%
Formação bruta de cap. fixo e var. estoques	10,67%	-1,48%	5,09%
Exportação de bens e serviços	2,89%	0,62%	1,87%
Importação de bens e serviços (-)	7,13%	3,75%	5,62%

Fonte: IBGE.

Alguns fatores ajudam a explicar o aumento do consumo das famílias. Os indicadores do mercado de trabalho apontam para uma melhoria das



CONGRESSO NACIONAL

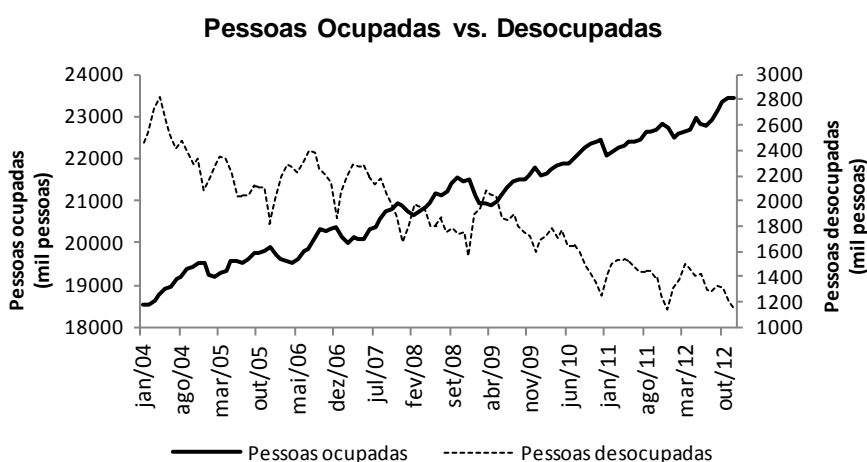
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

Relatórios de Anuais de Avaliação do Plano Plurianual 2012-2015 - Ano Base 2012 e 2013

condições dos trabalhadores, especialmente com referência à elevação de sua renda, o que estimula o consumo das famílias.

De acordo com a pesquisa mensal de emprego (PME), realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a população ocupada aumentou ao longo dos exercícios, enquanto a desocupada reduziu.

Além disso, a pesquisa apontou elevação de pessoas empregadas com carteira assinada e diminuição daquelas sem carteira assinada. Vale dizer que a expansão do emprego formal tem o condão de proporcionar benefícios ao trabalhador, especialmente quanto à cobertura previdenciária e ao acesso ao crédito



consignado.

Tal situação, aliada à política de valorização do salário mínimo, contribuiu para o aumento do rendimento real médio do trabalhador. O salário mínimo saltou de R\$ 240, em janeiro de 2004, para R\$ 622, em dezembro de 2012, o que representa uma variação de 159,17%. A inflação acumulada, medida pelo INPC, foi de 60,27% no período considerado. Logo, descontada essa inflação, o ganho real do salário mínimo correspondeu a 61,70%.

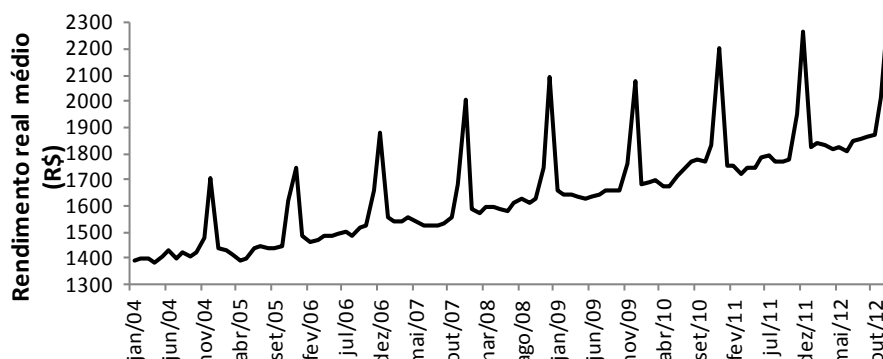


CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

Relatórios de Anuais de Avaliação do Plano Plurianual 2012-2015 - Ano Base 2012 e 2013

Rendimento médio real das pessoas ocupadas

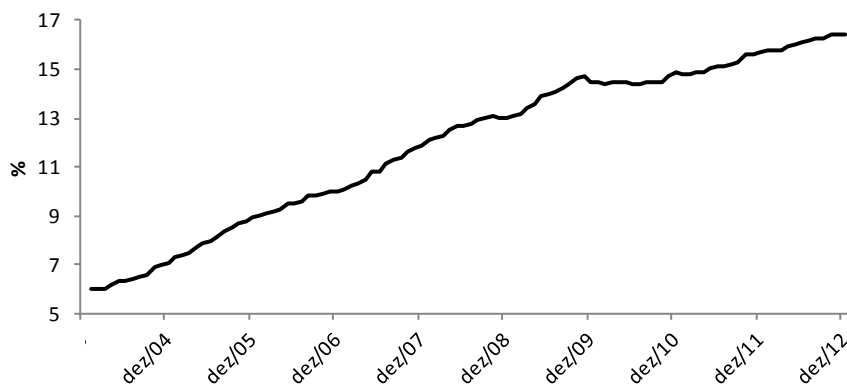


Fonte: IBGE.

Nota: 1) Para Região Metropolitana: inflacionado pelo INPC de cada Região Metropolitana. 2) Excluído trabalhadores não remunerados e trabalhadores que receberam somente em benefícios. 3) Para Total das Áreas: inflacionado pela média ponderada do INPC das seis Regiões Metropolitanas. 4) O Coeficiente de Variação calculado para cada uma das células das tabelas apresentadas dão uma medida da precisão dos valores. Esses coeficientes têm valores que variam a partir de zero, quando a estimativa coincide com o valor conhecido, aumentando quando o nível de precisão diminui. 5) A preços de maio de 2013.

O crédito ao consumidor também elevou no período. É o que se constata do gráfico 4, que mostra o saldo crescente das operações de crédito com recursos livres a pessoas físicas⁵.

Saldo das operações de crédito com recursos livres a pessoas físicas em relação ao PIB



Fonte: BCB.

Indicadores sociais indicam melhora na distribuição renda. A redistribuição da renda das pessoas ricas para as mais pobres pode estimular o dispêndio agregado em virtude da maior propensão marginal a consumir destas pessoas. O gráfico 5 revela tal comportamento, uma vez que a curva de distribuição de renda referente ao exercício de 2009 está mais próxima da curva ideal do que aquela relativa o ano de 2001.

⁵ Recursos livres a pessoas físicas compreendem operações relacionadas com cheque especial, crédito pessoal não consignado, crédito pessoal consignado, aquisição de veículos e de outros bens, cartão de crédito, crédito pessoal vinculado à renegociação de dívidas, leasing, descontos de cheques e outros créditos livres.

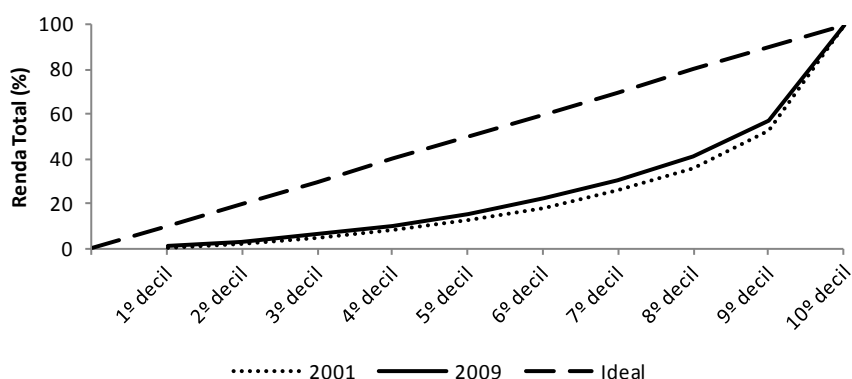


CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

Relatórios de Anuais de Avaliação do Plano Plurianual 2012-2015 - Ano Base 2012 e 2013

Proporção da renda total do país apropriada pelos indivíduos segundo a renda domiciliar per capita



Fonte: Ipeadata.

Outros indicadores sociais relacionados com a distribuição de renda corroboram a melhoria da distribuição de renda entre os anos de 2001 e 2009.

Indicadores sociais relacionados à renda

Ano	Coefficiente de Gini ¹	Índice de Theil ²	Razão entre a renda dos 10% mais ricos e a dos 40% mais pobres ³
2001	0,596	0,727	23,34
2002	0,589	0,710	22,20
2003	0,583	0,686	21,42
2004	0,572	0,665	19,91
2005	0,569	0,659	19,55
2006	0,563	0,644	18,70
2007	0,556	0,624	18,12
2008	0,548	0,608	17,13
2009	0,543	0,597	16,67

Fonte: Ipeadata.

Notas: ¹ O coeficiente de Gini varia entre 0 (desigualdade nula) e 1 (desigualdade máxima). ² O índice de Theil varia de 0 a infinito. Quanto mais próximo de zero, melhor a distribuição de renda. ³ Esse indicador compara a renda média dos indivíduos pertencentes ao décimo mais rico da distribuição com a renda média dos indivíduos pertencentes aos quatro décimos mais pobres da mesma distribuição.

Ademais, o medo da volta da inflação contribui para o aumento do consumo das famílias. Em um cenário de incertezas que inibe o investimento do setor privado e com índices de desemprego baixos, como verificados nos últimos anos no Brasil, o crescimento da demanda agregada das famílias pode pressionar os preços para cima. Isso ocorre quando estamos próximos do pleno emprego dos fatores de produção, pois nessa circunstância reduz-se a possibilidade de expansão rápida da produção. A repercussão maior dá-se, então, sobre os preços, como forma de controlar a demanda.



CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

Relatórios de Anuais de Avaliação do Plano Plurianual 2012-2015 - Ano Base 2012 e 2013

Cabe esclarecer que após a crise financeira do sistema financeiro americano em 2008, os índices de inflação anual aumentaram. O IPCA, por exemplo, apesar de manter-se dentro dos limites de tolerância adotados pelo governo, tem se posicionado mais próximo ao limite superior. Como assinalado, esse é um fator que incentiva o consumo das famílias, pois o temor do retorno da inflação provoca a antecipação de compras.

Índices de Preços

Ano	INPC	IPCA	IGP-DI
2004	6,1%	7,6%	12,1%
2005	5,0%	5,7%	1,2%
2006	2,8%	3,1%	3,8%
2007	5,2%	4,5%	7,9%
2008	6,5%	5,9%	9,1%
2009	4,1%	4,3%	-1,4%
2010	6,5%	5,9%	11,3%
2011	6,1%	6,5%	5,0%
2012	6,2%	5,8%	8,1%

Fonte: Ipeadata.

Quanto às despesas de consumo final das administrações públicas, elas correspondem ao segundo item mais representativo na composição do PIB sob a óptica da demanda e revelam crescimento sistemático na participação da formação do PIB ao longo do período. Esse componente apresentou crescimento médio real entre o 2004 e 2012 de 4,96%, sendo 5,66% até de 2008 e 4,10% a partir de 2009.

De acordo com o glossário do Sistema de Contas Nacionais (ref. 2010), constante na Nota Metodológica nº 5, elaborada pelo IBGE, o consumo final das administrações públicas representa as despesas com serviços individuais e coletivos, segundo o custo da sua produção, prestados gratuitamente, total ou parcialmente, pelas três esferas de governo (federal, estadual e municipal), deduzidos os pagamentos parciais (entradas de museus, matrículas etc.) efetuados pelas famílias. Em outras palavras, o consumo do governo representa as despesas correntes do governo com a remuneração do funcionalismo e a compra de materiais.

No caso da União, com base na execução orçamentária, constatamos que as despesas com pessoal e encargos sociais cresceram 38,98% acima da inflação medida pelo IGP-DI entre 2004 e 2012⁶. Os gastos com vencimentos e vantagens dos servidores ativos superaram a inflação em 61,90%, enquanto o pagamento dos inativos mostrou-se superior à inflação em 42,09%. Os demais dispêndios indicaram redução de 42,25% em relação à variação do IGP-DI. Tais despesas referem-se a benefícios assistenciais, como auxílio funeral, auxílio

⁶ As despesas com pessoal e encargos sociais compõem-se de vencimentos e vantagens, RPPS e demais despesas, cuja proporção média, no período entre 2003 e 2012, foi, respectivamente, 48,62%, 43,45% e 7,88%.



CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

Relatórios de Anuais de Avaliação do Plano Plurianual 2012-2015 - Ano Base 2012 e 2013

reclusão e auxílio natalidade; contribuições a entidades fechadas de previdência privada; obrigações patronais, como contribuições previdenciárias e FGTS; despesas de exercícios anteriores; indenizações trabalhistas; salário-família; etc. As outras despesas correntes (GND 3)⁷, excluídos os gastos com pagamento de benefícios do regime geral da previdência social, tiveram crescimento de 87,29% acima da variação do IGP-DI entre 2004 e 2012.

Variação real anual de despesas pagas diretamente pela União (modalidade de aplicação 90), corrigidas pelo IGP-DI, referente a pessoal e encargos sociais (GND 1) e outras despesas correntes (GND 3)

Ano	Pessoal e Encargos Sociais				Outras Despesas Correntes		
	Vencimentos e vantagens	RPPS	Demais despesas	Total	RGPS	Demais despesas	Total
2004	-0,16%	-0,77%	6,00%	0,43%	3,20%	5,23%	4,29%
2005	11,91%	9,71%	-34,15%	4,24%	14,21%	20,33%	17,52%
2006	13,94%	7,85%	-2,53%	9,71%	9,91%	5,78%	7,62%
2007	3,65%	1,42%	-7,49%	1,76%	1,83%	6,08%	4,14%
2008	3,57%	3,16%	-1,13%	3,04%	-7,79%	7,55%	0,71%
2009	20,66%	17,04%	15,18%	18,69%	16,73%	8,58%	11,91%
2010	0,18%	-0,22%	-18,08%	-1,26%	2,02%	1,02%	1,44%
2011	2,05%	2,42%	5,50%	2,41%	6,42%	9,68%	8,28%
2012	-3,97%	-3,30%	-6,77%	-3,84%	4,87%	1,88%	3,14%

Fonte: Siga.

Relativamente aos investimentos, representados pela formação bruta de capital fixo e variação de estoques, apresentaram crescimento real médio de 5,09% a.a. entre 2004 e 2012. Até 2008, o aumento real médio foi de 10,67% a.a.. A partir de então, verificamos uma tendência de redução na contribuição da formação do PIB, caracterizado por picos menores e vales mais profundos. O crescimento real médio foi negativo (-1,48% a.a.).

O setor público, no entanto, tem elevado o investimento. Com base nos dados constantes no relatório de avaliação do PPA 2012-2015, ano base 2012, e os valores do PIB a preços de 2012, o setor público apresentou crescimento real médio de 10,4% a.a. entre 2004 e 2012. A União e as empresas estatais indicaram crescimento real de 11,0% a.a. e 17,4% a.a., respectivamente, no período. Até 2008, a variação real de investimento da União e das empresas estatais elevou, respectivamente, 25,9% a.a. e 10,0% a.a.. A partir de 2009, a variação real de investimentos das empresas elevou para 12,3% a.a., enquanto a União desacelerou para 7,5% a.a..

⁷ Entre 2003 e 2012, os pagamentos de benefícios do RGPS representaram, em média, 43,51% do grupo outras despesas correntes.



CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

Relatórios de Anuais de Avaliação do Plano Plurianual 2012-2015 - Ano Base 2012 e 2013

Investimento do Setor Público (Var. real anual - %)

Ano	Estatais Federais	Estados e Municípios	União	Total
2004	-3,9%	13,8%	5,7%	5,7%
2005	3,2%	-4,2%	54,7%	3,2%
2006	4,0%	27,9%	38,6%	20,0%
2007	16,7%	-7,2%	6,1%	2,6%
2008	33,9%	35,2%	31,5%	34,2%
2009	28,1%	-0,3%	19,6%	13,1%
2010	13,5%	19,5%	43,4%	20,3%
2011	-8,1%	-12,7%	-23,0%	-12,6%
2012	18,7%	12,7%	0,9%	13,5%

Obs.: Variação real anual (%) do investimento do setor público estimada a partir de dados constantes no relatório de avaliação do PPA 2012-2015, ano base 2012, e no PIB a preços de 2012, publicados no site do Ipeadata.

O aumento de investimento do setor público, todavia, não foi suficiente para compensar a queda verificada no setor privado, mesmo beneficiado com medidas de incentivos governamentais. A União, por exemplo, procurou elevar o crédito para investimentos privados por meio dos bancos públicos, em face da menor expansão da concessão de crédito pelo sistema bancário privado após a crise financeira internacional iniciada em 2008, a fim de evitar queda maior da atividade econômica.

Oferta de Crédito - 2004/2012 (Var. real anual - %)

Ano	Bancos Públicos	Bancos Privados Nacionais	Bancos Estrangeiros	Total
2004	4,6%	17,5%	5,7%	9,8%
2005	13,0%	18,6%	30,0%	18,8%
2006	12,0%	13,0%	10,6%	12,1%
2007	9,0%	23,9%	17,2%	16,9%
2008	35,6%	24,6%	20,8%	27,5%
2009	22,7%	0,8%	-6,2%	7,3%
2010	12,3%	13,7%	6,2%	11,7%
2011	15,8%	6,6%	10,5%	11,1%
2012	20,8%	1,4%	3,2%	10,1%

Obs.: Variação real anual (%) do investimento do setor público estimada a partir de dados constantes no relatório de avaliação do PPA 2012-2015, ano base 2012, e no PIB a preços de 2012, publicados no site do Ipeadata.

Outras medidas recentes foram adotadas pelo governo federal com vistas à elevação do investimento. Porém, o prazo transcorrido até o final de 2012 pode não ter sido suficiente para observarmos os resultados esperados. No relatório de avaliação do PPA 2012-2015, ano base 2012, mereceram destaques os



CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

Relatórios de Anuais de Avaliação do Plano Plurianual 2012-2015 - Ano Base 2012 e 2013

estímulos ao mercado privado de financiamento de longo prazo, por intermédio da MP nº 517/10 (convertida na Lei nº 12.402/11) e da Lei nº 12.431/11, que em conjunto acarretaram:

- a) desoneração tributária dos rendimentos de títulos privados de longo prazo associados a projetos de investimentos na indústria e nos setores de infraestrutura e adquiridos por investidores não residentes emitidos por empresas não financeiras;
- b) modificações na Lei nº 6.404/76 para que a assembleia de acionistas defina o limite de emissão de títulos de renda fixa;
- c) instituição do FIP-IE (Fundo de Investimento em Participação de Infraestrutura) e FIP-PD&I (Fundo de Investimento em Participação na Produção Econômica Intensiva em Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação);
- d) regulamentação da oferta pública das letras financeiras;
- e) criação de fundo de liquidez para os títulos privados a partir de direcionamento de 3% dos compulsórios sobre os depósitos a prazo.

Além disso, a fim de promover a recuperação da economia, foram tomadas medidas para incentivar o aumento dos investimentos privados, como a adoção do regime de concessões e de parcerias público-privadas para investimentos em logística de transporte (MP 576/12, convertida na Lei nº 12.743/12) e redução das tarifas de energia elétrica. Também, foram estabelecidas desonerações tributárias em razão de incertezas no cenário internacional, com perspectiva de baixo crescimento dos países mais desenvolvidos e desaceleração da economia chinesa.

Quanto ao resultado das exportações e importações de bens e serviços, observamos deterioração entre 2004 e 2012. Até 2008, as exportações superavam as importações. A partir de 2009, a situação mudou e as importações tornaram maiores. As importações apresentaram crescimento médio anual mais elevado do que as exportações. Enquanto as importações apontavam crescimento de 5,6% a.a., as exportações cresciam 1,8% a.a. apenas.

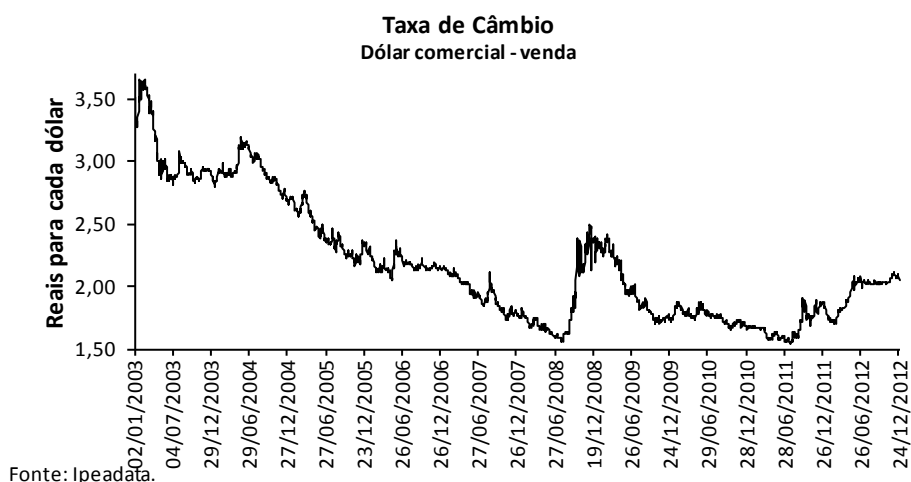
No período, a taxa de câmbio apresentou queda. Quando estourou a crise financeira da Rússia, nossa moeda sofreu forte desvalorização. A partir de 2003, a taxa de câmbio passou a se ajustar e o real começou a valorizar. No entanto, a trajetória de diminuição da taxa de câmbio mostra algumas interrupções em função da crise do sistema financeiro americano a partir de 2008 e a crise da dívida pública na Zona do Euro em 2011. Observamos que desde o segundo semestre de 2011 a taxa de câmbio têm aumentado.



CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

Relatórios de Anuais de Avaliação do Plano Plurianual 2012-2015 - Ano Base 2012 e 2013



A valorização do real torna nossos produtos mais caros e, em consequência, prejudica a exportação. A importação tem efeito contrário. Com as crises econômicas, as incertezas aumentam e acarretam a desaceleração do crescimento da economia mundial. Além disso, o consumo das famílias tem se mantido em patamares elevados e tem sido responsável pelo crescimento da economia nacional. Isso leva a piora nos resultados decorrentes das importações e exportações de bens e serviços. Em síntese, o consumo das famílias, a valorização do real, a lenta recuperação das economias desenvolvidas e a desaceleração de crescimento da China são alguns dos fatores que ajudam a explicar a deterioração do resultado alcançado com as importações e exportações de bens e serviços.

Esse resultado é confirmado no balanço de pagamentos, que revela que o saldo das transações correntes mostrou redução no período entre 2004 e 2012. Um dos itens que mais contribuiu para tal ocorrência foram viagens internacionais por motivo de turismo. Contudo, a queda no saldo das transações correntes foi compensada pelo resultado na conta capital e financeira, de modo a aumentar os haveres da autoridade monetária e, assim, manter o país como credor externo líquido. Contudo, cabe assinalar que houve uma redução no montante de acumulação das reservas internacionais em 2012.

Saldo das Reservas Internacionais

Mês	US\$ milhões
dez/03	49.296
dez/04	52.935
dez/05	53.799
dez/06	85.839
dez/07	180.334
dez/08	206.806
dez/09	239.054
dez/10	288.575
dez/11	352.012
dez/12	378.613

Fonte: BCB.



CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

Relatórios de Anuais de Avaliação do Plano Plurianual 2012-2015 - Ano Base 2012 e 2013

Item que merece destaque para o saldo positivo da conta capital e financeira refere-se ao investimento estrangeiro direto⁸. Tais investimentos tendem a permanecer mais tempo no País e, por conseguinte, têm o condão de oferecer maior estabilidade ao financiamento do déficit em transações correntes.

Balanco de pagamentos

Discriminação	US\$ milhões									
	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	
TRANSAÇÕES CORRENTES	11.679	13.985	13.643	1.551	-28.192	-24.302	-47.273	-52.473	-54.230	
Balança comercial (FOB)	33.641	44.703	46.457	40.032	24.836	25.290	20.147	29.793	19.415	
Serviços e Rendas	-25.198	-34.276	-37.120	-42.510	-57.252	-52.930	-70.322	-85.251	-76.492	
Transf. unilaterais correntes	3.236	3.558	4.306	4.029	4.224	3.338	2.902	2.984	2.846	
CONTA CAPITAL E FINANCEIRA	-7.523	-9.464	16.299	89.086	29.352	71.301	99.912	112.381	70.154	
Conta Capital	372	663	869	756	1.055	1.129	1.119	1.573	-1.877	
Conta Financeira	-7.895	-10.127	15.430	88.330	28.297	70.172	98.793	110.808	72.030	
ERROS E OMISSÕES	-1.912	-201	628	-3.152	1.809	-347	-3.538	-1.271	2.976	
RESULTADO DO BALANÇO	2.244	4.319	30.569	87.484	2.969	46.651	49.101	58.637	18.900	
HAVERES DA AUTORIDADE MONETÁRIA (-=aumento)	-2.244	-4.319	-30.569	-87.484	-2.969	-46.651	-49.101	-58.637	-18.900	

Fonte: BCB.

Política Fiscal

Diferente do PPA 2008-2011, o plano atual não estabelece, expressamente, as diretrizes para a política fiscal. Todavia, extrai-se da mensagem presidencial que encaminhou o PPA 2012-2015 que a política fiscal deve ser conduzida no sentido de:

- continuar a melhoria do perfil de endividamento;
- contribuir para o crescimento econômico, com expansão das despesas de transferências de renda para fortalecer o mercado interno e de investimentos para melhorar as condições de infraestrutura;
- simplificar o regime tributário, mediante melhoria da distribuição da carga a fim de elevar a competitividade da produção doméstica.

Quanto ao perfil de endividamento, observamos significativa mudança na composição dos indexadores da dívida pública federal.

⁸ Os investimentos estrangeiros direto, em 2012, somaram US\$ 65.272 milhões. Um pouco inferior ao ano anterior, que totalizaram US\$ 66.660 milhões.

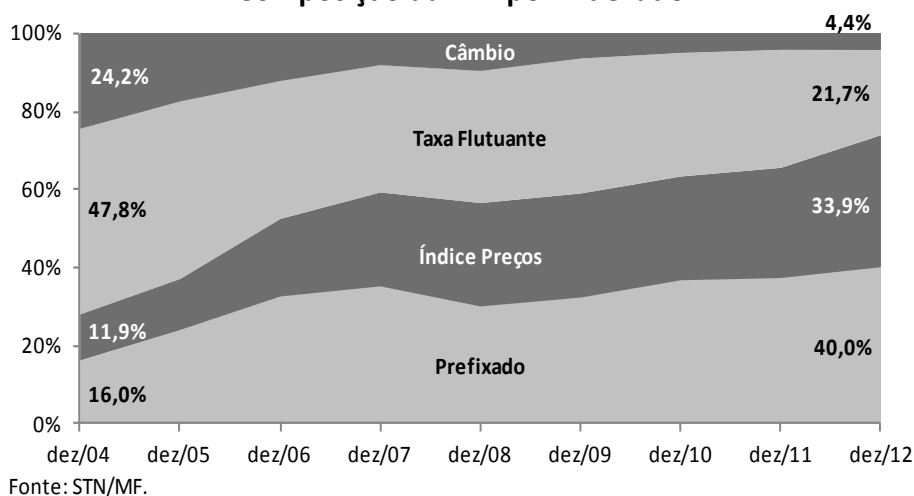


CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

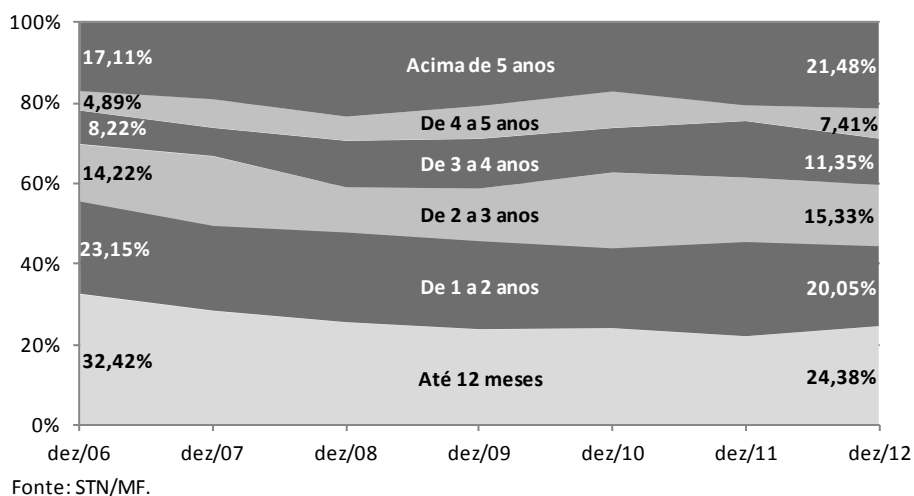
Relatórios de Anuais de Avaliação do Plano Plurianual 2012-2015 - Ano Base 2012 e 2013

Composição da DPF por Indexador



Além do mais, houve alongamento dos prazos de vencimento da dívida pública federal.

Vencimento da DPF



Como consequência, o prazo médio da dívida pública federal aumentou ao longo dos anos, o que contribuiu para a redução do risco de refinanciamento da dívida.

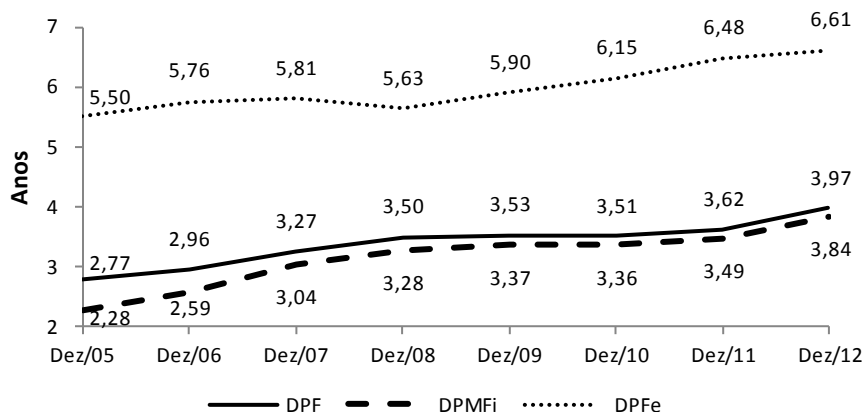


CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

Relatórios de Anuais de Avaliação do Plano Plurianual 2012-2015 - Ano Base 2012 e 2013

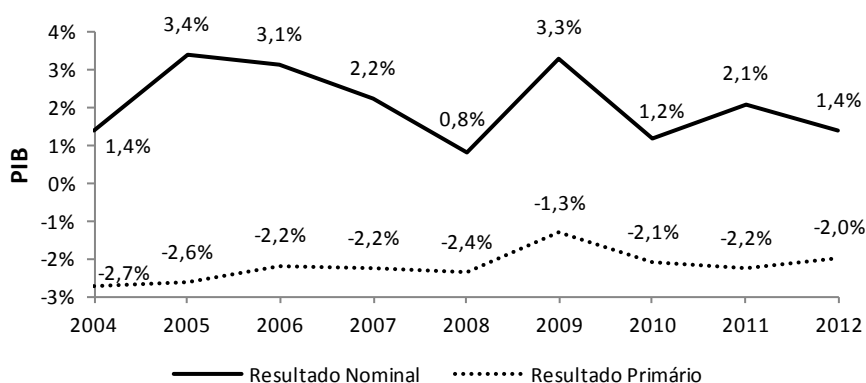
Prazo Médio da DPF



Fonte: STN/MF.

O alongamento da dívida e a mudança da sua composição por indexador contribuíram para a diminuição da necessidade de financiamento do setor público, uma vez que reduziram as despesas anuais com os serviços da dívida.

Necessidade de Financiamento do Governo Central



Fonte: STN/MF.

Em que pese a melhora do perfil do endividamento, deve-se atentar para o estoque da dívida. A dívida bruta do governo geral⁹ em comparação com o PIB que apresentava tendência de queda após a crise financeira americana passou a elevar, possivelmente em virtude da crise da dívida pública na Zona do Euro. Isso acarreta elevação nas despesas com juros. Todavia, a dívida líquida do setor público¹⁰ em relação ao PIB permanece em queda.

⁹ Dívida bruta do governo geral (DBGG) abrange o total de débitos de responsabilidade dos governos federal, estaduais e municipais junto ao setor privado, ao setor público financeiro, ao Banco Central e ao resto do mundo. Os débitos de responsabilidade das empresas estatais das três esferas de governo não são abrangidas pelo conceito. Os débitos são considerados pelos valores brutos, sendo as obrigações vinculadas à área externa convertidas para reais pela taxa de câmbio de final de período (compra).

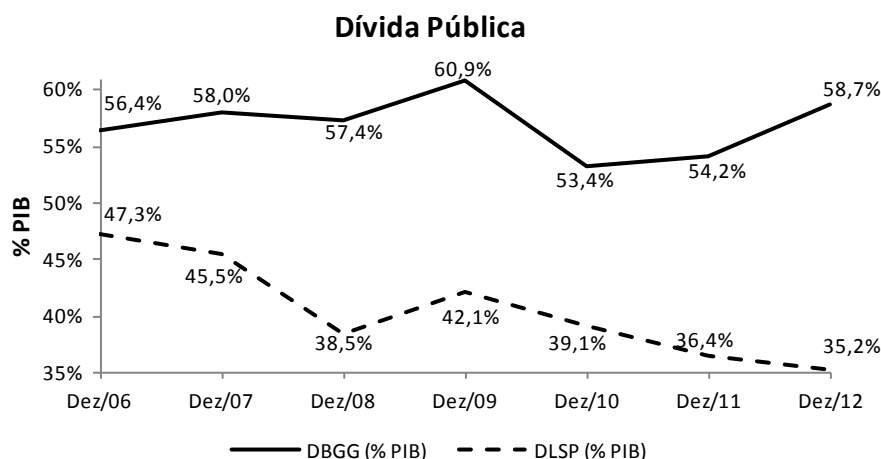
¹⁰ Dívida líquida do setor público corresponde ao saldo líquido do endividamento do setor público não-financeiro e do Banco Central com o sistema financeiro (público e privado), o setor privado não-financeiro e o resto do mundo. Entende-se por saldo líquido o balanceamento entre as dívidas e os créditos do setor público não-financeiro e do Banco Central.



CONGRESSO NACIONAL

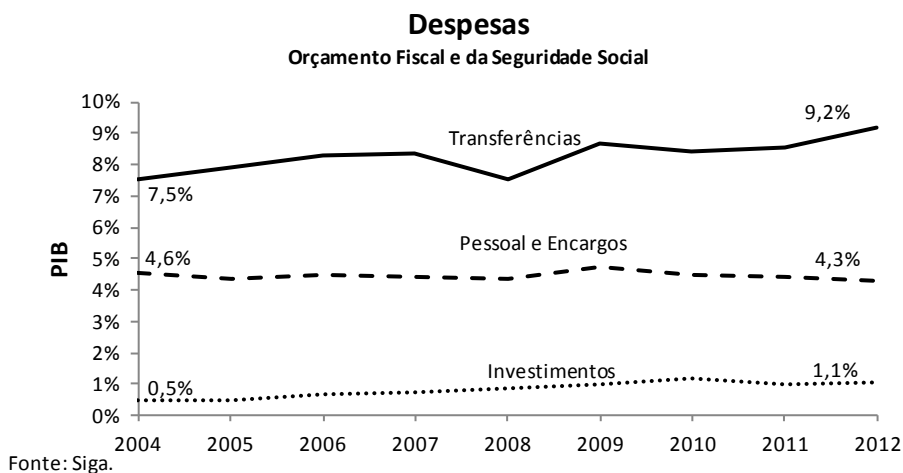
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

Relatórios de Anuais de Avaliação do Plano Plurianual 2012-2015 - Ano Base 2012 e 2013



Fonte: BCB.

No que tange à expansão das despesas de transferência de renda para fortalecimento do mercado interno, constatamos o cumprimento das orientações. As despesas com transferências de renda passaram de 7,5% do PIB em 2004 para 9,2% em 2012. A política de valorização do salário mínimo, com concessões de ganhos reais acima do INPC, teve importante influência no resultado, pois as despesas de transferência de renda compõem-se de dispêndios com pagamento de benefícios previdenciários, inclusive cumprimento de sentenças judiciais; seguro-desemprego; abono salarial; renda mensal vitalícia; benefícios de prestação continuada; e bolsa-família.



Fonte: Siga.

Também, os investimentos, representados pelas despesas classificadas como GND 4 nos orçamentos fiscal e da seguridade social, aumentaram. Em 2005, representavam 0,5% PIB. Em 2012, elevaram para 1,1%. Vale ressaltar que, desse montante, 29,4% a.a., em média, foram gastos em áreas diretamente relacionadas com infraestrutura, como telecomunicações, energia elétrica, petróleo e transportes aéreo, ferroviário, hidroviário e rodoviário.

Relativamente à simplificação do regime tributário, por meio de melhoria na distribuição da carga tributária a fim de aumentar a competitividade da



CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

Relatórios de Anuais de Avaliação do Plano Plurianual 2012-2015 - Ano Base 2012 e 2013

produção interna, não houve nenhuma modificação significativa. As medidas do governo para abrandar as crises econômicas verificadas no período correspondem a medidas de desonerações tributárias em determinados segmentos do mercado.

Além disso, a carga tributária tem aumentado desde 2004 em todas as bases de incidência, exceto em relação aos tributos sobre transações financeiras e outros tributos. A extinção da CPMF no final de 2007 contribuiu para a redução da carga tributária decorrente de tributos sobre transações financeiras.

Carga tributária por base de incidência

Tipo de Base	2004	2005	2006	2007	2008	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Total da Receita Tributária	32,23%	33,33%	33,55%	34,72%	35,80%	34,52%	34,54%	33,29%	33,53%	35,31%	35,85%
Renda	5,57%	6,28%	6,27%	6,72%	7,34%	6,63%	7,02%	6,49%	6,10%	6,72%	6,40%
Folha de Salários	7,03%	7,33%	7,45%	7,72%	8,06%	8,42%	8,49%	8,80%	8,77%	9,10%	9,51%
Propriedade	1,03%	1,06%	1,12%	1,19%	1,23%	1,21%	1,21%	1,28%	1,26%	1,31%	1,38%
Bens e Serviços	15,93%	16,00%	16,01%	16,32%	17,32%	16,47%	17,10%	16,09%	16,68%	17,38%	17,83%
Transações Financeiras	1,63%	1,64%	1,64%	1,70%	0,73%	1,66%	0,70%	0,59%	0,70%	0,77%	0,70%
Outros Tributos	1,04%	1,02%	1,06%	1,07%	1,10%	0,13%	0,02%	0,04%	0,03%	0,04%	0,03%

Fonte: RFB. Carga Tributária no Brasil 2008 (exercícios 2004 a 2006), Carga Tributária no Brasil 2011 (exercícios 2007 a 2011) e Carga Tributária no Brasil 2012 (exercício 2012).

Não é demais dizer que o aumento da carga tributária concorre para prejudicar uma das diretrizes da política fiscal, pois reduz a competitividade da produção interna.

Políticas Sociais

As políticas sociais abrangem despesas com pagamento de benefícios do regime geral da previdência social, bolsa-família, seguro-desemprego, abono salarial, benefícios da LOAS entre outras. A maior parte desses gastos é obrigatória. Essas características explicam o montante tão mais elevado em comparação com as demais políticas do PPA 2012-2015, bem como o percentual de execução maior em relação à dotação autorizada por política.

A partir dos programas que compõem as políticas sociais é possível estratificá-las por função orçamentária, segundo a tabela a seguir:

Despesas com políticas sociais por função no ano de 2012

Função	R\$ milhões		
	Autorizado	Liquidado	Pago
09 - Previdência Social	313.993,4	313.345,5	298.267,7
10 - Saúde	76.041,1	68.358,2	61.033,2
08 - Assistência Social	57.180,3	55.859,8	53.258,5
12 - Educação	51.231,6	43.394,9	30.370,4
11 - Trabalho	41.424,9	40.848,8	39.973,0
06 - Segurança Pública	3.920,9	2.070,4	1.026,9



CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

Relatórios de Anuais de Avaliação do Plano Plurianual 2012-2015 - Ano Base 2012 e 2013

13 - Cultura	2.400,8	1.335,4	334,6
27 - Desporto e Lazer	3.287,0	1.026,1	160,0
18 - Gestão Ambiental	1.466,1	952,1	496,4
14 - Direitos da Cidadania	1.611,2	808,9	162,4
03 - Essencial à Justiça	116,2	113,5	75,6
21 - Organização Agrária	268,6	96,1	42,1
04 - Administração	38,7	28,1	7,6
19 - Ciência e Tecnologia	0,2	0,2	0,1
15 - Urbanismo	0,5	0,0	0,0
20 - Agricultura	75,0	0,0	0,0
23 - Comércio e Serviços	4,2	0,0	0,0
Total	553.061,5	528.237,8	485.207,6

Fonte: SIOP BI.

As funções previdência social, saúde, assistência social, educação e trabalho representam 98,8% do total das despesas liquidadas no exercício de 2012. Tendo em vista que elas consumiram quase a totalidade de recursos destinados às políticas sociais, tecemos breves comentários sobre cada uma delas. A ênfase são os resultados alcançados em face dos objetivos, metas e indicadores estabelecidos no Plano Mais Brasil.

Previdência Social

De acordo com o PPA 2012-2015, o principal desafio da previdência social é consolidar o cenário de inclusão previdenciária, impulsionado pelo ciclo de crescimento econômico e expansão do emprego formal iniciado em 2004. Outro desafio está associado à modernização de atendimento. Implantação de atendimento agendado, expansão e adequação da rede de atendimento, modernização do parque tecnológico e a implantação do reconhecimento automático de direitos são medidas que beneficiam diretamente a população.

A função previdência social está vinculada ao programa temático 2061 – Previdência Social que corresponde, basicamente, às despesas do Fundo do Regime Geral da Previdência. Do montante das despesas realizadas no programa, 99,4% foram efetuadas para pagamentos de benefícios urbanos e rurais e com a compensação previdenciária no âmbito do regime geral de previdência social. O restante foram despesas com projetos e atividades da Secretaria Nacional de Previdência Complementar e do Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS) relacionados com a manutenção, melhoria e controle dos diversos regimes de previdência.

Os objetivos estabelecidos para o programa em tela foram:

- a) promover ações de inclusão e permanência no sistema previdenciário, conhecendo o perfil do cidadão e fortalecendo a educação previdenciária;



CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

Relatórios de Anuais de Avaliação do Plano Plurianual 2012-2015 - Ano Base 2012 e 2013

- b) promover a melhoria da qualidade dos serviços previdenciários e o reconhecimento automático de direito;
- c) fomentar políticas e ações de sustentabilidade dos regimes previdenciários, com foco em supervisão, controle e gestão de riscos.

A esses objetivos foram atribuídos indicadores. Para alguns indicadores foram fixadas metas para o período do plano:

Indicadores de Acompanhamento do Programa 2061 - Previdência Social

Indicador	Unid. Medida	Referência		Acompanhamento		Meta 2012-2015
		Data	Índice	Data	Índice	
Equilíbrio atuarial dos Planos de Previdência dos Regimes Próprios Previdência Social dos Estados, Distrito Federal e Municípios em relação ao Produto Interno Bruto	%	31/12/10	17,34	31/12/12	30,78	13,50
Índice de Resolutividade (IRES)	%	31/01/11	52,26	10/01/13	57,87	85,00
Índice de solvência das Entidades Fechadas de Previdência Complementar	%	31/12/10	1,21	31/12/12	1,19	
Necessidade de financiamento do Regime Geral, em relação ao Produto Interno Bruto	%	31/12/10	1,17	31/12/12	0,90	
Necessidade de financiamento do Regime Próprio de Previdência da União, em relação ao Produto Interno Bruto	%	31/12/10	1,39	31/12/12	1,37	
Necessidade de financiamento dos Regimes Próprios de Previdência nos Estados, Municípios e Distrito Federal, em relação ao Produto Interno Bruto	%	31/12/10	0,02	31/12/12	0,96	
Taxa de ativos totais das Entidades Fechadas de Previdência Complementar em relação ao Produto Interno Bruto	%	31/12/10	16,35	31/12/12	14,93	
Taxa de ativos totais dos Fundos dos Regimes Próprios dos Estados, Distrito Federal e Municípios em relação ao Produto Interno Bruto	%	31/12/10	1,40	31/12/12	3,17	4,70
Taxa de cobertura previdenciária	%	31/12/09	67,00	30/09/11	70,70	77,00
Taxa de crescimento de participantes das Entidades Fechadas de Previdência Complementar	%	31/12/10	3,23	31/12/12	0,63	
Tempo Médio de Concessão (TMC)	dia	31/01/11	26,00	10/01/13	30,00	15,00
Tempo Médio de Espera da Perícia Médica Agendada (TMEA-PM)	dia	31/01/11	19,00	10/01/13	35,00	10,00
Tempo Médio de Espera do Atendimento Agendado (TMEA)	dia	31/01/11	19,00	10/01/13	20,00	15,00

Fonte: Relatório Anual de Avaliação do PPA 2012-2015, exercício 2012.

Ações de Inclusão e Permanência

As metas definidas para o alcance do objetivo em tela são ampliar:

- a) a cobertura previdenciária das mulheres trabalhadoras, de 64,5%, em 2009 para 75%;
- b) o índice de cobertura previdenciária para 77%;
- c) o número de participantes das entidades fechadas de previdência complementar;
- d) para 3 milhões o número de microempreendedores individuais formalizados.

Segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), a proteção social das mulheres estava em 69,7% em 2011. Não houve atualização do índice, o que impede a avaliação.



CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

Relatórios de Anuais de Avaliação do Plano Plurianual 2012-2015 - Ano Base 2012 e 2013

Quanto à taxa de cobertura previdenciária, o índice verificado em 30/09/11 foi de 70,7%, superior ao observado em 31/12/09, equivalente a 67,0%. O resultado se mostra positivo na medida em que as ações adotadas contribuem para o alcance da meta.

Contudo, de acordo com o Tribunal de Contas da União, o uso desse indicador não é adequado. Segundo consta no parecer prévio sobre as contas do governo, exercício de 2012, o indicador adotado difere da medida tipicamente utilizada para medir o grau de cobertura previdenciária, que relaciona a população economicamente ativa em comparação com a de ocupados que contribuem para a previdência.¹¹

Porém, o indicador adotado pelo governo inclui ainda segurados especiais, que contam com a proteção da previdência sem a necessidade de comprovar a contribuição para o regime, e os não contribuintes que percebem algum benefício continuado (previdenciário ou assistencial). Sendo assim, o indicador em tela mais representa uma medida de proteção previdenciária e assistencial do que uma taxa de cobertura previdenciária.

A meta relacionada com a ampliação de participantes das entidades fechadas de previdência complementar é qualitativa. Representa mais uma orientação ou diretriz a ser observada pelos órgãos governamentais responsáveis pela formulação de políticas e pela supervisão do sistema fechado de previdência complementar, pois a meta deve ser quantificável e desafiadora.

Relativamente à ampliação do número de microempreendedores individuais formalizados, o relatório de avaliação do PPA 2012-2013 revela o total de 2.665.605 microempreendedores inseridos no regime previdenciário em 31/12/12. Em que pese as medidas adotadas sugerirem o cumprimento da meta, o TCU alerta sobre o desequilíbrio financeiro e atuarial do RGPS, uma vez que as iniciativas para estimular a formalização dos microempreendedores baseiam-se na redução das contribuições previdenciárias.

Melhoria da Qualidade dos Serviços

Para o alcance do objetivo em questão, foram estabelecidas as seguintes metas:

- a) adequar 100% da rede de atendimento;
- b) implantar 435 novas unidades de atendimento do plano de expansão;
- c) reduzir o tempo médio de concessão de benefícios para 15 dias;

¹¹ BRASIL. **Relatório e Parecer Prévio sobre as Contas do Governo da República – Exercício 2012.** Brasília: TCU, 2013. p. 256.



CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

Relatórios de Anuais de Avaliação do Plano Plurianual 2012-2015 - Ano Base 2012 e 2013

- d) reduzir o tempo médio do atendimento agendado da perícia médica para 10 dias;
- e) reduzir o tempo médio de atendimento agendado para 15 dias;
- f) ter 85% dos benefícios decididos na mesma data de entrada.

Relativamente à adequação de 100% da rede de atendimento e à implantação de 435 novas unidades de atendimento do plano de expansão, foram aplicados R\$ 1,1 bilhão para expansão da rede, bem como em obras de recuperação e adequação das unidades já existentes. Os resultados, em 31/12/12, revelam 86% de recuperação de unidades já existentes e 118 implantação de novas unidade de atendimento.

O tempo médio de concessão do benefício (TMC) aumentou de 26 dias, em 31/01/11, para 30 dias, em 10/01/13. O resultado observado revela afastamento da meta fixada para o período do PPA 2012-2015 (15 dias). De acordo com o relatório de avaliação do PPA 2012-2015, há carência de servidores em determinadas localidades para processamento do volume crescente de demandas.

O tempo médio de espera da perícia médica agendada (TMEA-PM), cuja meta é de 10 dias, também aumentou. Passou de 19 dias, em 31/01/11, para 35 dias, em 10/01/13. Os motivos constantes do relatório de avaliação do PPA 2012-2015, ano base 2012, são a dificuldade de fixação de peritos médicos previdenciários em agências de previdência social (APS), localizadas em regiões distantes e a falta de implementação pela do sistema integrado de benefícios (SIBE).

Outrossim, o tempo médio de espera do atendimento agendado, com meta fixada em 15 dias, subiu de 19 dias, em 31/01/11, para 20 dias, em 10/01/13. As razões consignadas no relatório de avaliação para o afastamento do resultado verificado da meta foram aumento da demanda, ampliação da população com cobertura previdenciária, quantidade considerável de interrupção e/ou perda na velocidade na transmissão de dados das unidades e disponibilização de sistemas.

Quanto ao índice de resolatividade (IRES), observou-se melhoria. Porém, ainda distante da meta de 85,0%. O índice observado em 30/01/11 foi de 52,26 e passou para 57,87 em 10/01/13. De acordo com o relatório de avaliação, o fator preponderante que dificulta o alcance de resultados melhores é a baixa qualidade das informações no banco de dados do Cadastro Social de Informações Sociais – CNIS. Além disso, consta no parecer prévio das contas do governo, exercício 2012, com base no relatório de monitoramento do Sistema Integrado de Orçamento e Planejamento,

que a meta precisa ser revisada para 70%, tendo em vista que 30% dos benefícios não são passíveis de concessão no mesmo dia, por dependerem de mais de uma instância decisória, cada qual com agendamento separado. Esse é o caso, por exemplo, do auxílio doença que precisa passar por duas etapas, uma com um servidor administrativo e outra com um perito médico.



CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

Relatórios de Anuais de Avaliação do Plano Plurianual 2012-2015 - Ano Base 2012 e 2013

Sustentabilidade do Regime

As metas relacionadas com o objetivo em tela foram:

- a) aumentar os ativos totais do RPPS dos Estados, DF e municípios para 4,7% do PIB;
- b) fomentar a criação de regimes próprios de previdência social nos municípios;
- c) reabilitar 80% dos segurados elegíveis para o programa de reabilitação profissional;
- d) reduzir o déficit atuarial dos RPPS dos estados, DF e municípios para 13,5% do PIB;
- e) regulamentar a previdência complementar para o servidor público;
- f) revisar mais de 1 milhão de aposentadores por invalidez concedidas a mais de 2 anos.

No tocante aos regimes próprios, foram estabelecidas metas para os regimes dos estados, Distrito Federal e municípios. Para a taxa de ativos dos fundos dos regimes próprios dos estados, Distrito Federal e municípios em comparação com o PIB foi estabelecida meta de 4,70% para. Entre 31/12/10 e 31/12/12, a taxa de ativos passou de 1,40% para 3,17%.

Também, foi estabelecida a meta de redução do déficit atuarial do RPPS dos estados, DF e municípios para 13,5% do PIB. Todavia, o índice passou de 17,34%, em 31/12/10, para 30,78%, em 31/12/12. De acordo com o relatório de avaliação do PPA 2012-2015, as principais causas que dificultam o alcance da meta são inconsistência dos dados cadastrais dos servidores e critérios diferenciados para estabelecimento de premissas atuariais. Por conseguinte, os resultados atuariais apresentam variação em relação a cada exercício, o que dificulta conclusões precisas.

Relativamente ao regime de previdência próprio dos servidores da União, foi estabelecido indicador para monitorar o seu equilíbrio atuarial, sem fixação de meta. No período de 31/12/10 a 31/12/12, a necessidade de financiamento do regime próprio reduziu de 1,39% para 1,37%.

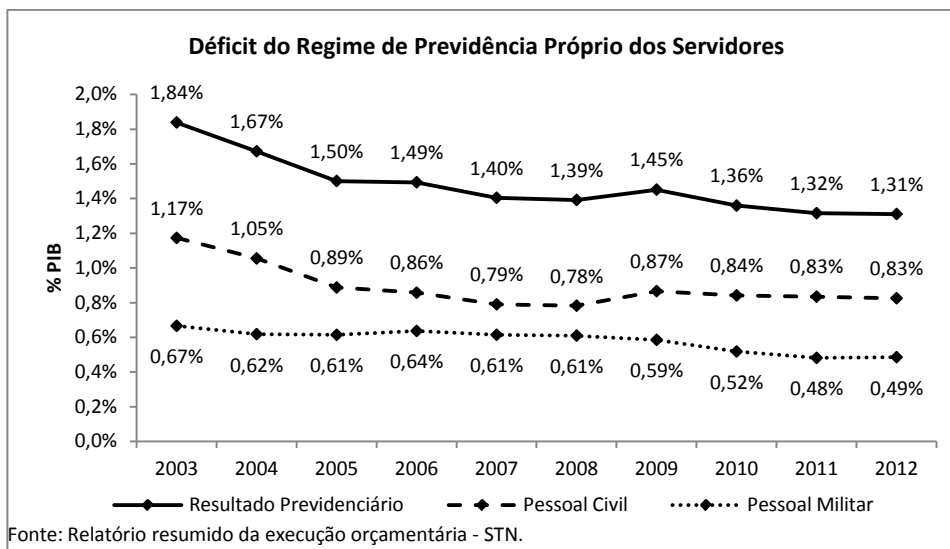
Com base em série histórica maior, obtida a partir dos relatórios resumidos de execução orçamentária de 2003 até 2012, elaborados para Secretaria do Tesouro Nacional, observamos tendência de queda do déficit do regime próprio dos servidores civis e militares da União.



CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

Relatórios de Anuais de Avaliação do Plano Plurianual 2012-2015 - Ano Base 2012 e 2013



De acordo com auditoria do TCU, que resultou no Acórdão nº 2059/2012-Plenário, o déficit do regime de previdência próprio dos servidores civis da União decorre de longo período (mais de cem anos) sem contribuições para aposentadoria e da inclusão no regime estatutário de mais de 650 mil celetistas sem que houvesse a devida compensação entre os regimes.

Quanto à previdência dos militares, a auditoria do TCU relatou que ela é deficitária desde a origem, pois não prevê contribuições para aposentadoria. Os militares contribuem apenas para o benefício da pensão. Por conseguinte a Corte de Contas recomendou ao Poder Executivo que avaliasse alternativas de financiamento para os encargos da União com militares inativos e seus pensionistas, em virtude do crescente déficit financeiro e da falta de perspectiva de equilíbrio.

Para acompanhamento do regime de previdência complementar (RPC), o programa 2061 adotou dois indicadores, que apresentaram os seguintes índices entre 31/12/10 e 31/12/12:

- a) taxa de ativos totais das entidades fechadas de previdência complementar em relação ao PIB: de 16,35% para 14,93;
- b) índice de solvência das entidades fechadas de previdência complementar: de 1,21 para 1,19.

Relativamente à sustentabilidade do regime geral da previdência social (RGPS) foi estabelecido o indicador de necessidade de financiamento do regime geral em relação ao PIB. Contudo, nenhuma meta ficou estabelecida para o período.

De acordo com o relatório de avaliação do PPA 2012-2015, ano base 2012, observamos melhora no índice. Entre 31/12/201 e 31/12/2012, o índice verificado passou de 1,17% para 0,90%.

Ao examinarmos uma série mais longa, constatamos que o resultado primário do regime geral da previdência tem apresentado tendência de melhoria

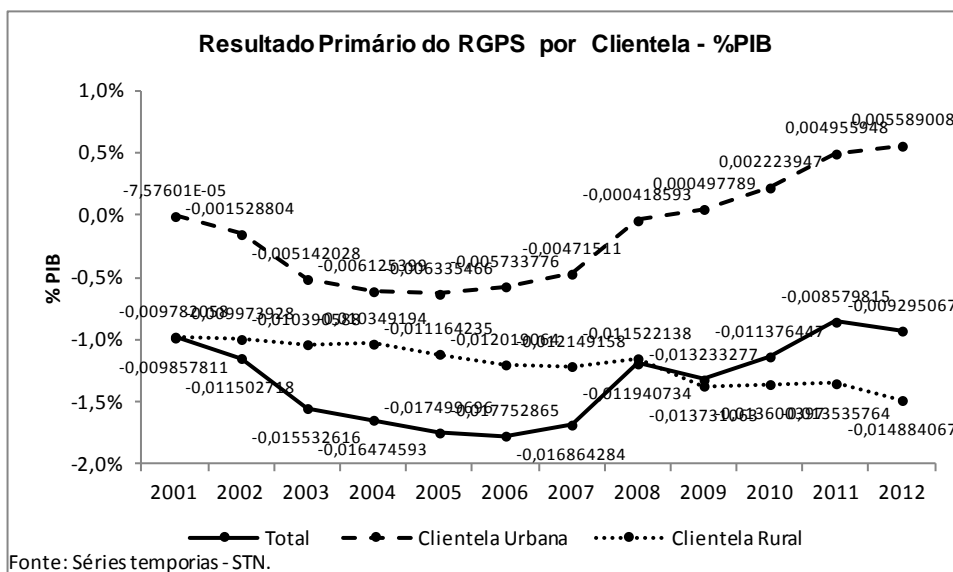


CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

Relatórios de Anuais de Avaliação do Plano Plurianual 2012-2015 - Ano Base 2012 e 2013

desde 2006. O índice não tem apresentado melhorias mais significativas em virtude do crescente déficit entre os segurados rurais.



Auditoria do Tribunal de Contas da União (TCU) relacionou como principais fatores do déficit relacionado com a clientela rural os seguintes:

- insuficiência das fontes de arrecadação rural;
- modelo de arrecadação por sub-rogação, impossibilitando a individualização da contribuição do segurado especial e facilitando a evasão fiscal;
- desenho do benefício rural, que não exige comprovação de contribuição para sua concessão;
- aumento real no valor do salário mínimo, que gera aumentos de despesa sem o correspondente crescimento da arrecadação.

Em face desses achados, o TCU, por meio do Acórdão nº 2.059/2012-Plenário, recomendou aos órgãos responsáveis que:

- avaliem a conveniência de propor alterações legislativas de especificar fontes de recursos adicionais que possam viabilizar o equilíbrio econômico e atuarial do subsistema rural;
- aperfeiçoar a atual sistemática de arrecadação das contribuições sobre a comercialização da produção rural, de forma a reduzir o volume de evasão fiscal e possibilitar a individualização da contribuição do segurado especial;
- excluir do resultado geral das contas do RGPS os resultados afetos à clientela rural, haja vista a natureza predominante de assistência social dos benefícios pagos a essa clientela.



CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

Relatórios de Anuais de Avaliação do Plano Plurianual 2012-2015 - Ano Base 2012 e 2013

Relativamente à arrecadação de receitas do RGPS, a auditoria do TCU também observou que a evasão fiscal, o estoque da dívida previdenciária e as renúncias de receitas previdenciárias pode influenciar os resultados do regime geral. No que tange às renúncias,

foi estimado, para 2012, um valor total de R\$ 24,4 bilhões, dentre as quais R\$ 11,3 bilhões, R\$ 7,9 bilhões e R\$ 2,7 bilhões relativos ao Simples Nacional, às Entidades Filantrópicas e à Exportação da Produção Rural, respectivamente, segundo informações da Receita Federal do Brasil. Além disso a Secretaria da Receita Federal do Brasil estimou renúncias nos valores de R\$ 414,0 milhões e R\$ 939 milhões decorrentes do Microempreendedor Individual (MEI) e das desonerações para os setores de indústrias moveleiras, de confecções e artefatos de couro, respectivamente. Essas quantias deveriam ser compensadas ao Fundo do RGPS, de acordo com a Lei 12.546/2011, mas sua regulamentação foi publicada apenas em 28/3/2013, ou seja, não houve compensação em 2012.

Saúde

Um dos macrodesafios do Plano Mais Brasil refere-se à promoção do acesso universal à saúde, à previdência e à assistência social, a fim de assegurar equidade e qualidade de vida. Para enfrentá-lo foram estabelecidos objetivos, metas e iniciativas que visam a ampliação da cobertura e da qualidade dos serviços do Sistema Único de Saúde (SUS), sob a lógica da universalidade de direitos, da integralidade e da integração entre redes e níveis de complexidade de ações e serviços.

Destarte, devem ser adotadas medidas capazes de expandir as portas de entrada do SUS (atenção primária, atenção de urgência e emergência, atenção psicossocial e o serviços especiais de acesso aberto) às ações de serviços de saúde, como implantação e ampliação das Unidades Básicas de Saúde (UBS), implantação de Unidades de Pronto Atendimento (UPA), expansão de equipes de Saúde da Família e aumento da quantidade de transplantes de órgãos.

No PPA 2012-2015, existem três programas temáticos vinculados ao Ministério da Saúde, a saber:

- a) 2015 – Aperfeiçoamento do Sistema Único de Saúde (SUS);
- b) 2065 – Proteção e Promoção dos Direitos dos Povos Indígenas;
- c) 2069 – Segurança Alimentar e Nutricional.

Do total das dotações sob responsabilidade do Ministério da Saúde relacionadas com esses programas, o aperfeiçoamento do SUS consumiu 98,8% dos recursos orçamentários. Os objetivos associados ao programa 2015 – Aperfeiçoamento do Sistema Único de Saúde (SUS), cujos valores empenhados no exercício para 2012 foram os seguintes:



CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

Relatórios de Anuais de Avaliação do Plano Plurianual 2012-2015 - Ano Base 2012 e 2013

Despesas realizadas no programa 2015 – Aperfeiçoamento do Sistema Único de Saúde (SUS) por objetivo.

	Objetivo	Autorizado	Liquidado	Pago
0713	Garantir acesso da população a serviços de qualidade, com equidade e em tempo adequado ao atendimento das necessidades de saúde, aprimorando a política de atenção básica e a atenção especializada.	57.894.472.293	52.163.650.624	48.324.322.711
0714	Reduzir os riscos e agravos à saúde da população, por meio das ações de promoção e vigilância em saúde.	4.767.289.785	4.488.789.464	3.462.803.651
0715	Promover atenção integral à saúde da mulher e da criança e implementar a Rede Cegonha, com especial atenção às áreas e populações de maior vulnerabilidade.	294.989.562	134.596.126	40.412.624
0717	Aprimorar a rede de urgência e emergência, com expansão e adequação de UPAs, SAMU, PS e centrais de regulação, articulando-a com as outras redes de atenção.	2.070.382.373	1.315.474.697	753.646.089
0718	Fortalecer a rede de saúde mental, com ênfase no enfrentamento da dependência de Crack e outras drogas.	152.162.854	85.864.709	40.191.591
0719	Garantir a atenção integral à saúde da pessoa idosa e dos portadores de doenças crônicas, estimulando o envelhecimento ativo e saudável e fortalecendo as ações de promoção e prevenção.	61.166.667	9.235.531	2.699.937
0721	Contribuir para a adequada formação, alocação, qualificação, valorização e democratização das relações do trabalho dos profissionais de saúde.	723.151.221	586.189.586	235.033.814
0724	Implementar novo modelo de gestão e instrumentos de relação federativa, com centralidade na garantia do acesso, gestão participativa com foco em resultados, participação social e financiamento estável.	429.754.000	243.734.575	172.094.379
0725	Qualificar instrumentos de execução direta, gerando ganhos de produtividade e eficiência para o SUS.	101.979.931	62.050.152	33.738.717
0726	Garantir assistência farmacêutica no âmbito do SUS.	8.319.779.377	8.143.081.407	7.138.325.433
0727	Fortalecer o complexo industrial e de ciência, tecnologia e inovação em saúde como vetor estruturante da agenda nacional de desenvolvimento econômico, social e sustentável, reduzindo a vulnerabilidade do acesso à saúde.	262.214.507	233.376.656	124.160.685
0728	Aprimorar a regulação e a fiscalização da saúde suplementar articulando a relação público - privado, gerando maior racionalidade e qualidade no setor saúde.	67.808.411	65.307.100	49.362.979
0729	Promover internacionalmente os interesses brasileiros no campo da saúde, bem como compartilhar as experiências e saberes do SUS com outros países, em conformidade com as diretrizes da Política Externa Brasileira.	33.266.667	31.007.385	15.319.793
Total		75.178.417.648	67.562.358.011	60.392.112.401

Fonte: SIOP BI.

Obs.: Os valores pagos não incluem os restos a pagar pagos no exercício.

Para cada um dos objetivos enumerados foram estabelecidas metas, que devem ser atingidas até o fim do período. O monitoramento do resultado das medidas realizadas na direção do cumprimento dos objetivos é aferido por meio de indicadores, que para avaliação do programa relativo ao aperfeiçoamento do SUS foram escolhidos os seguintes:



CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

Relatórios de Anuais de Avaliação do Plano Plurianual 2012-2015 - Ano Base 2012 e 2013

Indicadores de Acompanhamento do Programa 2015 – Aperfeiçoamento do Sistema Único de Saúde (SUS)

Indicador	Unid. Medida	Referência		Acompanhamento		Meta 2012-2015
		Data	Índice	Data	Índice	
Cobertura das equipes de agentes comunitários	%	01/01/10	63,17	30/11/12	65,04	
Cobertura das equipes de saúde bucal	%	01/01/10	34,30	30/11/12	36,70	
Cobertura das equipes de saúde da família	%	01/01/10	52,75	30/11/12	54,84	
Cobertura de municípios ao Programa Farmácia Popular -Aqui tem farmácia popular	unidade	01/01/10	2.467,00	31/12/12	3.730,00	
Cobertura do Programa Saúde na Escola	%	01/01/10	33,00	31/12/12	39,67	
Cobertura vacinal contra gripe	%	01/01/10	82,77	30/12/12	86,24	
Esperança de vida ao nascer	ano	01/01/08	73,00	31/12/10	73,40	
Incidência de sarampo	unidade	01/01/10	0,00	31/12/12	0,00	
Incidência de Sífilis Congênita	unidade	31/12/09	6.103,00	31/12/11	9.374,00	
Índice de Desempenho da Saúde Suplementar (IDSS)	%	01/01/10	60,00	31/12/12	68,46	
Índice de estruturação de redes de urgência e emergência	%	01/01/10	44,00	31/12/12	44,00	
Índice de implantação de Centros de Atenção Psicossocial (CAP)	%	01/01/10	88,00	31/12/12	104,00	
Índice de realização de transplantes	%	01/01/10	133,00	31/12/12	128,30	
Índice implantação de Centros de Especialidades Odontológicas (CEO)	%	01/01/10	89,70	31/12/12	49,61	
Índice parasitário anual (IPA) da malária	razão	01/01/08	18,70	31/12/12	9,20	
Número de Academias da Saúde implantadas	unidade	01/01/10	0,00	31/12/12	155,00	
Razão de mortalidade materna	1/100.000	01/01/07	74,70	31/12/10	68,20	
Regiões de Saúde com Contratos Organizativos de Ação Pública - COAP assinado	%	01/01/10	0,00	31/12/12	5,50	
Taxa de incidência de Aids	1/100.000	01/01/09	18,18	30/06/12	20,20	18,90
Taxa de incidência de tuberculose	1/100.000	01/01/09	35,15	13/03/13	36,10	
Taxa de mortalidade específica por neoplasias malignas	1/100.000	01/01/07	84,00	31/12/10	92,40	
Taxa de mortalidade infantil	1/1.000	31/12/07	21,40	31/12/10	16,00	
Taxa de mortalidade neonatal precoce	1/1.000	01/01/07	11,00	31/12/10	8,50	
Taxa de mortalidade neonatal tardia	1/1.000	01/01/07	3,30	31/12/10	2,60	
Taxa de mortalidade por doenças do aparelho circulatório	1/100.000	01/01/07	162,90	31/12/10	171,10	
Taxa de prevalência de excesso de peso	%	01/01/03	40,20	31/12/09	48,60	
Taxa de prevalência de hanseníase	1/10.000	21/12/11	1,54	15/03/13	1,49	0,98
Taxa de vigilância da qualidade da água para consumo humano	%	01/01/10	93,77	21/12/12	67,00	
Taxa incidência de dengue	1/100.000	01/01/09	293,35	31/12/11	400,50	

Fonte: Relatório Anual de Avaliação do PPA 2012-2015, exercício 2012.

A seguir, tecemos algumas considerações sobre os objetivos relacionados com a garantia de acesso da população a serviços de saúde de qualidade, a redução de riscos e agravos à saúde da população e a garantia de assistência farmacêutica no âmbito do SUS. Esses três objetivos consumiram 95,9% dos recursos empenhados para atendimento de despesas com o programa 2015 – Aperfeiçoamento do Sistema Único de Saúde (SUS).



CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

Relatórios de Anuais de Avaliação do Plano Plurianual 2012-2015 - Ano Base 2012 e 2013

Garantia de acesso da população a serviços de saúde de qualidade

O objetivo em questão relaciona-se, preponderantemente, com as subfunções 301 – Atenção Básica e 302 – Assistência Hospitalar e Ambulatorial. O montante empenhado nessas subfunções representou 99,1% do total das dotações destinadas ao objetivo em comento e 76,5% do montante empenhado no programa 2015 – Aperfeiçoamento do Sistema Único de Saúde.

A subfunção 302 – Assistência Hospitalar e Ambulatorial corresponde às ações relacionadas com a cobertura de despesas com internações hospitalares e tratamento ambulatorial, inclusive com exames de laboratório necessários ao diagnóstico e tratamento de doenças. A subfunção 301 – Atenção Básica compreende as ações desenvolvidas para atendimento das demandas básicas de saúde da população, tais como divulgação de medidas de higiene, acompanhamento domiciliar das condições de saúde da população de baixa renda e outras medidas, e ações preventivas e curativas.

Para cumprimento do objetivo, estabelecidas as seguintes metas:

Meta	Situação
Ampliar a área física de 20.000 unidades básicas de saúde, priorizando 5.000 unidades básicas de saúde para o Nordeste	Em 2012, o Programa de Requalificação de UBS habilitou 5.458 propostas de ampliação e 638 propostas de construção de UBS.
Ampliar em 50.000 o número de agentes comunitários de saúde, passando de 245.000 agentes em 2011 para 295.000 até 2015	Cadastramento de 6.658 novos agentes, que resultou em 257.265 agentes
Ampliar em 5.300 o número de equipes de saúde da família, passando de 31.660 equipes em 2011 para 36.960 até 2015	Implantação de 1.109 equipes da saúde da família em 2012, que passou a somar 33.404
Ampliar em 7.200 o número de equipes da saúde bucal, passando de 20.400 equipes em 2011 para 27.600 até 2015	Implantação de 788 equipes de saúde bucal, que atingiu o número de 22.213 equipes operando em 4.903 municípios
Aumentar em 10% ao ano o número de transplantes de órgãos sólidos e não sólidos realizados, passando de 21.000 par 30.800	Realização de 23.999 transplantes, sendo 16.705 de medula óssea e córnea e 7.294 de órgãos sólidos.
Capacitar 7.970 profissionais na área de regulação, controle, avaliação e auditoria do SUS e sistemas de informação em saúde	Até 31/12/21, ocorreram as seguintes iniciativas: i) Curso Básico de Regulação, Controle, Avaliação e Auditoria do SUS, para 745 alunos; ii) Curso de Especialização em Regulação para 480 alunos.
Concluir o novo complexo integrado do Instituto Nacional do Câncer	O projeto estava suspenso por deliberação do TCU, que autorizou seu prosseguimento por meio do Acórdão nº 1982/2012-Plenário. Em 31/12/12, a empresa contratada aguardava a autorização para início das atividades, que depende da demolição dos prédios que ocupam o terreno.
Disponibilizar 3 U.I. de fator VIII per capita (hemofilia A) e 0,8 U.I. de fator IX per capita (hemofilia B), por ano, para atendimento aos pacientes portadores de doenças hemorrágicas hereditárias	Em 2012, foi assegurada a disponibilidade de três Unidades Internacionais (UI)/per capita de concentrado de fator VIII plasmático, meta internacionalmente recomendada para a atenção aos pacientes hemofílicos A.
Estruturar 122 unidades de atenção especializada em Saúde até 2015	Até 31/12/12, foram estruturadas 54 unidades, considerando as unidades pactuadas em 2011. No ano de 2012, foram aprovadas 32 propostas de convênio para estruturar as unidades de atenção especializada que servirão de suporte às unidades hospitalares prioritárias da Rede de Urgência e Emergência.
Implantar 15 centros de alta complexidade em oncologia, passando de 28 centros em 2011 para 43 até 2015	Celebração de convênios com cinco entidades sem fins lucrativos para prestação de serviços na área de alta complexidade em oncologia.



CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

Relatórios de Anuais de Avaliação do Plano Plurianual 2012-2015 - Ano Base 2012 e 2013

Meta	Situação
Implantar 160 novas equipes de saúde no sistema penitenciário, passando de 300 em 2011 para 460 em 2015	Até novembro 2012, foram cadastradas 40 novas equipes nos estados do Rio Grande do Norte, Piauí, Mato Grosso do Sul, Acre e São Paulo.
Implantar 187 Complexos reguladores	Em 2012, foram implantadas 46 novas centrais de regulação, relativas ao Sistema de Regulação – SISREG III/DATASUS.
Implantar 270 redes <i>loco</i> regionais de serviços de reabilitação, passando de 334 serviços em 2011 para 604 até 2015	Com o lançamento do Plano Viver Sem Limite em novembro de 2011, a Área Técnica Saúde da Pessoa com Deficiência tem trabalhado com metas adequadas ao contexto do referido plano.
Implantar 3.272 unidades básicas de saúde(UBS), passando de 36.892 UBS em 2011 para 40.164 até 2015	Em 2012, foram construídas mais 437 novas UBS, como parte do total de 3.966 UBS habilitadas, entre os anos de 2009 e 2011. Ademais, o Programa de Requalificação de UBS habilitou 5.247 propostas para reforma, 5.458 propostas de ampliação e 638 propostas de construção de UBS. Destaca-se, também, o cadastramento de 64propostas de UBS Fluviais.
Implantar 953 centros de especialidades odontológicas, passando de 950 centros em 2011 para 1.903 até 2015	Em 2012, houve um incremento de 62 CEO, totalizando 944 em 774 municípios, beneficiando cerca de 108 milhões de pessoas. Foi alcançada a meta estabelecida de 400 mil próteses. Além disso, o repasse pago por prótese para os municípios foi ampliado de R\$100,00 para R\$150,00.
Implantar as equipes de atenção à saúde domiciliar, chegando a 977 equipes até 2015	Por meio do Programa Melhor em Casa, que busca ampliar o atendimento domiciliar no âmbito do SUS, foram implantadas 233 equipes de atenção domiciliar, sendo 159 Equipes Multiprofissionais de Atenção Domiciliar (EMAD) e 74 Equipes Multiprofissionais de Apoio (EMAP), que atuam em todas as regiões do país. No mesmo período, foram habilitadas 511 EMAD e 231 EMAP, perfazendo um total de 742 equipes habilitadas.
Implantar, em todas as 27 unidades da federação do país, a Política de Atenção às Pessoas com Doença Falciforme e outras Hemoglobinopatias	
Promover a adesão de 5.556 municípios ao programa Saúde na Escola	Até o final de 2012, o programa abrangia 2.495 municípios
Qualificar 4 estados no Plano Nacional de Saúde no Sistema Penitenciário	No ano de 2012, foram cadastrados 3 novos estados: Santa Catarina, Maranhão e Piauí. Faltam apenas o estado do Rio Grande do Norte para alcançarmos os 26 estados e o Distrito Federal. Aquele já aprovou o Plano Operativo Estadual nas instâncias deliberativas do SUS e mantém uma equipe mínima de Saúde Penitenciária cadastrada na Unidade Prisional de Parnamirim/RN. A cobertura de assistência à saúde no sistema penitenciário brasileiro ainda é de 30,5%, o que equivale a aproximadamente 155.000 custodiados cobertos, do total de 550 mil, sendo que 42% dessa população são presos provisórios que se encontram em grande parte nas cadeias públicas, delegacias e distritos policiais. Cabe ressaltar que a implantação de novas equipes de saúde é de responsabilidade do estado qualificado, assim como a adesão de novas unidades de saúde ao Plano Nacional de Saúde no Sistema Penitenciário.
Reformar 8.000 unidades básicas de saúde	Em 2012, o Programa de Requalificação de UBS habilitou 5.247 propostas de reformas.



CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

Relatórios de Anuais de Avaliação do Plano Plurianual 2012-2015 - Ano Base 2012 e 2013

Redução de riscos e agravos à saúde da população

A maior parte dos recursos orçamentários destinadas à redução de riscos e agravos à saúde da população foi destinada à subfunção 305 – Vigilância Epidemiológica, que consumiu 82,9% dos recursos empenhados. Essas despesas somadas às realizadas com a subfunção 304 – Vigilância Sanitária representaram 90,3% dos recursos empenhados para o alcance do objetivo em tela.

A vigilância epidemiológica abrange as ações desenvolvidas para evitar e combater a disseminação de doenças transmissíveis que possam vir a ser ou tenham-se tornado epidêmicas. Por seu turno a vigilância sanitária compreende ações destinadas à vigilância sanitária de fronteiras e portos marítimos, fluviais e aéreos, bem como o controle de atividades relacionadas à análise e licenciamento de drogas, medicamentos e alimentos.

Os resultados verificados foram os seguintes:

Meta	Situação
Ampliar a cobertura vacinal de tetravalente em menores de 1 ano, passando de 62,39% para 70% dos municípios de cobertura vacinal	A vacina tetravalente tem a finalidade de imunizar crianças menores de 1 ano contra difteria, tétano, coqueluche e meningite. Foi atingida a meta de homogeneidade, ou seja, 70% dos municípios atingiram 95% de cobertura vacinal.
Ampliar a confirmação laboratorial dos casos de Hepatite C, passando de 17 para as 27 UF até 2015	Em 2012, foi ampliada confirmação laboratorial dos casos de Hepatite C para 24 UF. Foram tratadas 14.138 pessoas, o que corresponde a um incremento de tratamento de 28,5% em relação a 2011, que teve aproximadamente 11 mil pessoas tratadas. Existem hoje cerca de 290 serviços que atendem aos portadores de hepatite viral C no país.
Ampliar a cura dos casos novos de tuberculose pulmonar bacilífera, passando de 64,4% em 2009 para 85% até 2015	Entre 2010 e 2011, o percentual de cura passou de 69,7% para 71,1%.
Ampliar a investigação de óbitos, aumentando para mais de 90% a proporção de óbitos com causa básica definida em todas as UF até 2015	24 UFs apresentam percentuais acima da meta estabelecida. Existem dificuldades no avanço da investigação dos óbitos por causas mal definidas nos Estados de BA, AM e PA, que por seu porte populacional tem importante peso no percentual de 'Mal Definidas' em suas respectivas regiões.
Ampliar de 12 para 100 o percentual de Centros de Referências em Saúde do Trabalhador (CEREST) que desenvolvem ações de vigilância em saúde do trabalhador	61% dos CEREST informaram no questionário de avaliação da Renast o desenvolvimento de ações de vigilância em saúde do trabalhador.
Ampliar o número de amostras realizadas para os parâmetros coliforme total e turbidez, passando de 28% (333.962) de realização de análise da qualidade da água para o parâmetro coliformes totais e de 27% (346.443) para o parâmetro de turbidez em 2010 para 50% em ambos os parâmetros até 2015	Foram realizadas, em 2012, 399.878 análises de coliformes totais, de um total anual de 1.195.176 amostras obrigatórias previstas pela Diretriz Nacional do Plano de Amostragem da Vigilância da Qualidade da Água para Consumo Humano, alcançando-se, portanto, um percentual de 33,46% de cumprimento da Diretriz Nacional. Com relação a turbidez, foram 32,57% de amostras realizadas.
Apoiar 34 estudos e pesquisas com vistas a sustentabilidade dos serviços e ações de saúde e saneamento ambiental	Em 2012, foi publicado Edital de Chamamento Público que resultou na seleção de 21 projetos de pesquisa.
Beneficiar 160 municípios com melhorias habitacionais para controle da Doença de Chagas.	A seleção dos municípios a serem contemplados com a ação de melhorias habitacionais para controle da doença de Chagas ocorreu por meio da Portaria Funasa nº 937, de 20 de novembro de 2012. O resultado, constante da Portaria Funasa nº 970, de 4 de dezembro de 2012, indicou 50 municípios beneficiados.
Construir, reformar e/ou ampliar e equipar 30 Centrais de	O levantamento realizado em 2011 em toda a rede



CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

Relatórios de Anuais de Avaliação do Plano Plurianual 2012-2015 - Ano Base 2012 e 2013

Rede de Frio até 2015	<p>(composta por 27 centrais estaduais, 306 Centrais Regionais e 22 Centrais Municipais, totalizando 355 pontos de referência em Rede de Frio) sugeriu como prioritária, para o ano de 2012, a alocação de recursos financeiros para a aquisição de equipamentos de refrigeração (refrigeradores comerciais e especiais para imunobiológicos, freezers e aparelhos de ar condicionado).</p> <p>O repasse de recursos financeiros na condição de incentivo de fomento à Rede de Frio no valor total de R\$ 19.992.300,00 visa apoiar o fomento e aprimoramento das condições de funcionamento da Rede de Frio, em âmbito estadual e regional. Os valores do incentivo financeiro devem ser destinados, preferencialmente, à aquisição de equipamentos (geradores de energia e aparelhos de ar condicionado) para as Centrais Estaduais e Centrais Regionais de Rede de Frio.</p>
Implantar academias de saúde, chegando a 4.800 academias em 2015	Existem 155 pólos de academia da saúde que funcionam em 96 municípios. O foco principal do ano de 2012 foi a habilitação dos municípios para a construção de pólos, conforme os critérios das Portarias nº 1.401 e 1.402, de 15/6/2011. A previsão de finalização da construção dos pólos é para o final de 2013, a partir quando se espera incremento maior no número de pólos em funcionamento.
Implantar o sistema GAL (Sistema Gerenciador de Ambiente Laboratorial) em 50 laboratórios de referência da FIOCRUZ, garantindo 100% de rastreabilidade das amostras em ambiente WEB	Em fase de implantação na Fundação, o Sistema GAL já é utilizado pelos laboratórios de referência em Leptospiroses, Dengue, Febre Amarela, Hidatidoses, Influenza, Tuberculose, dentre outros, totalizando 17 laboratórios com o sistema implantado. O processo de capacitação e adequação para adesão ao sistema GAL inclui uma série de eventos, reuniões técnicas e grupos de trabalho.
Implantar progressivamente nos municípios brasileiros a notificação contínua da violência doméstica, sexual e/ou outras violências	A notificação da violência doméstica, sexual e/ou outras violências, em 2011, era realizada por 6.237 unidades de saúde. Até novembro de 2012, esse número foi ampliado para 7.311 unidades de saúde, em 2.648 municípios, o que equivale a um incremento de 17,2% no número de unidades notificantes.
Implementar núcleos de prevenção e violência nas unidades da federação com mais altos índices de homicídios, de agressões e de vitimização a populações vulneráveis	Implantadas técnicas de biologia molecular nos LACEN de 16 estados: AC, AM, AL, PE, PI, CE, BA, MS, GO, ES, RJ, SP, MG, PR, SC, e RS.
Implantar técnicas de biologia molecular para diagnóstico de doenças em 27 laboratórios centrais de saúde pública (LACEN) até 2015	A implementação e monitoramento têm sido realizados por meio de reuniões com estados e municípios, bem como seminários com participação da sociedade civil. Também, tem sido dado andamento às ações de vigilância previstas no Plano Nacional para Diagnóstico de Doenças Crônicas Não Transmissíveis.
Implementar e monitorar o Plano Nacional para Diagnóstico de Doenças Crônicas Não Transmissíveis até 2015	Em 2012, foram qualificados 6 laboratórios de saúde pública pelo Instituto Nacional de Controle da Qualidade em Saúde, unidade da FIOCRUZ responsável pelo processo de qualificação dos laboratórios centrais espalhado por todo o território nacional.
Qualificar 27 laboratórios de saúde pública para realização de análises de qualidade de produtos e insumos de saúde	O número de pesquisas realizadas e publicadas em 2012 não estava finalizado até a conclusão do relatório de avaliação.
Realizar 400 pesquisas em medicina tropical e meio ambiente até 2015	O teste da aplicação do questionário da PNS foi concluído com êxito. O estudo piloto completo será realizado em 2013.
Realizar a pesquisa nacional de saúde até 2013	
Reduzir a incidência de AIDS de 20,1/100.000 hab. em 2009 para 18,9/100.000 hab. até 2015	
Reduzir a incidência parasitária anual por malária (estimada pelo IPA) na Região Amazônica em 30%, passando de 13,5/1000 hab. em 2008 para 9,45/1000 hab. até 2015	Os casos de malária registrados sofreram redução de 9% entre 2011 e 2012. Os estados que apresentaram aumento no foram AM e AC (+20%). O restante (AP, MA, MT, PA,



CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

Relatórios de Anuais de Avaliação do Plano Plurianual 2012-2015 - Ano Base 2012 e 2013

	RO, RR e TO) apresentou redução. Não foi observado desabastecimento de antimaláricos ou inseticidas. De janeiro a novembro, notou-se redução de 33,5% nas internações por malária, passando de 4.235 em 2011 para 2.816 em 2012. Apesar do aumento no número de casos de malária no início do ano em relação ao anterior, houve inversão da tendência a partir do mês de junho.
Reduzir em 44% o coeficiente de prevalência da hanseníase até 2015, passando de 1,75/10.000 hab. para 0,98/10.000 hab. em 2015	Foi realizado o 5º Exercício de Monitoramento para Eliminação da Hanseníase - LEM nos 27 estados com o objetivo de acompanhar o processo de eliminação da hanseníase, auxiliar gestores estaduais e gerentes do programa de hanseníase na avaliação dos progressos em direção à eliminação e elaboração de planos de ação para os estados e municípios.
Reduzir em 50% o número de óbitos por dengue até 2015, sendo 10% a cada ano, passando de 671 óbitos em 2010 para 335 óbitos em 2015	Em 2012 foram confirmados 284 óbitos por dengue, que representa uma redução de 41% em relação a 2011, quando foram confirmados 484 óbitos.
Transferir para estados e municípios tecnologia de monitoramento da infestação do <i>Aedes Aegypti</i> desenvolvida na FIOCRUZ	
Validar duas novas tecnologias na FIOCRUZ para diagnóstico e tratamento da tuberculose	Por meio do Programa de Desenvolvimento Tecnológico de Insumos e Produtos para a Saúde foram fomentados, em 2012, dois projetos de pesquisa na área da tuberculose que obtiveram resultado final: i) Desenvolvimento e validação de abordagens moleculares para avaliação de susceptibilidade, diagnóstico e marcador de cura de pacientes com tuberculose e; ii) Desenvolvimento de kit de PCR (Reação em Cadeia de Polimerase) para tuberculose e kit para detecção de resistência, das unidades CPqAM (Centro de Pesquisa Ageu Magalhães) e IOC (Instituto Oswaldo Cruz), respectivamente, com produtos/métodos desenvolvidos.

Garantia de assistência farmacêutica no âmbito do SUS

O objetivo em comento está relacionado com a subfunção 303 – Suporte Profilático e Terapêutico, que compreende ações voltadas para a produção, distribuição e suprimento de drogas e produtos farmacêuticos em geral. Dos recursos orçamentários destinados ao objetivo, 99,9% foram consumidos na referida subfunção.

Meta	Situação
Auxiliar a cobertura do Programa Farmácia Popular – Aqui Tem Farmácia Popular – nos municípios brasileiros do mapa da extrema pobreza que tenham farmácias, passando de 638 municípios para 2.365 municípios até 2015	O Programa Aqui Tem Farmácia Popular ampliou a rede credenciada mapeada pelo Brasil Sem Miséria, alcançando 962 municípios do mapa da extrema pobreza.
Ampliar de 63 para 73 o número de medicamentos produzidos na FIOCRUZ, com foco em medicamentos de maior valor agregado até 2015	Em 2012, o laboratório farmacêutico federal Farmanguinhos obteve licença da ANVISA para produzir o medicamento dicloridrato de pramipexol, utilizado no tratamento da doença de Parkinson. O Pramipexol faz parte da lista Componente Especializado de Assistência Farmacêutica (CEAF) elaborada pelo Ministério da Saúde, com medicamentos considerados estratégicos para atender às demandas do Sistema Único de Saúde (SUS). A perspectiva é que dentro de cinco anos o medicamento seja distribuído gratuitamente pelo SUS, em postos de saúde ou na Farmácia Popular. E, para os pacientes pediátricos, Farmanguinhos está desenvolvendo um medicamento que



CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

Relatórios de Anuais de Avaliação do Plano Plurianual 2012-2015 - Ano Base 2012 e 2013

	associa três princípios ativos em um único comprimido: Lamivudina 30mg + Zidovudina 60mg + Nevirapina 50mg. A iniciativa atende à política da Organização Mundial de Saúde (OMS) para estimular o desenvolvimento de medicamentos mais adequados para as crianças.
Ampliar o elenco de medicamentos fitoterapêuticos da assistência farmacêutica básica, passando de 8 medicamentos em 2011 para 20 até 2015	Foram incluídos na Relação Nacional de Medicamentos Essenciais (Rename), por meio da Portaria GM/MS nº 533, de 28 de março de 2012, 12 medicamentos fitoterápicos. Quatro são novos e foram selecionados mediante critérios, como o registro na Anvisa, e por apresentarem evidências de segurança e eficácia.
Apoiar 20 Arranjos Produtivos Locais – APL até 2015, visando a plantas medicinais e fitoterápicos no SUS	O Ministério da Saúde habilitou 12 municípios a receberem recursos referentes ao apoio à estruturação, consolidação e fortalecimento de Arranjos Produtivos Locais (APLs), no âmbito do SUS, conforme a Política e o Programa Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos. O valor do incentivo financeiro repassado aos 12 municípios corresponde a R\$ 6,6 milhões, sendo R\$ 5,8 milhões como recurso de custeio e R\$ 0,8 milhão como recurso de capital.

Assistência Social

A assistência social deve ser prestada a quem dela necessitar, independente de contribuição à seguridade social. Do ponto de vista orçamentário, os dois principais programas temáticos no exercício de 2012 foram o 2019 – Bolsa Família e o 2037 – Fortalecimento do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Os dois juntos consumiram 91,13% da dotação total da função.

O programa Bolsa Família integra o Programa Brasil Sem Miséria e constitui a principal ação pública de transferência de renda para superação da pobreza e diminuição da desigualdade. No PPA 2012-2015, os indicadores escolhidos para monitoramento do programa em questão são os seguintes:

Indicadores de Acompanhamento do Programa 2019 - Bolsa-Família

Indicador	Unid. Medida	Referência		Acompanhamento	
		Data	Índice	Data	Índice
Grau de focalização do Cadastro Único	%	31/12/10	94,00	31/12/12	90,61
Taxa de acompanhamento das condicionalidades de educação	%	31/12/10	88,55	30/11/12	87,31
Taxa de acompanhamento das condicionalidades de saúde das crianças	%	31/01/11	69,82	31/12/12	72,78
Taxa de acompanhamento das condicionalidades de saúde das gestantes	%	31/01/11	34,50	31/12/12	37,11
Taxa de atendimento às famílias pobres	%	31/12/10	98,33	31/01/13	100,70

Fonte: Relatório Anual de Avaliação do PPA 2012-2015, exercício 2012.

Quanto aos objetivos associados ao programa, os enumerados foram:



CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

Relatórios de Anuais de Avaliação do Plano Plurianual 2012-2015 - Ano Base 2012 e 2013

Despesas realizadas no Programa 2019 - Bolsa Família por objetivo

		<i>R\$ milhões</i>		
	Objetivos	Autorizado	Liquidado	Pago
0375	Aprimorar a gestão, a operacionalização e a fiscalização do Programa Bolsa Família.	530	519	441
0376	Localizar e caracterizar as famílias consideradas como público-alvo dos programas de transferência de renda e dos programas sociais do Governo Federal voltados à população de baixa renda, e realizar a gestão e manutenção de suas informações socioeconômica	21	15	8
0619	Melhorar as condições socioeconômicas das famílias pobres e, sobretudo, extremamente pobres, por meio de transferência direta de renda e da articulação com outras políticas promotoras de emancipação.	20.530	20.530	20.530

Fonte: SIOP BI.

Verificamos que o objetivo referente à melhoria das condições socioeconômicas das famílias pobres por meio de transferência direta de renda e da articulação com outras políticas promotoras de emancipação consumiu 97,47% dos recursos liquidados no exercício de 2012 para o programa Bolsa Família.

Para alcance desse objetivo, foram estabelecidas as metas a seguir:

Meta	Situação
Ampliar a articulação do Programa Bolsa Família com outras políticas públicas promotoras de emancipação	Antes do Programa Brasil Sem Miséria, apenas o estado do Acre, o DF e os municípios de Manaus-AM e Nova Lima-MG tinham Acordos de Cooperação vigentes com o MDS. Dos oito novos estados que aderiram em 2011, seis tiveram suas operações iniciadas em 2012. Com a adesão do estado de Santa Catarina, o Programa Bolsa Família integrado a programas estaduais e municipais passaram a atender 343.618 famílias beneficiárias.
Aumentar o impacto do Programa Bolsa Família na erradicação e/ou na diminuição da pobreza e da extrema pobreza	Em dez anos de existência foram realizadas duas pesquisas de Avaliação de Impacto do Programa Bolsa Família (AIPBF I e II). Ao longo dos anos de 2011 e 2012, deu-se início às discussões em torno da realização da AIPBF III.
Incluir 800 mil famílias em extrema pobreza no Bolsa Família	Incremento de 750.023 mil famílias atendidas pelo benefício básico, focado no alívio imediato da situação de extrema pobreza (dez/11 - 11.706.764 famílias e dez/12 - 12.456.787 famílias).

No tocante ao programa de fortalecimento do SUAS, os indicadores escolhidos para seu monitoramento foram:

Indicadores de Acompanhamento do Programa 2037 - Fortalecimento do SUAS

Indicador	Unid. Medida	Referência		Acompanhamento	
		Data	Índice	Data	Índice
Percentual de CRAS com IDCRAS igual ou superior a 6	%	31/12/09	53,16	31/12/11	58,48
Percentual de CREAS com atendimento a adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas (MSE)	%	31/12/10	31,00	31/12/11	67,82



CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

Relatórios de Anuais de Avaliação do Plano Plurianual 2012-2015 - Ano Base 2012 e 2013

Indicadores de Acompanhamento do Programa 2037 - Fortalecimento do SUAS

Indicador	Unid. Medida	Referência		Acompanhamento	
		Data	Índice	Data	Índice
Percentual de CREAS com atendimento para mulheres em situação de violência	%	31/12/10	77,00	31/12/11	79,00
Percentual de CREAS com oferta de serviço especializado em Abordagem Social	%	31/12/10	63,00	31/12/11	61,00
Percentual de municípios (com 100 mil habitantes ou mais) com serviços de Proteção Social Especial para pessoas em situação de rua	%	31/12/10	35,00	31/12/12	42,05
Percentual de municípios (com 50 mil habitantes ou mais) com Serviços de Acolhimento	%	31/12/10	62,00	31/12/12	62,99
Percentual de Municípios com CREAS	%	31/12/10	26,00	31/12/11	41,38
Taxa Anual de Crescimento do BPC para a Pessoa com Deficiência	%	31/12/10	9,39	31/12/12	5,99
Taxa Anual de Crescimento do BPC para a Pessoa Idosa	%	31/12/10	5,32	31/12/12	3,69
Taxa bianual de permanência dos técnicos de nível superior nos CRAS	%	31/12/10	42,80	31/12/11	53,32
Taxa de trabalho infantil	%	31/12/09	5,63	30/09/11	4,70
Variação anual da concessão do BPC	%	31/12/10	3,97	31/12/12	-4,17

Fonte: Relatório Anual de Avaliação do PPA 2012-2015, exercício 2012.

Os objetivos associados ao programa em comento foram:

Despesas realizadas no Programa 2037 - Fortalecimento do SUAS por objetivo

		<i>R\$ milhões</i>		
Objetivos	Autorizado	Liquidado	Pago	
0282 Ampliar o acesso das famílias em situação de vulnerabilidade social ao acompanhamento familiar e ao atendimento pela proteção básica e especial; qualificar os serviços e promover sua articulação com os benefícios e transferência de renda; assegurar o funcionamento da rede de proteção social básica e expandi-la nos territórios intramunicipais e de extrema pobreza; e induzir a estruturação de unidades públicas de prestação de serviços socioassistenciais, de acordo com padrões estabelecidos nacionalmente	1.371	1.165	1.030	
0370 Ampliar o acesso das famílias e indivíduos em situação de riscos sociais e violação de direitos aos serviços de acompanhamento e atendimento especializados; assegurar o funcionamento e expandir a rede de proteção social especial; qualificar os serviços ofertados e induzir a estruturação da rede de unidades de prestação de serviços de média e alta complexidade, de acordo com padrões estabelecidos nacionalmente	840	594	461	
0371 Conceder benefícios assistenciais a indivíduos que atendam aos critérios estabelecidos na legislação, contribuir para a integração entre os benefícios assistenciais e os serviços da rede socioassistencial e das demais políticas setoriais e qualificar a regulamentação do Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social (BPC) e dos benefícios eventuais	30.518	30.377	29.042	
0372 Coordenar a gestão do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), apoiando e acompanhando sua implementação nas demais esferas de governo, assim como organizar e coordenar a Vigilância Social, para o monitoramento das vulnerabilidades, riscos sociais e violações de direitos, dos padrões dos benefícios e ações ofertadas pela política de assistência social	227	176	170	
0373 Fortalecer o controle social e incentivar a participação da sociedade, visando ao aperfeiçoamento do Sistema Único de Assistência Social	10	2	1	



CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

Relatórios de Anuais de Avaliação do Plano Plurianual 2012-2015 - Ano Base 2012 e 2013

(SUAS).

Fonte: SIOP BI.

O objetivo relacionado com a concessão de benefícios assistenciais consumiram 94,0% dos recursos liquidados para o programa de fortalecimento do SUAS. As metas para o alcance desse objetivo foram as seguintes:

Meta	Situação
Ampliar as informações socioeconômicas sobre os beneficiários do BPC, por meio de sua inclusão no CadÚnico, visando analisar a focalização, a cobertura do benefício e o perfil do beneficiário	Em 2012, houve a divulgação da Instrução Operacional SENARC/SNAS/MDS nº 12, de 23/02/2012, com instruções para inserção dos beneficiários do BPC e de suas famílias no Cadastro Único. Considerando o universo dos beneficiários do BPC em abril/11 e a base de dados do CadÚnico nos meses de maio/11 e agosto/12, ocorreu nesse período um aumento de 11,6% no percentual de beneficiários do BPC e suas famílias, registrados no CadÚnico, atingindo um total de 38,3%. Para alcançar esse resultado, diversas iniciativas foram empreendidas, tais como inclusão de mensagem no demonstrativo de crédito bancário dos beneficiários do BPC e envio de cartas.
Conceder o BPC a todos os indivíduos elegíveis, de acordo com a demanda	O número de benefícios concedidos em 2012 atingiu um total de 328.263, o que representa uma redução de 4,17% em relação ao quantitativo de 2011, que alcançou 342.580 concessões. Em termos de crescimento vegetativo do BPC, entre dezembro/2011 e dezembro/2012, ocorreu um crescimento de 176.505 beneficiários (aproximadamente 5%).
Conceder o BPC para 144.715 Pessoas Idosas em situação de extrema pobreza (Plano Brasil sem Miséria), até 2015	Para a apuração dessa meta é necessária uma extração especial nos sistemas do INSS e, devido a problemas operacionais e à implementação parcial do Sistema Integrado de Benefícios - SIBE (restrita a poucas Agências da Previdência), ainda não está sendo possível a sua apuração.
Conceder o BPC para 302.297 Pessoas com Deficiência em situação de extrema pobreza (Plano Brasil sem Miséria), até 2015	
Criar condições para ampliar a cobertura dos beneficiários na faixa etária de 0 a 18 anos no Programa BPC na Escola	Visando a ampliar a cobertura do Programa BPC na Escola, em setembro/2011, teve início novo processo de adesão de novos municípios ao Programa, possibilitando também que os estados, DF e os municípios já participantes renovem sua adesão e reafirmem os compromissos assumidos desde 2008. Até 31/12/12, aderiram ao Programa 815 novos municípios, além da renovação de todos os estados, o DF e 1.536 municípios, totalizando 2.351 municípios participantes (42,21%).
Elaborar e difundir Orientações Técnicas sobre a utilização da renda do BPC pelos beneficiários idosos em situação de acolhimento	Para a elaboração das orientações técnicas, é necessária a realização de uma pesquisa sobre o tema, a qual não foi possível ser realizada em 2012.
Estabelecer e implantar novo marco regulatório para reavaliação periódica do BPC	Foi elaborada minuta de portaria interministerial (MDS/INSS) contendo as regras do sistema de reavaliação do BPC, que se encontra aguardando avaliação jurídica. Após publicação da normativa, o processo de implantação será progressivo, tendo início em onze agências do INSS, sendo posteriormente ampliado para o restante do país.
Instituir novos critérios de manutenção do BPC, para compatibilizar o benefício com o contrato de aprendizagem profissional e a situação inicial de trabalho do beneficiário	O Decreto nº 7.617/11 (artigos 5º e 47-A) alterou a regulamentação do BPC, prevista no Decreto Nº 6.214/07, passando a prever a possibilidade de acumulação do BPC com a remuneração advinda do contrato de aprendizagem pela pessoa com deficiência, sendo limitada tal acumulação pelo período máximo de 02 anos. Em 2013, deverão ocorrer debates sobre experiências internacionais de compatibilização de benefícios não contributivos e rendas



CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

Relatórios de Anuais de Avaliação do Plano Plurianual 2012-2015 - Ano Base 2012 e 2013

Meta	Situação
	advindas do trabalho, quando serão analisados os impactos dessa acumulação no sistema de proteção social brasileiro, considerando inclusive experiências internacionais. A sistematização desses debates deverá resultar na elaboração de normativos e orientações técnicas sobre a matéria.
Instituir o Programa BPC Trabalho e implantá-lo em todas as capitais dos estados e no Distrito Federal	Em setembro/2012, foram finalizadas as experiências piloto do BPC Trabalho, iniciadas em São Paulo e Santo André (em 2010) e expandidas (em 2011) para Belém, Campo Grande, Porto Alegre, Recife, Teresina, João Pessoa e Fortaleza. Ao todo, foram realizadas 3,1 mil visitas aos beneficiários do BPC, que resultaram na inserção de quase 800 beneficiários nas redes de serviços socioassistenciais e de outras políticas e 80 em programas de qualificação profissional ou com contrato de aprendiz profissional. Essa experiência subsidiou a formulação do Programa BPC Trabalho, instituído pela Portaria Interministerial MDS/MEC/MTE/SDH-PR nº 2, de 02/08/12.
Instituir protocolo de integração entre o INSS e a SNAS, definindo fluxos e procedimentos para a operacionalização do BPC e o acompanhamento dos beneficiários pelos serviços socioassistenciais	Ao longo de 2012, o Grupo de Monitoramento da Avaliação da Deficiência e do Grau de Incapacidade – GMADI, formado por técnicos do MDS e do INSS, discutiu a definição de fluxos e procedimentos para a operacionalização do BPC, além de propor alterações nos instrumentais de avaliação da pessoa com deficiência, para fins de reconhecimento ou manutenção do direito ao BPC. Visando à qualificação do atendimento ao beneficiário ou requerente do benefício, o GMADI elaborou o conteúdo programático das capacitações realizadas em 2012 com assistentes sociais e perito-médicos do INSS, responsáveis pelas avaliações para fins de BPC. No âmbito do MDS, como uma das formas de aprimorar a gestão integrada de serviços, benefícios e programas de transferência de renda no âmbito do SUAS, foram inseridas questões específicas sobre beneficiários do BPC nos instrumentais de acompanhamento familiar dos CRAS e CREAS. O MDS e o INSS também estão discutindo estratégias para a articulação das ações de técnicos dos serviços socioassistenciais e profissionais das agências do INSS, no que diz respeito ao reconhecimento do direito ao BPC e ao acompanhamento dos beneficiários.

Educação

A educação é direito de todos e dever do Estado e da família. Para cumprimento desse mandamento constitucional, os entes federativos devem organizar seus sistemas de ensino em regime de colaboração com vistas a assegurar a universalização do ensino obrigatório. À União compete organizar o sistema federal de ensino, financiar as instituições de ensino públicas federais, e exercer a função redistributiva e supletiva, de forma a garantir equalização de oportunidades educacionais e padrão mínimo de qualidade do ensino mediante assistência técnica e financeira às demais unidades da Federação. Os municípios devem atuar, prioritariamente, no ensino fundamental e médio, enquanto os estados e o Distrito Federal, no ensino fundamental e médio.



CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

Relatórios de Anuais de Avaliação do Plano Plurianual 2012-2015 - Ano Base 2012 e 2013

Na esfera federal, a atuação do governo é orientada, especialmente, pelo plano plurianual (PPA), Plano Nacional de Educação (PNE) e Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE). Quanto ao PPA 2012-2015, uma de suas diretrizes corresponde ao estímulo e a valorização da educação, da ciência e da tecnologia. Para tanto, conta com três programas temáticos, a saber: i) 2030 – Educação Básica; ii) 2031 – Educação Profissional e Tecnológica; iii) 2032 – Educação Superior – Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão. Nesses programas estão agregados os objetivos e as metas que devem nortear a ação do governo federal no que se refere à educação.

Educação Básica

De acordo com o senso comum, a educação básica de qualidade constitui os alicerces da formação do educando para sua progressão nos estudos e na vida profissional, bem como para o exercício da cidadania. Nessa perspectiva, representa o passo inicial e fundamental para o alcance do objetivo estabelecido no art. 205 da Constituição Federal, qual seja: o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

O programa 2030 – Educação Básica consumiu 66,1% dos recursos aplicados na função 12 – Educação. Os indicadores escolhidos para acompanhamento do programa estão relacionados na tabela a seguir:

Indicadores de Acompanhamento do Programa 2030 - Educação Básica

Indicador	Unid. Medida	Referência		Acompanhamento	
		Data	Índice	Data	Índice
Escolaridade média da população de 18 a 24 anos	ano	1/1/2009	9,4	30/9/2011	9,5
Escolaridade média da população de 18 a 24 anos da região de menor escolaridade do país	ano	1/1/2009	8,3	30/9/2011	8,7
Escolaridade média da população de 18 a 24 anos entre os 25% mais pobres	ano	1/1/2009	7,3	30/9/2011	7,7
Escolaridade média da população do campo de 18 a 24 anos	ano	1/1/2009	7,4	30/9/2011	7,7
Escolaridade média da população indígena de 18 a 24 anos	ano	1/1/2009	8,7	30/9/2011	7,8
Escolaridade média da população negra de 18 a 24 anos	ano	1/1/2009	8,6	30/9/2011	8,9
IDEB do ensino médio	unidade	1/1/2009	3,6	31/12/2011	3,7
IDEB dos anos finais do ensino fundamental	unidade	1/1/2009	4	31/12/2011	4,1
IDEB dos anos iniciais do ensino fundamental	unidade	1/1/2009	4,6	31/12/2011	5
Percentual da população com 15 anos que concluiu o ensino fundamental	%	1/1/2009	42	30/9/2011	46
Percentual da população com 19 anos que concluiu o ensino fundamental	%	1/1/2009	79,3	30/9/2011	80,9
Percentual da população com 24 anos que concluiu o ensino fundamental	%	1/1/2009	77,1	30/9/2011	80,1
Percentual de pessoas com 19 anos que concluiu o ensino médio	%	1/1/2009	50,2	30/9/2011	48,9
Percentual de pessoas com 24 anos que concluiu o ensino médio	%	1/1/2009	58,2	30/9/2011	61,3
Taxa de analfabetismo da população de 15 anos ou mais	%	1/1/2009	9,7	30/9/2011	8,6
Taxa de analfabetismo funcional da população de 15 anos ou mais de idade	%	1/1/2009	20,4	30/9/2011	20,4
Taxa de escolarização líquida no ensino fundamental de 9 anos (6 a 14 anos)	%	1/1/2009	52,7	30/9/2011	72,4
Taxa de escolarização líquida no médio (15 a 17 anos)	%	1/1/2009	50,9	30/9/2011	51,6
Taxa de frequência à escola/creche - população de 0 a 3 anos	%	1/1/2009	18,4	30/9/2011	20,8
Taxa de frequência à escola - população de 15 a 17 anos	%	1/1/2009	85,2	30/9/2011	83,7



CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

Relatórios de Anuais de Avaliação do Plano Plurianual 2012-2015 - Ano Base 2012 e 2013

Taxa de frequência à escola - população de 4 e 5 anos % 1/1/2009 74,8 30/9/2011 77,4

Fonte: Relatório Anual de Avaliação do PPA 2012-2015, exercício 2012.

Os objetivos associados ao programa em questão foram os seguintes:

Despesas realizadas no Programa 2030 – Educação Básica por objetivo

		<i>R\$ milhões</i>		
	Objetivos	Autorizado	Liquidado	Pago
0596	Elevar o atendimento escolar, por meio da promoção do acesso e da permanência, e a conclusão na educação básica, nas suas etapas e modalidades de ensino, em colaboração com os entes federados, também por meio da ampliação e qualificação da rede física.	6.195	4.446	2.295
0597	Promover, em articulação com os sistemas de ensino estaduais e municipais, a valorização dos profissionais da educação, apoiando e estimulando a formação inicial e continuada, a estruturação de planos de carreira e remuneração, a atenção à saúde e à integridade e às relações democráticas de trabalho.	1.564	1.170	825
0598	Apoiar o educando, a escola e os entes federados com ações direcionadas ao desenvolvimento da educação básica, à ampliação da oferta de educação integral e à alfabetização e educação de jovens e adultos segundo os princípios da equidade, da valorização da pluralidade, dos direitos humanos, do enfrentamento da violência, intolerância e discriminação, da gestão democrática do ensino público, da garantia de padrão de qualidade, da igualdade de condições para acesso e permanência do educando na escola, da garantia de sua integridade física, psíquica e emocional, e da acessibilidade, observado o regime de colaboração com os entes federados.	23.648	22.590	17.744
0599	Fortalecer a gestão e o controle social, a cooperação federativa e intersetorial e as formas de colaboração entre os sistemas de ensino e produzir informações estatísticas, indicadores, estudos, diagnósticos, pesquisas, exames, provas e avaliações.	615	485	338

Fonte: SIOPI.

O objetivo relativo ao apoio ao educando, à escola e aos entes federados consumiu 78,7% do montante liquidado no programa Educação Básica. A situação das metas para o alcance do objetivo, segundo o relatório de avaliação do PPA 2012-2015 é a seguinte:

Meta	Situação
Ampliar progressivamente, em regime de colaboração entre a União, os estados, o Distrito Federal e os municípios, o investimento público em educação, em termos de percentual do produto interno bruto do país, de forma a alcançar a meta do PNE 2011-2020.	Nos últimos anos houve um grande crescimento da execução orçamentária de todas as subfunções que consolidam o nível de ensino da Educação Básica e também a Educação Superior, provocando um rearranjo no investimento público direto por estudante e na razão da Educação Superior sobre a Educação Básica. O maior crescimento relativo da Educação Básica provocou uma correção progressiva no valor do gasto anual por aluno desse nível de ensino que era muito baixo, fazendo com que a relação da Educação Superior sobre a Educação Básica por Estudante, reduzisse de 10,1 em 2002, para 4,8 em 2011. Os gastos por estudante no Ensino Superior cresceram de R\$ 16.912 para R\$ 20.690 entre 2002 e 2011 e, na Educação Básica, de R\$ 1.678 para R\$ 4.267 no mesmo período. Essa última relação de 4,8 está mais próxima dos padrões internacionais.
Elevar a escolaridade média da população de 18 a 24 anos do campo, da região de menor escolaridade do país ou incluída entre os 25% mais pobres, de forma a alcançar a meta do PNE 2011-2020.	Em 2009, a escolaridade média da população de 18 a 24 anos do campo era de 7,5 anos de estudo e em 2011, 7,7 anos de estudo. Em relação à região de menor escolaridade, em 2009, apurou-se 8,4 anos de estudo,



CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

Relatórios de Anuais de Avaliação do Plano Plurianual 2012-2015 - Ano Base 2012 e 2013

Meta	Situação
	sendo que em 2010 e 2011 atingiu-se o índice de 8,7. Entre os 25% mais pobres, em 2009 o índice era de 7,4, e em 2011 foi de 7,7. Em 2012, foram realizadas ações para apoio da educação do campo nos estados, municípios e distrito federal, bem como para a garantia de acesso e permanência de jovens na educação de jovens e adultos do campo e no ensino superior.
Elevar a taxa de atendimento escolar da população indígena em todas as etapas e modalidades da educação básica.	Com base nos dados informados no Censo Escolar em relação às escolas indígenas no período de 2007 a 2012, evidencia-se uma ampliação contínua da oferta nos anos finais do ensino fundamental e médio. Com a criação do Programa de Formação de Professores Indígenas no Ensino Superior (Prolind), em 2005, tornou-se possível a habilitação de professores indígenas para a docência nos anos finais do ensino fundamental e no ensino médio. Espera-se que, com o desenvolvimento da política dos Territórios Etnoeducacionais, essa ampliação nas etapas posteriores ganhe mais celeridade.
Elevar a taxa de inclusão escolar de estudantes de 4 a 17 anos, com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação na rede regular de ensino, de forma a alcançar a meta do PNE 2011-2020..	Em 2007, a taxa de inclusão de alunos de 4 a 17 anos público-alvo da educação especial nas classes comuns do ensino regular era de 56% e em 2011 atingiu 81,7%, demonstrando que os resultados estão evoluindo positivamente.
Elevar a taxa de atendimento escolar das pessoas de 4 a 17 anos, com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação na rede regular de ensino, de forma a alcançar a meta do PNE 2011-2020.	
Elevar o IDEB do ensino médio para 4,3.	O resultado observado em 30/09/11 foi de 3,7. Para atendimento da meta o MEC tem adotado as seguintes providências: (a) elaboração em conjunto com o Conselho Nacional de Educação (CNE) e o Conselho Nacional de Secretários Estaduais de Educação (CONSED) de uma política voltada para a formação da juventude de 15 a 17 anos retida no ensino fundamental, superando a ideia de correção de fluxo, aceleração; (b) ampliação da oferta de matrículas em programas de Educação Integral, no âmbito do Programa Ensino Médio Inovador, (c) apoio às ações do Observatório Jovem, como forma de ampliar o conhecimento sobre a juventude e estimular ações participativas dos diferentes segmentos constituintes do público do ensino médio; (d) formação de professores de ensino médio, com foco na cultura juvenil, análise e adequação do currículo escolar com vistas ao atendimento das expectativas e necessidades do jovem da escola pública; e (e) formação de professores, equipes pedagógicas e de gestão a partir das novas Diretrizes Curriculares Nacionais do Ensino Médio.
Elevar o IDEB dos anos finais do ensino fundamental para 4,7.	O resultado observado em 30/09/11 foi de 4,1, superior ao esperado para 2011 de 3,9. O apoio técnico e financeiro do MEC aos municípios mediante a adesão ao Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação e ao Plano de Ações Articuladas (PAR) foi importante para esta evolução.
Elevar o IDEB dos anos iniciais do ensino fundamental para 5,2.	O resultado observado do Ideb em 2011 foi de 5 pontos, superior à meta prevista para 2013 de 4,9 pontos. O apoio técnico e financeiro do MEC aos municípios, mediante a adesão de todos municípios ao Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação e ao Plano de Ações Articuladas (PAR) foi importante para esta evolução.



CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

Relatórios de Anuais de Avaliação do Plano Plurianual 2012-2015 - Ano Base 2012 e 2013

Meta	Situação
Elevar o percentual de crianças alfabetizadas até os 8 anos de idade, de forma a alcançar a meta do PNE 2011-2020.	De acordo com a PNAD 2011, o percentual de crianças alfabetizadas até os 8 anos de idade passou de 83,16% em 2001 para 90,14% em 2011.
Equiparar a média de escolaridade entre negros e não negros.	A escolaridade média dos negros na faixa etária de 18 a 24 anos evoluiu de 7,7 anos em 2005 para 8,9 anos em 2011, enquanto a da população não negra passou de 9,6 em 2005 para 10,4 em 2011, um avanço percentual de 15% no período.
Expandir a oferta de educação em tempo integral em escolas públicas de educação básica, de forma a alcançar a meta do PNE 2011-2020.	A meta está relacionada com o Programa Mais Educação – PME. A execução do programa é feita mediante repasse de recursos diretamente às escolas, por meio do Programa Dinheiro Direto na Escola. Em 2012, aderiram ao Programa Mais Educação 32.074 escolas, beneficiando 4,7 milhões de alunos. Ressalta-se que das escolas que aderiram, mais de 17 mil tem a maioria de alunos de famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família (54% do total de escolas atendidas pelo Mais Educação). Os resultados obtidos atenderam às expectativas, sendo que o aumento da participação de estudantes de todo o país na jornada de educação ampliada (Educação Integral) superou em 44% ao do ano anterior. O investimento no Mais Educação entre 2008 e 2012 passou de R\$ 90 milhões para R\$ 1,3 bilhão, aproximadamente. O número de escolas e o alunado beneficiado pelo PME aumentaram proporcionalmente aos investimentos. Em 2012, o Programa investiu mais de 50% dos recursos em escolas com alunos em áreas de maior vulnerabilidade social. Propõe-se, no âmbito da expansão 2012-2014, 15 mil novas escolas ao ano, num total previsto de 45 mil, de modo a atingir pelo menos 60% de escolas maioria PBF.
Reduzir a taxa de analfabetismo, especialmente entre as mulheres, a população do campo e afrodescendentes.	O analfabetismo absoluto da população de 15 anos ou mais apresentou queda nos últimos anos. Em 2004, a taxa era de 11,5% e em 2011 o percentual foi de 8,6%. Entre as mulheres, os dados demonstravam que, em 2009, um total de 9,6% da população feminina era analfabeta. Em 2011, o analfabetismo entre as mulheres recuou para 8,4%, o que significa diminuição de 12,5% na taxa de analfabetismo em 2 anos. Relativamente ao percentual de analfabetismo absoluto para a população negra, houve recuo de 13,4% em 2009 para 11,8% em 2011. A taxa de analfabetismo da população do campo passou de 22,8% em 2009 para 21,2% em 2011.
Reduzir a taxa de analfabetismo funcional, de forma a alcançar a meta do PNE 2011-2020.	O analfabetismo funcional é mensurado pela proporção da população que tem menos de 4 anos de estudo, sendo esta variável considerada como fator relevante na sua condição de vulnerabilidade social. Em 2005, a taxa de analfabetismo funcional na população de 15 anos ou mais era de 23,4% e, em 2011, 20,4%.

Educação Profissional e Tecnológica

A educação profissional e tecnológica é considerada um elemento estratégico para a construção da cidadania e para melhor inserção de jovens e trabalhadores na sociedade contemporânea. Seu objetivo maior é permitir que o cidadão participe da construção social e adquira capacidade de se exercitar intelectual e tecnicamente. Destarte, as bases dessa educação devem oferecer ao indivíduo conhecimentos sobre princípios gerais que impactam o processo produtivo,



CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

Relatórios de Anuais de Avaliação do Plano Plurianual 2012-2015 - Ano Base 2012 e 2013

bem como desenvolvimento de habilidades instrumentais e de capacidade de análise que facilite a compreensão histórico-crítica da sociedade e das formas de atuação do ser humano.

No âmbito do Plano Mais Brasil, o programa 2031 – Educação Profissional e Tecnológica possui indicadores para o seu acompanhamento, a saber:

Tabela X. Indicadores de Acompanhamento do Programa 2031 - Educação Profissional e Tecnológica

Indicador	Unid. Medida	Referência		Acompanhamento	
		Data	Índice	Data	Índice
Matrículas na educação profissional de nível médio	milhar	1/1/2010	1.140,40	31/12/2012	1.362,20
Matrículas na educação profissional e tecnológica	milhar	1/1/2009	1.717,62	31/12/2010	1.960,15
Matrículas na rede federal de educação profissional e tecnológica	milhar	1/1/2009	250,9	31/12/2011	335,98

Fonte: Relatório Anual de Avaliação do PPA 2012-2015, exercício 2012.

Também, foram estabelecidos estes objetivos:

Despesas realizadas no Programa 2037 - Fortalecimento do SUAS por objetivo

Objetivos	Autorizado	Liquidado	R\$ milhões
			Pago
0582 Expandir, interiorizar, democratizar e qualificar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica, considerando os arranjos produtivos, sociais, culturais, locais e regionais, a necessidade de ampliação das oportunidades educacionais dos trabalhadores e os interesses e necessidades das populações do campo, indígenas, quilombolas, afrodescendentes, das mulheres de baixa renda e das pessoas com deficiência.	5.806,46	4.442,87	2.557,43
0588 Ofertar vagas de educação profissional para jovens e adultos articulada com a elevação de escolaridade e realizar processos de reconhecimento de saberes e certificação profissional.	99,25	12,05	8,93

Fonte: SIOP BI.

O objetivo relacionado com a expansão, interiorização, democratização e qualificação de ofertas de cursos de educação profissional e tecnológica consumiram 99,7% dos recursos alocados no programa em comento. As metas estabelecidas para o alcance dos objetivos foram as seguintes:

Meta	Situação
Ampliar progressivamente, em regime de colaboração entre a União, os estados, Distrito Federal e os municípios, o investimento público em educação, em termos de percentual do produto interno bruto do país, de forma a alcançar a meta do PNE 2011-2020.	A evolução do investimento público total em educação de 4,5% em 2005 para 6,1% em 2011 apresentou um substancial incremento de 36% no período, quando importantes modificações na legislação de financiamento da manutenção e desenvolvimento do ensino introduziram recursos adicionais para a educação.
Elevar a relação aluno/professor nos institutos federais de educação profissional e tecnológica, em consonância com o PNE 2011-2020.	Nos Termos de Acordo e Metas, assinados entre Ministério da Educação e os Institutos Federais, está previsto o alcance de uma relação mínima de 20 alunos por docente. A Relação Aluno/Professor é obtida pela razão entre o número de estudantes matriculados e o de professores lotados nas instituições que compõem a Rede Federal. Em 2009, a relação era de 19,7; no ano de 2010, ficou em 18,2, subindo



CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

Relatórios de Anuais de Avaliação do Plano Plurianual 2012-2015 - Ano Base 2012 e 2013

Meta	Situação
	para 24,1 em 2011, e, no exercício de 2012, chegou a 22,6.
Elevar o número de escolas da rede federal de educação profissional e tecnológica para 622.	No exercício de 2012, foram inauguradas 35 unidades em 19 estados que, quando estiverem em pleno funcionamento, terão a capacidade de ofertar cerca de 1.200 matrículas por unidade. Nesse período, foram investidos R\$ 820,9 milhões na expansão por meio da implantação das novas unidades e na reestruturação das já existentes. A meta estabelecida no Plano de Expansão da Rede Federal, no âmbito do Pronatec, é alcançar o número de 562 unidades em funcionamento até 2014, totalizando 208 novas unidades dos institutos federais no período 2011 – 2014. Destas, 76 já estão em funcionamento, totalizando 430 escolas na rede federal.
Elevar o número de matrículas da educação profissional e tecnológica em consonância com o PNE 2011-2020.	Em 2012, as matrículas em cursos técnicos, segundo dados Censo da Educação Básica 2012, foram de 1.362.200. Já as matrículas em cursos de formação inicial e continuada foram de 2.999.063, conforme dados SISTEC/MEC. Em relação aos cursos superiores de tecnologia, segundo dados do Censo da Educação Superior 2011, as matrículas somaram 870.534. Em 2010 foram 781.609 matrículas, o que representa uma ampliação de 11,4%.
Elevar o número de matrículas da educação profissional técnica de nível médio, em consonância com o PNE 2011-2020.	Os dados do Censo da Educação Básica 2012 revelam que o número de matrículas de educação profissional técnica de nível médio, em 2012, atingiu 1.362.200 em cursos técnicos nas formas integrada, inclusive na educação de jovens e adultos, concomitante e subsequente. Comparados com a referência de 2010, esses dados indicam uma ampliação de 19,4%.
Oferecer 8 milhões de vagas para a educação profissional e tecnológica, com a concessão de 4 milhões de bolsas a estudantes do ensino médio da rede pública, inclusive da educação de jovens e adultos, trabalhadores e beneficiários dos programas federais de transferência de renda.	Desde o lançamento do Pronatec, já foram atendidos 2.559.314 de brasileiros, que tiveram a oportunidade de fazer cursos técnicos e de formação inicial e continuada, entre os quais estudantes do ensino médio, beneficiários dos programas federais de transferência de renda, trabalhadores desempregados, pessoas com deficiência, populações do campo e trabalhadores de setores do turismo. Em 2012, foram realizadas 1.670.830 matrículas no conjunto de iniciativas do Pronatec.

Educação Superior

O ensino superior é o nível mais elevado dos sistemas educativos e normalmente corresponde à educação realizada em universidades, faculdades ou instituições congêneres que conferem graus acadêmicos ou diplomas profissionais.

Para acompanhamento do programa 3032 – Educação Superior – Graduação, Pós-graduação, Pesquisa e Extensão, foram escolhidos os seguintes indicadores:

Tabela X. Indicadores de Acompanhamento do Programa 2032 - Educação Superior

Indicador	Unid. Medida	Referência		Acompanhamento	
		Data	Índice	Data	Índice
Índice de doutores titulados no país por 100 mil habitantes	unidade	1/1/2009	5,94	31/12/2011	6,47
Índice de mestres titulados no país por 100 mil habitantes	unidade	1/1/2009	20,26	31/12/2011	22,47
Taxa bruta de matrícula na educação superior	%	1/1/2009	26,7	30/9/2011	27,8
Taxa bruta de matrícula na educação superior entre os 25% mais pobres	%	1/1/2009	3,7	30/9/2011	6,7
Taxa bruta de matrícula na educação superior na região de menor	%	1/1/2009	18,4	30/9/2011	21,4



CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

Relatórios de Anuais de Avaliação do Plano Plurianual 2012-2015 - Ano Base 2012 e 2013

escolaridade do país

Taxa bruta de matrículas na educação superior para a população negra	%	1/1/2009	17,7	30/9/2011	19,5
Taxa de docentes em exercício com doutorado	%	1/1/2009	26,4	31/12/2011	29,9
Taxa de docentes em exercício com mestrado	%	1/1/2009	36,2	31/12/2011	38,4
Taxa líquida de matrícula na educação superior	%	1/1/2009	14,4	30/9/2011	14,6
Taxa líquida de matrícula na educação superior, ajustada	%	1/1/2009	17,30	30/9/2011	17,80

Fonte: Relatório Anual de Avaliação do PPA 2012-2015, exercício 2012.

Os objetivos atribuídos ao programa em tela no PPA 201-2015 são os seguintes:

Despesas realizadas no Programa 2032 - Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão por objetivo

		<i>R\$ milhões</i>		
	Objetivos	Autorizado	Liquidado	Pago
0593	Produzir e tornar disponíveis subsídios para orientar a formulação, a implementação e a avaliação das políticas públicas, por meio de informações estatísticas, indicadores, estudos, diagnósticos, pesquisas, exames, provas e avaliação da educação superior.	132	98	69
0803	Apoiar a formação de pessoal qualificado em nível superior para fortalecer o sistema nacional de educação, contribuindo para a melhoria da educação básica e para o fortalecimento e o crescimento da ciência, da tecnologia e da inovação, visando ao desenvolvimento sustentável do Brasil.	3.079	2.736	2.213
0841	Ampliar o acesso à educação superior com condições de permanência e equidade por meio, em especial, da expansão da rede federal de educação superior, da concessão de bolsas de estudos em instituições privadas para alunos de baixa renda e do financiamento estudantil, promovendo o apoio às instituições de educação superior, a elevação da qualidade acadêmica e a qualificação de recursos humanos.	10.093	7.415	4.320

Fonte: SIOP BI.

Os objetivos relacionados com o apoio à formação de pessoal qualificado e com a ampliação do acesso à educação superior consumiram, juntos, mais de 99,0% dos recursos alocados para o programa em comento. Para alcance do primeiro, foram estabelecidas as seguintes metas:

Meta	Situação
Elevar o número de mestres e doutores titulados por ano, de forma a alcançar a meta do PNE 2011-2020.	Em 2011, foram mais de 55 mil titulados em pós-graduação stricto sensu, sendo 39,2 mil discentes em mestrado acadêmico, 3,6 mil em mestrado profissional e mais de 12 mil em doutorado. Registra-se um crescimento de 14% no número de programas entre 2009 e 2011, com destaque para o aumento de cursos de mestrado profissional. O crescimento de mestrados e doutorados foi de 11% e 13% respectivamente.
Elevar o percentual de mestres e doutores no corpo docente em efetivo exercício nas instituições de educação superior, de forma a alcançar a meta do PNE 2011-2020.	Um levantamento do número de mestrados e doutorados no país entre 2009 e 2011 indica um crescimento de 11% e 13% respectivamente. Em 2011 foram titulados mais de 39 mil discentes em mestrados acadêmicos e mais de 12 mil discentes em doutorados. Ressalta-se que o percentual de mestres ou doutores no corpo docente das Instituições de Ensino Superior cresceu de 62,5 em 2009 para 68,3 em 2011. Somente o percentual de doutores cresceu de 26,4 para 29,9 nesse mesmo período.



CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

Relatórios de Anuais de Avaliação do Plano Plurianual 2012-2015 - Ano Base 2012 e 2013

Para a ampliação do acesso à educação superior com condições de permanência e equidade, foram definidas estas metas:

Meta	Situação
Ampliar a participação proporcional de grupos historicamente excluídos na educação superior, especialmente afrodescendentes;	Entre 2005 e 2011, a taxa bruta de matrícula para a população negra aumentou de 11,4% para um total de 19,5%, o que representa um crescimento de 71% em 6 anos. Com relação à ampliação do acesso ao ensino superior à população de baixa renda, os dados da Pnad apontam que, em 2009, 2,3% das pessoas até o 1º quintil de renda frequentavam o ensino superior. Em 2011, esse percentual era de 4,4%. Ressalta-se ainda que se considerarmos os três primeiros quintis, em 2009 esse percentual era de 21,1% e, em 2011, 25,7%, o que representa um aumento da população das faixas de menor renda com acesso à educação superior. No que se refere à Taxa Bruta de Matrícula na Educação Superior na região de menor escolaridade, essa passou de 11,9% em 2005 para 21,40%, em 2011, o que representa um aumento de 80%. No âmbito dos programas de acesso e inclusão, o ProUni, desde sua criação, já atendeu 1,1 milhão de estudantes, dos quais 535.817 são negros, o que representa 48,9% dessa população beneficiada com bolsas do Prouni. Em 2012 foram atendidos 176.716 estudantes, sendo 95.621 negros.
Ampliar o número de vagas em graduação presencial em universidades federais, com foco em cursos noturnos, em consonância com o PNE 2011-2020.	Entre 2007 e 2011, observa-se o aumento da oferta de vagas em graduação presencial, que passou de 139,9 mil para 231,5 mil vagas. Em 2011, foram ofertadas 72.618 vagas em graduação presencial em cursos noturnos. A Taxa de matrícula no período noturno em Instituições Federais de Educação Superior – Graduação Presencial foi de 28,12%. A meta de 27% estabelecida para 2015 foi superada, em decorrência da ampliação da oferta de vagas em cursos noturnos.
Ampliar progressivamente, em regime de colaboração entre a União, os estados, o Distrito Federal e os municípios, o investimento público em educação, em termos de percentual do produto interno bruto do país, de forma a alcançar a meta do PNE 2011-2020.	A evolução do investimento público total em educação de 4,5% em 2005 para 6,1% em 2011 apresentou um substancial incremento de 36% no período. Os gastos por estudante no Ensino Superior cresceram de R\$ 16.912 para R\$ 20.690 entre 2002 e 2011 e, na Educação Básica, de R\$ 1.678 para R\$ 4.267 no mesmo período. Essa última relação de 4,8 está mais próxima dos padrões internacionais.
Combater a impunidade dos homicídios, cujas principais vítimas são jovens negros, por meio do fortalecimento da perícia criminal.	
Elevar a relação aluno/professor nas instituições federais de ensino superior, em consonância com o PNE 2011-2020.	A meta do PPA de elevar a Relação Aluno/Professor nas IFES está em consonância com o Projeto de Lei do PNE 2011-2020, que é de 18 alunos por professor. Segundo dados do PINGIFES esta relação passou de 17,91, em 2007 para 20,82 em 2011.
Elevar a taxa bruta de matrícula na educação superior, de forma a alcançar a meta do PNE 2011-2020.	A Taxa de Escolarização Bruta na Educação Superior evoluiu de 19,9% em 2005 para 27,8% em 2011, o que equivale a uma variação positiva de 39,7%. Isso ocorreu, dentre outros motivos, devido à expansão das políticas de acesso à educação superior, dentre as quais destacam-se o Prouni, Fies e Reuni/Expansão das IFES.
Elevar a taxa líquida de matrícula na educação superior, de forma a alcançar a meta do PNE 2011-2020.	A Taxa Líquida ajustada de Matrícula na Educação Superior evoluiu de 13% em 2005 para 17,8% em 2011, o que equivale a uma variação positiva de 37%. Isso ocorreu, dentre outros motivos, devido à expansão das políticas de acesso a educação superior, dentre as quais destacam-se o



CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

Relatórios de Anuais de Avaliação do Plano Plurianual 2012-2015 - Ano Base 2012 e 2013

Meta	Situação
	Prouni, o Fies e o Reuni/Expansão das IFES.
Elevar o número de campi da rede federal de educação superior para 324.	A rede da educação federal superior conta atualmente com 287 campus, sendo que 274 foram implantados até 2010. A partir de 2011, destaca-se a meta de criação de 47 novos campi até 2014, dos quais 13 estão em funcionamento. Nesses 47 novos campi estão incluídos os das quatro novas universidades federais: Universidade Federal do Oeste da Bahia (UFOBBA); Universidade Federal do Sul da Bahia (UFESBA); Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSPA) e Universidade Federal do Cariri (UFCA). Os Projetos de Lei para a criação destas quatro universidades foram encaminhados ao Congresso Nacional em 2011, e, em 2012, foram publicados os atos normativos de criação das comissões de implantação das universidades federais supracitadas. Também em 2012, foi autorizada a distribuição de 8.819 docentes e 4.395 técnico-administrativos para as universidades. A elevação do total de docentes e técnicos tem como objetivo atender aos programas de reestruturação e expansão das Ifes, expansão de novos campus, Ensino Médico, consolidação das Instituições da Região Norte, Viver sem Limite e outras agendas.
Elevar o número de universidades federais para 63.	A rede da educação federal superior conta atualmente com 59 universidades federais, sendo que quatro são recentes: Universidade Federal do Oeste da Bahia (UFOBBA); Universidade Federal do Sul da Bahia (UFESBA); Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSPA) e Universidade Federal do Cariri (UFCA)

Trabalho

A função trabalho está preponderantemente relacionada com o programa 2071 – Trabalho, Emprego e Renda, que consumiu 99,5% dos recursos orçamentários liquidados em 2012. Os indicadores para acompanhamento desse programa estabelecidos no Plano Mais Brasil são os seguintes:

Indicadores de Acompanhamento do Programa 2071 - Trabalho, Emprego e Renda

Indicador	Unid. Medida	Referência		Acompanhamento	
		Data	Índice	Data	Índice
Clientes ativos do microcrédito produtivo orientado	unidade	31/12/10	890.560,00	31/12/11	1.237.206,00
Operações realizadas de microcrédito produtivo orientado	unidade	31/12/10	2.015.335,00	31/12/11	2.451.356,00
Razão entre a participação percentual da população de baixa escolaridade nas ações de qualificação e sua participação relativa na PEA	razão	31/12/09	0,68	30/11/12	0,87
Razão entre a participação percentual da população de jovens (16 a 29 anos) nas ações de qualificação e sua participação relativa na PEA	razão	31/12/09	2,35	30/11/12	1,59
Razão entre a participação percentual da população de não brancos nas ações de qualificação e sua participação relativa na PEA	razão	31/12/09	1,22	30/11/12	1,34
Razão entre a participação percentual de mulheres nas ações de qualificação e sua	razão	31/12/09	1,48	30/11/12	1,33



CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

Relatórios de Anuais de Avaliação do Plano Plurianual 2012-2015 - Ano Base 2012 e 2013

Indicadores de Acompanhamento do Programa 2071 - Trabalho, Emprego e Renda

Indicador	Unid. Medida	Referência		Acompanhamento	
		Data	Índice	Data	Índice
participação relativa na PEA					
Saldo da carteira ativa do microcrédito produtivo orientado	R\$	31/12/10	1.020.986.719,50	31/12/11	1.605.543.923,05
Taxa de atividade	%	31/12/09	62,10	30/09/11	60,00
Taxa de cobertura do Abono Salarial	%	31/12/10	96,32	31/07/12	95,08
Taxa de cobertura do SeguroDesemprego	%	31/12/10	78,12	30/11/12	76,20
Taxa de cobertura do Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda na (re)inserção no mercado de trabalho formal	%	31/12/10	6,50	30/11/12	3,60
Taxa de desocupação	%	31/12/09	8,30	30/09/11	6,70
Taxa de encerramento de processos de autos de infração e notificação de débitos	%	31/12/10	33,00	31/12/12	76,00
Taxa de incidência de acidentes de trabalho	1/1.000	31/12/09	21,39	31/12/11	18,13
Taxa de incidência específica para acidentes de trabalho típicos	1/1.000	31/12/09	12,45	31/12/11	10,79
Taxa de incidência específica para do trabalho	1/1.000	31/12/09	0,52	31/12/11	0,38
Taxa de letalidade de acidentes de trabalho	1/1.000	31/12/09	3,45	31/12/11	4,06
Taxa de mortalidade de acidentes de trabalho	1/100.000	31/12/09	7,38	31/12/11	7,35
Taxa de participação da intervenção fiscal na formalização de vínculo de emprego	%	31/12/10	2,40	31/12/11	1,83
Taxa de participação da população negra no total de empregos formais	%	31/12/09	35,02	31/12/12	34,98
Taxa de participação de mulheres no total de empregos formais	%	31/12/09	41,43	30/09/12	42,00
Taxa de trabalho formal (16 anos ou mais)	%	31/12/09	53,58	30/09/11	57,13
Trabalhadores beneficiados pela concessão de crédito	unidade	31/12/10	1.860.082,00	31/12/12	952.048,00
Volume de crédito concedido para microcrédito produtivo orientado	R\$	31/12/10	2.848.446.204,64	31/12/11	3.755.106.065,62

Fonte: Relatório Anual de Avaliação do PPA 2012-2015, exercício 2012.

Os objetivos definidos no PPA 2012-2015 para o programa em comento são:

Despesas realizadas no Programa 2071 - Trabalho, Emprego e Renda por objetivo

Objetivos	R\$ milhões		
	Autorizado	Liquidado	Pago
0287 Consolidar o Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda no território nacional, ampliando o alcance da promoção de políticas públicas que visem ao aumento da inserção do trabalhador no mundo do trabalho.	40.669,9	40.220,5	39.632,3
0288 Estimular e aprimorar as formas de participação e controle social, com intenso envolvimento do Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador (Codefat) e das Comissões de Emprego Estaduais e Municipais, para potencializar o alcance das políticas	9,4	7,7	1,3
0289 Estimular a inclusão produtiva e contribuir para a geração de trabalho e renda	1,2	1,2	1,2



CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

Relatórios de Anuais de Avaliação do Plano Plurianual 2012-2015 - Ano Base 2012 e 2013

Despesas realizadas no Programa 2071 - Trabalho, Emprego e Renda por objetivo

		<i>R\$ milhões</i>		
	Objetivos	Autorizado	Liquidado	Pago
0291	Fortalecer a política de microcrédito produtivo orientado, promovendo a universalização do acesso a essa modalidade de crédito por meio do apoio às instituições do setor, com ênfase no fortalecimento do empreendedorismo de pequeno porte, individual ou col	366,3	321,7	227,2
0292	Promover o cumprimento das normas legais e convencionadas de proteção ao trabalho.	19,4	15,9	15,6
0293	Promover a segurança e saúde no trabalho, de modo a prevenir doenças e acidentes.	10,9	8,7	7,6
0861	Melhorar a qualidade nutricional do Programa de Alimentação do Trabalhador.	0,0	0,0	0,0
0862	Democratizar as relações de trabalho no país, por meio da consolidação de um modelo de organização sindical baseado em liberdade, autonomia e representatividade, estimulando o diálogo e o tripartismo, a fim de assegurar a justiça social no âmbito das leis	1,9	0,7	0,7
0863	Estabelecer e aprimorar as políticas vinculadas à migração internacional com vista ao ingresso e permanência de imigrantes e profissionais estrangeiros no Brasil, bem como de trabalhadores emigrantes no exterior.	1,1	0,8	0,7
0864	Ofertar informações integradas das áreas referentes ao mundo do trabalho que apoiem e orientem a elaboração, monitoramento e avaliação de políticas públicas.	53,0	45,5	34,5
0869	Assegurar ao trabalhador o direito ao emprego e trabalho decente	3,0	2,1	1,8

Fonte: SIOP BI.

O objetivo mais relevante é o referente à consolidação do Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda. Esse sistema visa à integração das ações de emprego por meio da intermediação da mão de obra, habilitação ao seguro-desemprego e qualificação social e profissional.

Para alcance dos objetivos, foram estabelecidas as seguintes metas:

Meta	Situação
Ampliar a articulação das ações do Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda com as políticas públicas voltadas para o fomento, a geração de emprego e renda, a juventude, a educação, a economia solidária, a redistribuição de renda e erradicação da pobreza e a promoção da cidadania.	O MTE participou de diversas ações e reuniões para viabilizar a interação com outras iniciativas do governo federal, por meio do qual, tem-se ampliado a recolocação imediata do trabalhador desempregado (requerente do benefício do Seguro-Desemprego).
Ampliar a certificação de competências profissionais no âmbito do Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda.	O MTE tem atuado em conjunto com o MEC nas tratativas pertinentes à Rede Certific, cujo escopo se encontra em processo de revisão. O Ministério também participa no Subgrupo 10 do MERCOSUL, que trata de assuntos sociolaborais, incluindo a certificação, no sentido de criar estratégia de reconhecimento mútuo das certificações profissionais ofertadas a trabalhadores dos países membros.
Ampliar a informatização dos processos de identificação e registro profissional	O processo de identificação do registro profissional já é todo informatizado. Visando dar continuidade ao cumprimento desta meta, o Ministério iniciou, a partir de 26/11/2012, a implantação, na Superintendência Regional do Trabalho e Emprego do Distrito Federal - SRTE/DF, do Projeto Piloto da nova versão do Sistema Informatizado do Registro Profissional (SIRPWEB), que trouxe melhorias ao processo de registro, dentre elas a possibilidade do acompanhamento da solicitação pelo trabalhador via internet, viabilizando maior transparência no processo de emissão. Quanto à



CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

Relatórios de Anuais de Avaliação do Plano Plurianual 2012-2015 - Ano Base 2012 e 2013

Meta	Situação
	execução física, no ano de 2012 foram emitidos 87.810 registros profissionais no país inteiro, dos quais 550 foram emitidos pela SRTE-DF, no período de 26/11 a 31/12, por meio da nova versão do sistema. Até o final de 2013 a nova versão do sistema será implantada em todo o país
Ampliar a oferta de cursos de qualificação social e profissional e a orientação profissional associadas à concessão de crédito produtivo para o autoemprego e para empreendimentos econômicos solidários.	Em 2012, foi priorizada a qualificação social e profissional para a copa do mundo, entre outros públicos. O programa de qualificação no âmbito do Sistema Público de Emprego encontra-se em processo de reestruturação, com vistas a adequar-se à Lei 12.513, de 2011, que instituiu o Pronatec. Ademais, demandas nacionais tendem a ser priorizadas, tais como Construção Civil e Trabalhadores Rurais, para os quais há compromisso assumido nas Mesas Nacionais de Pactuação.
Ampliar em 50% o atendimento de intermediação de mão de obra no âmbito do SINE e ampliar a oferta de cursos de qualificação social e profissional, priorizando, em particular, o seguinte público e/ou áreas de atividades: i) atividades relacionadas à agricultura, pecuária, aquicultura, pesca e produção florestal; ii) afrodescendentes, mulheres, jovens e pessoas com deficiência física e intelectual; iii) trabalhadoras domésticas; iv) população em situação de rua; v) público do programa do seguro-desemprego; vi) públicos dos programas Bolsa-Família e do Plano Brasil sem Miséria; vii) trabalhadores resgatados da condição análoga à de escravo; viii) atividades voltadas para grandes eventos esportivos; ix) trabalhadores da construção civil; x) presidiários egressos do sistema penal.	Em 2012, o MTE deu continuidade às ações de acompanhamento da rede de atendimento do SINE na utilização do Sistema MTE Mais Emprego. O Ministério participou, também, de diversos grupos intersetoriais do Governo Federal, buscando melhor interação com demais ações do governo que visem a atender os públicos específicos. Para expansão da rede, foi possível a abertura de aproximadamente 50 novos Postos de Atendimento. Quanto à oferta de cursos de qualificação no âmbito do SINE, foram qualificados 27.255 trabalhadores em atendimento aos públicos prioritários.
Aprimorar os mecanismos de adequação da oferta de serviços de qualificação social e profissional e intermediação de mão de obra à demanda do mercado de trabalho.	Em 2012, o MTE desenvolveu sistema para mensurar o alcance desta meta. Trata-se de sistema por meio do qual todas as unidades de representação do Ministério, incluindo Superintendências Regionais do Trabalho e Emprego - SRTEs e postos do SINE, terão acesso à consulta às diversas bases de dados do MTE e poderão realizar os cruzamentos necessários para a verificação e identificação da necessidade de qualificação frente à demanda do mercado de trabalho. O sistema encontra-se em fase de homologação para posterior implantação.
Consolidar o arcabouço legal do Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda.	Em 2012, o MTE continuou a realização de estudos que viabilizarão o alcance da meta. Pode-se citar: Estudo de Custos Associados à Expansão e Manutenção da Rede de Atendimento do Sistema Nacional de Emprego (SINE); Sistema de Monitoramento e Avaliação - SMA da rede de atendimento no âmbito do Programa Seguro-Desemprego; Chamada Pública de Seleção BNDES/FEP Prospecção nº 02/2012, em realização pelo Banco, para fins de estudos relacionados à intermediação de mão de obra e qualificação profissional no país. Encontra-se também em estudo a verificação de formas de descentralização do recurso para as ações do SINE, o que também contribuirá diretamente no alcance dessa meta de consolidação do arcabouço legal.
Criar novos instrumentos e aperfeiçoar os mecanismos existentes para a promoção da integração entre as ações do Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda, particularmente do seguro-desemprego, da intermediação de mão de obra e da qualificação social e profissional.	Em 2012, o MTE continuou as ações de melhoria contínua do Sistema MTE Mais Emprego, o que permitiu a interação com outras políticas públicas do governo federal, tais como Brasil sem Miséria, Plano Viver sem Limite e BPC.
Criar o passaporte para a qualificação social e profissional, visando o acesso direto do trabalhador, especialmente o beneficiário do seguro-desemprego, a cursos em instituições	A Resolução CODEFAT nº 679/2011 regulamenta a ação Passaporte Qualificação, entretanto ainda não há procedimento de credenciamento ou de certificação de



CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

Relatórios de Anuais de Avaliação do Plano Plurianual 2012-2015 - Ano Base 2012 e 2013

Meta	Situação
previamente credenciadas pelo Ministério do Trabalho e Renda (MTE).	entidades para adoção do mecanismo de provimento de passaporte ao trabalhador para inscrição em cursos de qualificação. Ademais, a articulação com o Pronatec vem possibilitando a recolocação do trabalhador desempregado num período mais curto por meio do acesso a cursos de qualificação.
Desenvolver metodologias e tecnologias de qualificação social e profissional voltadas para o atendimento dos públicos prioritários.	Está em estudo o desenvolvimento de metodologia que contemple a preparação dos recursos humanos das empresas no acolhimento de pessoas com deficiência, a capacitação dos atendentes dos SINEs no atendimento desse público, a capacitação dos captadores de vagas nos SINEs sob o prisma da inclusão social desse público, e a capacitação das instituições formadoras visando ao aumento da participação de pessoas com deficiência nos cursos de qualificação profissional.
Garantir a sustentabilidade do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT).	A implementação de ações que visem à imediata recolocação do trabalhador no mercado de trabalho e à redução da rotatividade da mão de obra, como as ações de qualificação profissional, por meio do PRONATEC, e as ações de gestão do Programa Seguro-Desemprego, por meio do Portal Mais Emprego/MTE, no exercício de 2012, contribui para a redução do número de pagamentos do benefício do Seguro-Desemprego ao trabalhador com carteira de trabalho. Os resultados nominais do Fundo foram superavitários em 2011 e 2012.
Implantação de padrão nacional de ações e de qualidade de atendimento do Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda, respeitando características regionais.	Encontram-se em curso três grandes projetos que têm a finalidade de contribuir diretamente para o alcance desta meta, a saber: i) Estudo de Custos Associados à Expansão e Manutenção da Rede de Atendimento do Sistema Nacional de Emprego (SINE); ii) Sistema de Monitoramento e Avaliação - SMA da rede de atendimento no âmbito do Programa Seguro-Desemprego; iii) Chamada Pública, em realização pelo BNDES (Chamada Pública de Seleção BNDES/FEP Prospecção nº 02/2012), para fins de estudos relacionados à intermediação de mão de obra e qualificação profissional no país.
Implantar metodologias de orientação profissional voltadas para o atendimento no âmbito do Sistema Nacional de Emprego (SINE) e para a qualificação social e profissional.	Metodologia de qualificação foi elaborada para os conteúdos gerais aplicáveis a todos os cursos. Sua utilização ocorreu a partir de 2013.
Induzir os municípios com mais de 100 mil habitantes e estados a ampliarem a oferta de serviços de proteção social especial para pessoas com deficiência, idosos(as) e suas famílias.	
Instituir modalidade de cursos de qualificação à distância.	Está em execução por meio de descentralização de recursos à UnB, visando o provimento de cursos à distância no âmbito do Centro de Difusão de Tecnologia e Conhecimento - CDTC da Presidência da República.
Instituir o cadastro e certificação de instituições de qualificação social e profissional, bem como o selo e prêmio nacional de qualificação profissional.	Está em desenvolvimento uma proposta de credenciamento de instituições de qualificação.
Otimizar a concessão do benefício do seguro-desemprego, pelo aprimoramento de críticas de sistemas, pela facilitação da reinserção do requerente e do segurado no mundo do trabalho, e pela conscientização dos potenciais beneficiários em relação a seus direitos e deveres.	Visando à otimização na concessão do benefício do seguro-desemprego, em 2012, foram finalizados os testes de requisitos, procedimentos de validação e de homologação da proposta que visa processamento do Seguro-Desemprego utilizando o número do CPF. Também com o intuito de otimizar a concessão do benefício do seguro-desemprego, no ano de 2012, vale mencionar a implantação do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC), integrado com o Programa Seguro-



CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

Relatórios de Anuais de Avaliação do Plano Plurianual 2012-2015 - Ano Base 2012 e 2013

Meta	Situação
	<p>Desemprego, que determina que todo trabalhador reincidente na solicitação do benefício seja encaminhado a cursos de qualificação ofertados pelo Ministério da Educação (MEC), sob pena do cancelamento do benefício por sua recusa. Além da integração com o PRONATEC, destaca-se a integração da concessão do benefício à intermediação de mão de obra. Essa ação integrada via MTE Mais Emprego e PRONATEC acarretou em diminuição do número de parcelas pagas do Programa Seguro-Desemprego no ano de 2012. Devido à concessão do benefício integrada a ações de qualificação via PRONATEC e intermediação de mão de obra via SINE, em 2012 foram encaminhados 250 mil trabalhadores segurados do Seguro-Desemprego a vagas de emprego, sendo recolocados 39.513 trabalhadores em vagas de emprego. No mesmo contexto, 75.816 foram encaminhados a cursos de qualificação PRONATEC. Com isso, percebe-se uma diminuição no tempo médio de desemprego, e consequente redução do número de parcelas pagas por segurado, significando otimização de recursos.</p>
Qualificação social e profissional de trabalhadores para o acesso e manutenção ao emprego, trabalho e renda em base setorial (PLANSEQS).	<p>Em 2012, foi firmado Termo de Cooperação com a Universidade Federal de Juiz de Fora, visando à qualificação de trabalhadores para atuarem na Copa do Mundo de 2014. Esse Termo de Cooperação visa à execução de parte do orçamento destinado ao Plano Setorial de Qualificação – PlanSeQ. No entanto, houve necessidade de readequação do edital lançado pela Universidade que permitiria contratar entidades sem fins lucrativos para a execução dos cursos em todo o Brasil. Como não houve tempo hábil para a edição de um novo edital ainda em 2012, ocorreu a rescisão do Termo de Cooperação em questão. As perspectivas para 2013 são de alteração no Plano Nacional de Qualificação com vistas a adequar sua operacionalização à Lei nº 12.513, que instituiu o Pronatec, a qual será objeto de deliberação do Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - CODEFAT em reunião a ser realizada em junho de 2013.</p>

Políticas de Desenvolvimento Produtivo e Ambiental

As políticas de desenvolvimento produtivo e ambiental abrangem despesas para atendimento de programas voltados para estimular e colaborar com o setor produtivo. A função 20 – Agricultura foi a de maior destaque, em 2012, no que tange aos valores executados no exercício. O montante realizado representou 40,1% do total destinado às políticas de desenvolvimento produtivo e ambiental.

Despesas com políticas de desenvolvimento produtivo e ambiental por função no ano de 2012

Função (desc.)	R\$ milhões		
	Autorizado	Executado	Pago
20 - Agricultura	17.463,8	12.012,6	5.905,0
26 - Transporte	6.335,0	4.708,8	4.701,7
19 - Ciência e Tecnologia	5.480,8	3.833,8	2.382,5
23 - Comércio e Serviços	6.661,9	3.828,1	1.210,6
21 - Organização Agrária	4.801,9	3.388,6	1.133,8



CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

Relatórios de Anuais de Avaliação do Plano Plurianual 2012-2015 - Ano Base 2012 e 2013

Despesas com políticas de desenvolvimento produtivo e ambiental por função no ano de 2012

Função (desc.)	Autorizado	Executado	R\$ milhões
			Pago
18 - Gestão Ambiental	1.448,7	1.019,6	440,9
22 - Indústria	727,3	612,6	559,6
10 - Saúde	591,7	435,1	113,7
05 - Defesa Nacional	107,2	77,9	46,1
04 - Administração	34,7	21,8	21,8
12 - Educação	2,6	2,6	1,4
13 - Cultura	0,5	0,5	0,5
Total Geral	43.656,1	29.942,0	16.517,6

Fonte: SIOPI BI.

Entre os programas que integram a função 20 – Agricultura, o que apresentou maior execução de despesa foi o 2014 – Agropecuária Sustentável, Abastecimento e Comercialização, cuja realização representou 63,4% dos recursos empenhados e liquidados no ano de 2012.

Programas que compõem a função 20 - Agricultura em 2012

Programa (desc.)	Autorizado	Executado	R\$ milhões
			Pago
2014 - Agropecuária Sustentável, Abastecimento e Comercialização	11.602,2	7.613,0	4.206,9
2012 - Agricultura Familiar	3.697,8	3.070,3	1.152,8
2042 - Inovações para a Agropecuária	726,6	521,5	210,8
2013 - Agricultura Irrigada	796,0	436,3	146,1
2028 - Defesa Agropecuária	408,6	227,5	163,0
2052 - Pesca e Aquicultura	232,6	144,0	25,4
Total Geral	17.463,8	12.012,6	5.905,0

Fonte: SIOPI BI

Para acompanhamento do programa em comento, foram estabelecidos os indicadores enumerados a seguir:

Indicadores de Acompanhamento do Programa 2014 - Agropecuária Sustentável, Abastecimento e Comercialização

Indicador	Unid. Medida	Referência		Acompanhamento	
		Data	Índice	Data	Índice
Área de pastagens degradadas recuperadas pelo programa ABC	ha	1/1/2011	0		
Área plantada com grãos	ha	31/10/2010	47.415.700	31/12/2012	50.885.200
Disponibilidade de calorias per capita provenientes de produtos agropecuários brasileiros	kcal/hab.dia	31/12/2010	3.148	31/12/2012	3.177
Evolução da área sob utilização de sistemas sustentáveis de produção (Agricultura Orgânica + Plantio Direto)	%	1/1/2011	40	31/12/2012	43
Evolução da produção de carnes	%	30/6/2010	2,83	31/8/2012	-1,75
Evolução da produção nacional de grãos	%	31/12/2010	10,45	31/12/2012	2,07
Participação das exportações agropecuárias brasileiras no comércio internacional	%	31/12/2009	5,04	20/12/2012	5,55
Percentual de área coberta pelo seguro	%	31/12/2010	7,83	31/1/2013	7,89



CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

Relatórios de Anuais de Avaliação do Plano Plurianual 2012-2015 - Ano Base 2012 e 2013

Indicadores de Acompanhamento do Programa 2014 - Agropecuária Sustentável, Abastecimento e Comercialização

Indicador	Unid. Medida	Referência		Acompanhamento	
		Data	Índice	Data	Índice
rural subvencionado					
Produção nacional de grãos	tonelada	31/10/2010	149.254.900	31/12/2012	166.172.100
Produção total de energia a partir de biomassa agropecuária	milhões de tep	31/12/2009	79	31/12/2011	80
Taxa de desfrute de bovinos e bubalinos	%	31/12/2010	13,19	31/12/2011	12,19
Taxa de produção apoiada pela Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM) e por mecanismos de comercialização	%	31/12/2010	11,35	31/12/2012	1,95
Taxa de variação anual da produção de produtos não alimentares e não energéticos	%	31/12/2010	3,67	31/12/2012	3,58
Taxa de variação anual das exportações de produtos do setor agropecuário	%	31/12/2010	10	31/12/2012	1,97
Taxa média dos juros reais de financiamento da safra	%	31/12/2010	3,37	31/1/2013	0,96
Volume de grãos exportados pelos portos do Arco Norte	milhões de toneladas	31/12/2010	4,68	31/12/2012	6,21

Fonte: Relatório Anual de Avaliação do PPA 2012-2015, exercício 2012.

Os objetivos do programa em questão, estabelecidos no PPA 2012-2015, foram os seguintes:

Objetivos do Programa 2014 - Agricultura Sustentável, Abastecimento e Comercialização

R\$ milhões

Objetivo	Autorizado	Executado	Pago
0661 Promover a elaboração, execução e acompanhamento de políticas públicas do agronegócio café, de forma a possibilitar o desenvolvimento socioeconômico desse setor.	3.946,4	2.605,6	2.091,5
0618 Ampliar a disponibilidade e o acesso aos recursos do crédito rural oficial e a outras fontes de financiamento da produção, visando ao aumento da produtividade, à adoção de sistemas produtivos sustentáveis e ao fortalecimento socioeconômico do setor agropecuário.	2.434,0	2.433,6	747,3
0350 Utilizar os mecanismos de apoio à comercialização de produtos agropecuários que compõem a pauta da Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM) visando a garantia do abastecimento interno, a geração de divisas cambiais e renda aos produtores rurais.	3.376,2	1.572,0	1.246,9
0747 Fortalecer o associativismo e o cooperativismo rural e promover a implantação e modernização da infraestrutura de apoio à produção agropecuária, incluindo medidas estruturantes de aperfeiçoamento dos serviços concernentes ao desenvolvimento agropecuário, visando à redução de custos e perdas.	1.425,0	606,2	5,6
0601 Prover mecanismos de prevenção ao risco, de modo a minimizar seus efeitos na atividade agropecuária.	344,5	341,0	76,3
0600 Ampliar a infraestrutura, disponibilizar on-line séries históricas das informações meteorológicas e climáticas e incentivar, por meio do desenvolvimento de produtos e aplicações especiais e da interação direta entre meteorologistas e usuários, a utilização desses dados nos processos de planejamento e de tomada de decisão dos setores públicos e privado.	31,1	25,4	16,3
0744 Incentivar o desenvolvimento da agricultura orgânica e de outros sistemas sustentáveis, de forma a agregar valores ambientais, sociais e econômicos aos sistemas produtivos, melhorando a sua eficiência, a qualidade e competitividade dos produtos e a equidade na distribuição dos benefícios e renda.	21,8	18,4	14,5



CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

Relatórios de Anuais de Avaliação do Plano Plurianual 2012-2015 - Ano Base 2012 e 2013

Objetivos do Programa 2014 - Agricultura Sustentável, Abastecimento e Comercialização

R\$ milhões

Objetivo	Autorizado	Executado	Pago
0976 Modernizar a gestão institucional do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, visando alcançar agilidade e qualidade na formulação e execução de políticas públicas e no provimento de serviços no setor agropecuário, em benefício da sociedade brasileira.	8,8	3,9	3,6
0692 Ampliar, diversificar e consolidar as exportações de produtos agropecuários brasileiros, visando a geração de divisas, empregos e renda.	3,3	3,0	2,6
0743 Implementar e monitorar as ações do Plano de Desenvolvimento da Agricultura de Baixa Emissão de Carbono (ABC), visando a mitigação dos gases de efeito estufa e adaptação aos efeitos diretos e indiretos das mudanças climáticas, de forma a aumentar a resiliência e eficiência das unidades e dos sistemas produtivos agropecuários (Decreto nº 7.390/10, art. 6º, § 1º).	4,3	2,0	0,5
0623 Aperfeiçoar a geração e a disseminação de dados sobre safras, preços, custo de produção e abastecimento de produtos e insumos agropecuários, visando a disponibilização de informações relacionadas ao agronegócio nacional e internacional, para subsidiar a formulação de políticas públicas, a comercialização e a tomada de decisão pelos agentes públicos e privados.	3,5	1,2	1,2
0750 Ampliar, diversificar e monitorar a produção de biomassa agropecuária destinada ao suprimento energético, visando à consolidação da agroenergia como vetor de desenvolvimento rural e ao aumento da sua participação na matriz energética.	3,2	0,7	0,6
Total Geral	11.602,2	7.613,0	4.206,9

Fonte: SIOP BI.

Os três primeiros objetivos enumerados na tabela acima representam 86,8% dos recursos realizados em 2012. Relativamente ao objetivo 0661 – Promover a elaboração, execução e acompanhamento de políticas públicas do agronegócio café, de forma a possibilitar o desenvolvimento socioeconômico desse setor, foram definidas as seguintes metas para possibilitar o seu alcance:

Meta	Situação
Aumentar de 1,16 bilhão para 1,60 bilhão por ano, o montante das linhas de financiamento com recursos do FUNCAFÉ	No exercício de 2012 foi liberado o montante de R\$ 2.069.227.683,00 das linhas de financiamento com recursos do Funcafé. Tais recursos foram tomados por beneficiários localizados em 15 Unidades da Federação, cinco a mais que em 2011, com destaque para Minas Gerais, onde foram tomados 69% do total aplicado. A ampliação do número de Estados tomadores ocorreu principalmente em financiamentos de capital de giro para indústrias de torrefação, linha de crédito instituída em abril de 2012, com o limite de recursos de até R\$ 200 milhões e de R\$ 1,5 milhão por beneficiário.
Aumentar de 12.444 para 17.000 o número de beneficiários atendidos pelas linhas de financiamento, com recursos do FUNCAFÉ	No exercício de 2012 foram atendidos pelas linhas de financiamento com recursos do Funcafé o total de 16.478 beneficiários, como cafeicultores, cooperativas e indústrias do setor.

Quanto ao objetivo 0618 – Ampliar a disponibilidade e o acesso aos recursos do crédito rural oficial e a outras fontes de financiamento da produção, visando ao aumento da produtividade, à adoção de sistemas produtivos sustentáveis



CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

Relatórios de Anuais de Avaliação do Plano Plurianual 2012-2015 - Ano Base 2012 e 2013

e ao fortalecimento socioeconômico do setor agropecuário, a metas estabelecidas foram:

Meta	Situação
Aumentar de 107,2 para 140,5 bilhões de reais, o volume de crédito rural oficial disponibilizado ao setor agropecuário	Entre janeiro a dezembro de 2012, o volume de crédito rural oficial aplicado foi de R\$ 95.475.870.570,77. Do crédito aplicado 34,88% foram para Região Sul, 30,81% para a região Sudeste, 23,43% para o Centro-Oeste e o restante para as regiões Norte e Nordeste (10,88%).
Aumentar de 750 mil para 830 mil o número de contratos de crédito rural oficial (agricultura de médio e grande porte)	Em relação ao número de contratos, em 2012 houve um crescimento acompanhando o aumento no crédito oferecido (crédito disponível) aos produtores rurais. Foram fechados 805.549 contratos no ano de 2012, alcançando 97% da meta estabelecida para 2015. O maior número de contratos realizados ocorreu nas Regiões Sul e Sudeste.

No tocante ao objetivo 0350 - Utilizar os mecanismos de apoio à comercialização de produtos agropecuários que compõem a pauta da Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM) visando a garantia do abastecimento interno, a geração de divisas cambiais e renda aos produtores rurais, as metas fixadas no PPA 2012-2015 são estas:

Meta	Situação
Elevar a capacidade estática de armazenagem da rede própria da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) de 2.148,0 para 3.100 mil toneladas	Em 2012, houve um aumento da capacidade estática de 4,9% (de 2.148.100 toneladas para 2.254.323 toneladas), devido à ampliação da unidade armazenadora Santa Helena/GO, reabertura da unidade armazenadora Cassilândia/MS e incorporação da unidade armazenadora Manhumirim/MG, que pertencia ao extinto Instituto Brasileiro do Café (IBC). Esse resultado só não foi mais expressivo devido aos recursos disponíveis para o MAPA, aliado à necessidade de ampliação do quadro de pessoal especializado para análise e acompanhamento dos projetos básicos e executivos.
Elevar o índice de disponibilidade de armazenagem de 0,85 para 1,2 da produção agropecuária nacional	A capacidade estática da rede de armazéns disponíveis foi de 145.456,7 mil toneladas e a produção nacional de grãos atingiu 166.172,1 mil toneladas, fazendo com que o índice de disponibilidade atingisse 0,87, superando a meta para a safra de grãos 2011/12.

Políticas de Infraestrutura

As políticas de infraestrutura abrangem os programas a seguir enumerados:

Programas que compõem as políticas de infraestrutura

Programa (desc.)	R\$ milhões		
	Autorizado	Executado	Pago
2049 - Moradia Digna	16.562,1	12.571,3	2.724,6
2075 - Transporte Rodoviário	18.908,4	12.132,9	4.178,5
2040 - Gestão de Riscos e Resposta a Desastres	5.270,8	3.208,3	1.250,3
2068 - Saneamento Básico	5.142,6	2.949,4	1.041,8
2051 - Oferta de Água	3.385,8	1.855,6	406,9
2072 - Transporte Ferroviário	3.173,4	1.550,0	504,6
2048 - Mobilidade Urbana e Trânsito	2.780,9	1.313,1	240,3



CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

Relatórios de Anuais de Avaliação do Plano Plurianual 2012-2015 - Ano Base 2012 e 2013

2054 - Planejamento Urbano	2.715,2	1.115,2	9,7
2025 - Comunicações para o Desenvolvimento, a Inclusão e a Democracia	959,3	682,0	409,9
2017 - Aviação Civil	693,6	260,9	33,3
2074 - Transporte Marítimo	544,8	200,0	55,2
2073 - Transporte Hidroviário	640,9	138,1	19,4
2041 - Gestão Estratégica da Geologia, da Mineração e da Transformação Mineral	142,2	131,8	64,6
2053 - Petróleo e Gás	213,5	95,1	40,6
2067 - Resíduos Sólidos	234,3	76,9	17,1
2033 - Energia Elétrica	188,4	51,8	34,3
2022 - Combustíveis	51,1	47,1	45,1
Total Geral	61.607,2	38.379,4	11.076,2

Fonte: SIOP BI.

Os programas Moradia Digna e Transporte Rodoviário foram responsáveis pela execução de 68,8% dos recursos realizados no ano. No tocante ao primeiro, os indicadores para seu acompanhamento definidos no Plano Mais Brasil são os seguintes:

Indicadores de Acompanhamento do Programa 2049 - Moradia Digna

Indicador	Unid. Medida	Referência		Acompanhamento	
		Data	Índice	Data	Índice
Déficit habitacional absoluto	unidade	30/9/2008	5.572.313	30/9/2008	5.572.313
Déficit habitacional absoluto em áreas rurais	unidade	30/9/2008	942.481	30/9/2008	942.481
Déficit habitacional absoluto em áreas urbanas	unidade	30/9/2008	4.629.832	30/9/2008	4.629.832
Déficit habitacional qualitativo - adensamento excessivo	unidade	30/9/2007	1.500.709	30/9/2007	1.500.709
Déficit habitacional qualitativo - carência de infraestrutura	unidade	30/9/2007	10.454.947	30/9/2007	10.454.947
Déficit habitacional qualitativo - cobertura inadequada	unidade	30/9/2007	543.066	30/9/2007	543.066
Déficit habitacional qualitativo - domicílios sem banheiro	unidade	30/9/2007	928.777	30/9/2007	928.777
Déficit habitacional qualitativo - inadequação fundiária	unidade	30/9/2007	1.879.907	30/9/2007	1.879.907

Fonte: Relatório Anual de Avaliação do PPA 2012-2015, exercício 2012.

Os objetivos do programa em comento são:

		R\$ milhões		
Objetivos		Autorizado	Executado	Pago
0383	Ampliar por meio de produção, aquisição ou melhoria o acesso à habitação, de forma subsidiada ou facilitada, priorizando o atendimento à população de baixa renda, com auxílio de mecanismos de provisão habitacional articulados entre diversos agentes e fontes de recursos, fortalecendo a implementação do Programa Minha Casa, Minha Vida.	14.826,3	11.284,5	2.483,0
0382	Melhorar a condição de vida das famílias de baixa renda que vivem em assentamentos precários, desenvolvendo iniciativas necessárias à regularização urbanística e fundiária, à promoção da segurança e salubridade e à melhoria das condições de habitabilidade, por intermédio da execução de ações integradas de habitação, infraestrutura e inclusão socioambiental.	1.719,6	1.280,9	240,7



CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

Relatórios de Anuais de Avaliação do Plano Plurianual 2012-2015 - Ano Base 2012 e 2013

R\$ milhões

Objetivos	Autorizado	Executado	Pago
0385 Fortalecer a capacidade técnica e institucional dos agentes do Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social para implementação da política habitacional sob os princípios de descentralização, articulação intergovernamental e intersetorial, participação e controle social.	15,4	5,9	0,8
0756 Promover a qualidade da inserção urbana dos empreendimentos habitacionais, assim como, para contribuir para a inserção socioeconômica das famílias beneficiadas por programas habitacionais.	0,6	0,0	0,0
0755 Elevar os patamares da qualidade da construção civil, por meio da criação e implementação de mecanismos de modernização tecnológica e gerencial, incluindo conceitos e metas de sustentabilidade, contribuindo para ampliar o acesso à moradia digna para a população de menor renda.	0,2	0,0	0,0
Total Geral	16.562,1	12.571,3	2.724,6

Fonte: SIOP BI.

O objetivo que apresentou maiores gastos e nível de execução relaciona-se com a ampliação do acesso à habitação. Para o seu alcance foram estabelecidas as metas indicadas a seguir:

Meta	Situação
Disponibilizar 200 mil moradias para famílias com renda até R\$ 5 mil mensais na área urbana e até 60 mil anuais na área rural	Em 2012, as contratações atingiram aproximadamente 48% da meta do programa, 95.822 unidades habitacionais. Estima-se que a meta será superada antes do prazo.
Disponibilizar 600 mil moradias para famílias com renda até R\$ 3,1 mil mensais na área urbana e R\$ 30 mil por ano na área rural.	A contratação, em 2012, superou as expectativas ao atingir 55% da meta total do programa, no total de 330.581 unidades habitacionais.
Instituir programa de moradia transitória com a finalidade de criar alternativas de atendimento habitacional adequado ao perfil da população vulnerável, como catadores e moradores de rua alternativo ao albergamento e à propriedade definitiva.	Criação de um Grupo de Trabalho (GT), formado por representantes do Ministério das Cidades, do Desenvolvimento Social e Saúde e da Secretaria de Direitos Humanos; com o objetivo de formular proposta de um serviço social de moradia voltado para a população-alvo desta meta. O GT estudará a necessidade da criação de programas, procedimentos, linhas de financiamento, subsídios, medidas legais ou quaisquer outros instrumentos que venham a se mostrar imprescindíveis para viabilizar o direito à moradia a tais populações.
Produzir ou reformar 1,2 milhão de moradias para as famílias com renda até R\$ 1,6 mil por mês nas áreas urbanas e até R\$ 15 mil anuais na área rural.	Em 2012, foram contratadas 391.169 unidades habitacionais, o que corresponde a aproximadamente 32,5% da meta total do programa.
Promover a acessibilidade nas unidades habitacionais ofertadas no MCMV em áreas urbanas e municípios acima de 50 mil habitantes.	Em 2012, foram contratadas 295.942 unidades adaptáveis o que corresponde a aproximadamente 25% da meta de 1,2 milhão de unidades. Já quanto às unidades adaptadas ao uso por famílias com pessoas com deficiência foram 7.014, 35% da meta de 20 mil unidades.

Quanto ao programa referente ao transporte rodoviário, foram escolhidos estes indicadores para acompanhamento da sua execução:



CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

Relatórios de Anuais de Avaliação do Plano Plurianual 2012-2015 - Ano Base 2012 e 2013

Indicadores de Acompanhamento do Programa 2075 - Transporte Rodoviário

Indicador	Unid. Medida	Referência		Acompanhamento	
		Data	Índice	Data	Índice
Acidentes rodoviários com vítimas fatais em estradas federais	unidade por ano	31/12/2009	7.376	31/12/2011	7.008
Acidentes rodoviários em estradas federais	unidade por ano	31/12/2009	158.893	31/12/2011	188.925
Malha classificada entre bom e ótimo estado de conservação	%	31/12/2010	57	31/12/2010	57
Malha rodoviária federal pavimentada	km	29/10/2010	62.093	31/12/2012	64.721
Participação do modal rodoviário na matriz de transporte de carga	%	31/12/2010	47	31/12/2010	47
Participação do modal rodoviário no transporte interestadual de passageiros	%	31/12/2010	48	31/12/2010	48
Percentual de pavimentação das rodovias federais implantadas	%	29/10/2010	81,86	31/12/2012	83,5
Preço médio das tarifas rodoviárias - concessões	R\$/100 km	25/2/2011	4,8	31/12/2012	4,8
Ranking da Qualidade das Estradas (GCI)	posição em listagem de países	31/12/2010	105	31/12/2011	123
Total de movimentação de cargas por rodovias	milhão de toneladas por ano	31/12/2010	1.170,74	31/12/2010	1.170,74
Transações comerciais com países sulamericanos por rodovias	mil toneladas por ano	31/12/2010	11.303,14	31/12/2012	11.298

Fonte: Relatório Anual de Avaliação do PPA 2012-2015, exercício 2012.

Os objetivos definidos para o programa foram:

		R\$ milhões		
	Objetivo	Autorizado	Executado	Pago
0129	Assegurar condições permanentes de trafegabilidade, segurança e conforto aos usuários das rodovias federais, por meio da manutenção das vias e da adequação e recuperação da capacidade estrutural das pontes.	6.826,6	5.152,9	1.021,9
0131	Adequar a capacidade dos eixos rodoviários federais, garantindo condições estáveis de fluxo e segurança, com a finalidade de atender às demandas de cargas e ao volume de tráfego.	5.462,0	3.201,6	1.264,2
0136	Ordenar o tráfego rodoviário de passagem nos trechos de perímetro urbano que possuam nível de serviço inadequado ou alto índice de acidentes, por meio de intervenções nas rodovias federais.	2.315,1	1.447,2	1.066,8
0137	Promover a expansão da malha rodoviária federal buscando a integração regional e interestadual e o atendimento aos fluxos de transporte de grande relevância econômica.	2.386,4	1.081,8	449,1
0132	Ampliar a capacidade dos acessos terrestres aos portos, por vias federais.	539,1	331,7	79,4
0280	Propiciar maior segurança ao usuário e a conservação da infraestrutura rodoviária, por meio da fiscalização e da utilização de sistemas e equipamentos de controle dos limites de velocidade e de pesagem contínua.	318,8	276,1	71,1
0139	Ampliar a malha rodoviária federal, de forma a promover a ligação entre todos os estados brasileiros, rompendo com o isolamento regional.	377,2	255,6	61,8
0138	Aumentar a interligação rodoviária com os países da América do Sul, fortalecendo os eixos de integração e desenvolvimento, criando correntes logísticas na região.	313,4	202,9	79,7



CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

Relatórios de Anuais de Avaliação do Plano Plurianual 2012-2015 - Ano Base 2012 e 2013

R\$ milhões

Objetivo	Autorizado	Executado	Pago
0140 Adequar as interseções das rodovias federais pavimentadas que apresentem travessias fluviais ou cruzamento de vias, de forma a garantir a continuidade do tráfego.	307,3	139,3	50,7
0130 Ampliar a oferta da prestação de serviços aos usuários das rodovias federais, propiciando mais segurança e qualidade no deslocamento, por meio de contratos de concessão, desconcentrando a gestão da malha.	46,9	43,9	33,8
0281 Estruturar o planejamento e a gestão da infraestrutura rodoviária federal de transportes.	15,5	0,0	0,0
Total	18.908,4	12.132,9	4.178,5

Fonte: SIOPI BI.

O objetivo com maior materialidade de execução orçamentária corresponde ao 0129 - assegurar condições permanentes de trafegabilidade, segurança e conforto aos usuários das rodovias federais, por meio da manutenção das vias e da adequação e recuperação da capacidade estrutural das pontes, cujas metas para seu alcance são:

Meta	Situação
Realizar a manutenção de 13.462,2 km de rodovias federais não pavimentadas.	Estão em execução 12.539,8 km de conservação tradicional nas rodovias federais não pavimentadas.
Realizar a manutenção de 52.950,6 km de rodovias federais pavimentadas, de forma permanente.	A malha rodoviária federal pavimentada atualmente coberta com contratos de manutenção corresponde a 53.380,7 km de vias. Com isso, apesar de alguns contratos estarem em fase inicial, considera-se que a meta de manter os 52.950,6 km de rodovias esteja atendida.
Recuperar, adequar e reforçar 502 estruturas (pontes e viadutos em estado crítico.	Em 2012, foram recuperados 126 pontes e viadutos em estado crítico. Também, aumentou-se o escopo do levantamento da situação estrutural e de necessidade de manutenção de viadutos e pontes, com análise de mais de seis mil estruturas desse tipo nas rodovias sob sua jurisdição. Ademais, foram realizados 78 termos de referência, dentre os quais 9 evoluíram para a licitação do projeto de recuperação.

Políticas de Soberania, Território e Gestão

As políticas de soberania, território e gestão abrangem os programas a seguir enumerados:

Programas que compõem as políticas de soberania, território e gestão

R\$ milhões

Programa (desc.)	Autorizado	Executado	Pago
2058 - Política Nacional de Defesa	17.722,7	13.609,1	7.812,5
2029 - Desenvolvimento Regional, Territorial Sustentável e Economia Solidária	9.110,3	5.348,1	157,7
2057 - Política Externa	1.212,8	1.115,8	956,2
2059 - Política Nuclear	773,2	594,5	411,4
2039 - Gestão da Política Econômica e Estabilidade do Sistema Financeiro Nacional	433,9	363,9	329,4
2056 - Política Espacial	496,9	356,2	213,8
2038 - Democracia e Aperfeiçoamento da Gestão Pública	504,5	244,6	175,7
2046 - Mar, Zona Costeira e Antártida	125,8	89,8	47,1
2043 - Integração Sul-Americana	5,8	0,9	0,3



CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

Relatórios de Anuais de Avaliação do Plano Plurianual 2012-2015 - Ano Base 2012 e 2013

Programas que compõem as políticas de soberania, território e gestão

R\$ milhões

Programa (desc.)	Autorizado	Executado	Pago
Total Geral	30.385,7	21.722,7	10.103,9

Fonte: SIOP BI.

O programa 2058 – Política Nacional de Defesa foi responsável pela execução de 62,7% dos recursos realizados no ano. Os indicadores para seu acompanhamento definidos no Plano Mais Brasil são os seguintes:

Indicadores de Acompanhamento do Programa 2058 - Política Nacional de Defesa

Indicador	Unid. Medida	Referência		Acompanhamento	
		Data	Índice	Data	Índice
Adequação da Força Aérea	%	31/12/2010	20	10/1/2013	44,32
Adequação da Força Naval	%	1/7/2011	20	31/12/2012	35,91
Adequação da Força Terrestre	%	31/12/2010	32	10/1/2013	27,75
Índice de Acidentes Aeronáuticos	%	31/12/2010	0,7	10/1/2013	1,72
Monitoramento do espaço aéreo	%	31/12/2010	89	10/1/2013	90,69
Taxa de acidentes náuticos	1/1.000	31/12/2010	1,31	31/12/2012	1,12

Fonte: Relatório Anual de Avaliação do PPA 2012-2015, exercício 2012.

Os objetivos definidos para o programa foram:

R\$ milhões

Objetivo	Autorizado	Executado	Pago
0519 Adequar os meios operacionais da Marinha para assegurar a capacidade de defesa e segurança marítima.	3.343,2	2.919,1	2.165,5
0532 Adequar e ampliar os meios do Exército para assegurar a capacidade operacional terrestre visando contribuir com a proteção e a segurança da sociedade e do Estado.	2.057,3	1.874,8	257,2
0464 Adequar os meios operacionais da Força Aérea Brasileira para assegurar a capacidade de defesa aeroespacial.	2.194,7	1.788,5	880,0
0461 Promover a circulação segura e eficiente do tráfego aéreo civil e militar no espaço aéreo sob a jurisdição do Brasil, por meio da adequação dos Sistemas de Defesa Aérea (SISDABRA) e Controle do Espaço Aéreo (SISCEAB), visando a ampliar a capacidade de defesa aérea, do controle do espaço aéreo, de segurança de voo e o cumprimento de seus compromissos internacionais.	1.633,0	1.111,2	597,5
0462 Elevar a capacidade operativa da Força Aérea Brasileira para o cumprimento de sua destinação constitucional, por meio do seu preparo e emprego.	1.092,3	1.051,3	841,4
0523 Elevar a capacidade operativa da Marinha e adequar a infraestrutura das instalações terrestres, para o cumprimento de sua destinação constitucional e atribuições subsidiárias, por meio do seu preparo e emprego.	1.014,8	1.020,6	731,9
0542 Elevar a capacidade operacional do Exército, para o cumprimento de sua destinação constitucional, por meio da sua capacitação, adestramento e prontidão logística.	1.283,6	988,6	569,7
0463 Promover o desenvolvimento e capacitação tecnológica da Aeronáutica e da indústria aeroespacial nacional, visando a ampliação da capacidade de defesa aérea.	1.543,9	918,2	874,0
0502 Contribuir para a inclusão social de segmentos carentes ou isolados da população brasileira e apoiar o desenvolvimento da infraestrutura nacional.	1.032,1	490,6	215,7
0482 Adequar a infraestrutura das instalações terrestres para ampliar a capacidade de articulação das instalações militares do Exército, sob a égide do trinômio monitoramento, mobilidade e presença militar.	617,6	403,2	129,7



CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

Relatórios de Anuais de Avaliação do Plano Plurianual 2012-2015 - Ano Base 2012 e 2013

R\$ milhões

	Objetivo	Autorizado	Executado	Pago
0528	Promover o desenvolvimento e a capacitação tecnológica da Marinha, visando à ampliação da capacidade de defesa e segurança marítima.	423,7	301,8	220,2
0520	Fortalecer o Programa Calha Norte de modo a contribuir para o desenvolvimento e a manutenção da soberania e integridade territorial na região amazônica.	489,7	226,5	30,1
0527	Prover a segurança da navegação aquaviária nas Águas Jurisdicionais Brasileiras (AJB), mediante o desenvolvimento das atividades de controle e fiscalização do tráfego aquaviário e de formação dos operadores e usuários do sistema.	120,7	116,0	95,5
0971	Adequar a infraestrutura de suporte aos meios operativos da Força Aérea Brasileira.	254,7	87,1	29,4
0552	Promover o desenvolvimento e a capacitação científico-tecnológica e de inovação do Exército, visando à ampliação da capacidade operacional terrestre para a proteção e a segurança da sociedade e do Estado.	109,4	78,5	49,6
0524	Adequar a infraestrutura das instalações terrestres para o suporte aos meios operativos da Marinha.	78,8	71,0	35,2
0521	Desenvolver tecnologias da informação e comunicações no Exército, visando assegurar a capacidade de defesa cibernética no campo militar e contribuir com a segurança cibernética nos campos civil e industrial.	111,0	61,6	34,4
0534	Ampliar a capacidade das Forças Armadas operarem de forma conjunta e combinada, em ambientes diversos, no País ou no exterior, por meio do aperfeiçoamento das doutrinas, do adestramento conjunto e do desenvolvimento de instrumentos e tecnologias adequados de comunicações, comando e controle.	240,3	56,6	34,3
0522	Implantar o Sistema de Cartografia da Amazônia, visando aprofundar o conhecimento das características fisiográficas da região, contribuindo para o desenvolvimento e para o monitoramento regional, segurança e defesa nacional, com especial ênfase nas áreas de fronteira.	23,8	22,9	7,1
0533	Modernizar o Sistema de Proteção da Amazônia (Sipam), por meio do aperfeiçoamento dos instrumentos de integração e geração de informações, criando condições propícias ao apoio às políticas públicas na região, inclusive com ações subsidiárias para o apoio à defesa da Amazônia.	41,7	8,5	4,9
0547	Elevar o nível de integração das Forças Armadas nos campos da Logística e da Mobilização, por intermédio do desenvolvimento de sistemas, realização de exercícios e aperfeiçoamento de doutrinas, visando à interoperabilidade de meios e ao aprimoramento da Mobilização Nacional.	10,3	8,3	5,6
0554	Promover a multilateralidade na área de defesa, por meio dos instrumentos da diplomacia militar, para a intensificação do intercâmbio de doutrinas e tecnologias militares e estabelecimento de parcerias com Forças Armadas estrangeiras de países do espectro de interesse do Brasil.	6,1	4,1	3,7
Total		17.722,7	13.609,1	7.812,5

Fonte: SIOP BI.

O objetivo com maior materialidade de execução orçamentária corresponde ao 0519 - adequar os meios operacionais da Marinha para assegurar a capacidade de defesa e segurança marítima, cujas metas para seu alcance são:

Meta	Situação
Conclusão do estaleiro e da base naval do PROSUB	A meta estipulada para 2012 foi atingida conforme o cronograma estabelecido pela Marinha. Em novembro de 2012, ficaram prontas as instalações da Unidade de Fabricação de Estruturas Metálicas (UFEM) - onde serão pré-montadas as seções dos cascos dos submarinos e o trabalho de rebaixamento do túnel que liga as áreas norte e sul do Complexo Naval, que já se encontra em operação.



CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

Relatórios de Anuais de Avaliação do Plano Plurianual 2012-2015 - Ano Base 2012 e 2013

Meta	Situação
	No tocante ao EBN, prosseguem as obras do cais e houve o reinício do aterro hidráulico que estava suspenso.
Conclusão do projeto do primeiro submarino de propulsão nuclear (SNBR-1)	A meta programada para 2012 foi atingida conforme o cronograma estabelecido pela Marinha. Nas cidades de Toulon e Sophia Antipolis, na França, transcorreu o processo de transferência de tecnologia do Sistema de Combate e Sonar, envolvendo cinco oficiais designados para acompanhar as atividades em desenvolvimento nos laboratórios e oficinas das empresas contratadas naquele país. Ainda, na cidade de Cherbourg, 25 engenheiros e técnicos brasileiros foram treinados e qualificados para trabalhar com as ferramentas e os maquinários necessários para a produção das seções que irão formar o casco resistente do submarino. No 3º trimestre de 2012, foram concluídos, na Escola de Projetos de Submarinos, o Curso de Projeto Complementar de Submarino Nuclear (Módulo II do Step 1) e o trabalho de identificação das interfaces nucleares, para 31 engenheiros da Marinha. Em julho de 2012, foi inaugurado o Escritório Técnico de Projetos da COGESN em São Paulo que, equipado com avançados recursos tecnológicos, deu início ao desenvolvimento do Projeto do Submarino de Propulsão Nuclear Brasileiro, com previsão de, em três anos, elaborar o projeto básico para, em seguida, dar início à fase do projeto detalhado, simultaneamente com a construção do submarino, em 2016, no Estaleiro e Base da Marinha (EBN), na cidade de Itaguaí, no Estado do RJ.
Construção de 8 navios-patrolha oceânicos de 500 T	A meta programada foi atingida conforme o cronograma estabelecido pela Marinha, tendo em vista a prontificação, o recebimento e a incorporação de dois navios no setor operativo da Marinha.
Execução de 20% do terceiro submarino convencional (SBR-3)	Não houve execução da meta, tendo em vista que a construção do terceiro Submarino Convencional (S-BR3) tem seu início previsto para janeiro de 2015. A construção do S-BR3 será executada no Estaleiro e Base Naval (EBN) ora sendo implantado pela Marinha no município de Itaguaí-RJ.
Execução de 50% do segundo submarino convencional (SBR-2)	Não houve execução da meta, tendo em vista que a construção do segundo Submarino Convencional (SBR-2) tem seu início previsto para julho de 2013.
Execução de 80% do primeiro submarino convencional (SBR-1)	A meta está sendo executada conforme o cronograma estabelecido em contratos firmados pela Marinha com as empresas DCNS SOCIÉTÉ ANONYME (francesa) e a ICN - Itaguaí Construções Navais S.A. Foram recebidos no Brasil, procedentes da França, os dois primeiros lotes de materiais para a fabricação das demais seções do primeiro submarino convencional brasileiro, a ser executada no Estaleiro do PROSUB (EBN) na cidade de Itaguaí - RJ. A construção do 1º casco, no País, foi iniciada em julho de 2011, com o início da fabricação das seções de ré do casco resistente na Nuclebrás Equipamentos Pesados S.A. (NUCLEP), também em Itaguaí - RJ, com entrega prevista para 2017. No que concerne ao fomento à indústria nacional, foram qualificadas 102 empresas brasileiras para participarem dos projetos de nacionalização dos equipamentos. Existem quatro projetos de nacionalização aprovados pela Marinha e mais oito em análise. Até novembro de 2012, foram ministrados para engenheiros e técnicos, militares e civis da Marinha, 177 cursos e outros 18 estão em andamento, todos abordando a



CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

Relatórios de Anuais de Avaliação do Plano Plurianual 2012-2015 - Ano Base 2012 e 2013

Meta	Situação
	transferência de tecnologia para a construção de submarinos.
Obtenção de 100% dos meios operativos preconizados no plano de articulação e de equipamento da marinha (PAEMB) para o ano de 2015	<p>A meta programada para 2012 foi executada conforme o planejamento estabelecido pela Marinha (PAEMB/PAED). No tocante aos meios navais, em face do surgimento de uma singular possibilidade de compra por oportunidade, a Marinha adquiriu da empresa inglesa BAE Systems três Navios-Patrolha Oceânicos (NPaOc), dos quais foram recebidos em 2012 duas unidades, o NPaOc "Amazonas" que deu o nome à Classe, e o NPaOc "Apa". Os NPaOc Classe Amazonas foram adquiridos ao preço unitário de £ 40 milhões (€ 48 milhões). Quanto aos Navios-Patrolha (NPa) de 500t, a Marinha já havia recebido em anos anteriores os NPa "Macaé", que deu nome à Classe, e o NPa "Macau", ambos construídos pela Indústria Naval do Ceará (INACE), em Fortaleza - CE. Outras cinco unidades encontram-se em construção no Estaleiro Ilha S.A. (EISA), no Rio de Janeiro - RJ, com previsão de entrega de três unidades em 2013 e duas em 2014. Foram recebidas duas Embarcações de Desembarque de Viaturas e Material (EDVM), construídas no Arsenal da Marinha no Rio de Janeiro (AMRJ), que serão empregadas em operações anfíbias. Em relação aos meios aéreos, de um total de seis Helicópteros de Múltiplo Emprego (HME) adquiridos na empresa norte americana Sikorsky Aircraft Corporation, quatro unidades foram recebidas em 2012 e as demais têm previsão de entrega em 2014. O Corpo de Fuzileiros Navais recebeu vinte e uma Viaturas Blindadas Sobre Rodas, modelo PIRANHA IIIC, fundamentais em Operações de Paz, todas encontram-se em plena atividade, sendo que o processo de obtenção contempla a entrega de mais nove unidades até o final de 2014. Assinado ainda em 2011, o contrato de aquisição do Sistema de Lançadores Múltiplos de Foguetes ASTROS CFN 2020 com a empresa AVIBRÁS, que prevê a entrega de toda a Bateria LMF até o final de 2014. Ainda em 2012, foi celebrado termo aditivo ao contrato, a partir do recebimento de recursos do PAC - Equipamentos. Em 2012, o inventário de meios da MB representou pouco mais de 1/3 (um terço) do total de meios previstos no PAEMB (a longo prazo).</p>



CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

Relatórios de Anuais de Avaliação do Plano Plurianual 2012-2015 - Ano Base 2012 e 2013

3. VOTO

Diante do exposto, voto no sentido de que esta Comissão tome conhecimento das Mensagens nºs 42, de 2013-CN (nº 213/2013, na origem), e 12, de 2014-CN (nº 135/2014, na origem), e dos documentos por elas encaminhados, bem como das apreciações e recomendações que faço neste Relatório, sobretudo quanto a que esta Comissão realize eventos preparatórios para a apreciação do projeto de PPA 2016-2019, por meio da apresentação e discussão de análises setoriais específicas do desempenho do PPA 2012-2015.

Brasília, 21 de maio de 2015.

Senador VALDIR RAUPP

Relator